90 ANOS
DESDE 1932
EDIÇÃO 24.743

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

www.diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 | R$ 2,50

CSN Mineração anuncia aportes de R$ 13,8 bi na Casa de Pedra

Capacidade de produção em Congonhas deverá chegar a 116 milhões de toneladas de minério em 2032

Braço da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a CSN Mineração confirmou que realizará investimentos de R$ 13,8 bilhões no complexo de Casa de Pedra, em Congonhas (Campo das Vertentes), para expandir a capacidade de produção da planta entre 2023 e 2027. Com aportes, em média, de R$ 2,76 bilhões por ano, a fase 1 prevê a adição de 33 milhões de toneladas à sua capacidade atual de produção de minério de ferro.

A primeira etapa engloba os projetos de aumento de qualidade (CMAI 3, Rebritagem e Espirais), Expansão da Planta Central, Recuperação de Rejeitos das Barragens, Expansão do Tecar (Fase 60 Mtpa), e parte dos projetos de Itabirito, com o desenvolvimento da P4 e da P15. A companhia planeja intensificar progressivamente a capacidade da Casa de Pedra, chegando a 39 milhões de toneladas no próximo ano, a 40 milhões de toneladas em 2024, 55 milhões de toneladas em 2026 e 68 milhões de toneladas em 2027.

Já a segunda fase, entre 2027 e 2031, vai proporcionar à CSN Mineração alcançar uma capacidade de 116 milhões de toneladas a partir de 2032. A conclusão dos projetos permitirá que a empresa chegue à quinta posição no *ranking* de produção de minério de ferro no mundo e atinja a liderança em teor de ferro com um portfólio de produtos *premium*.

O capex foi anunciado ao mercado junto à atualização de outras projeções do grupo durante evento com investidores. A siderúrgica projetou investimentos consolidados de R$ 4,4 bilhões em 2023. Já para o intervalo de 2024 a 2027 a expectativa da CSN é de aportes de R$ 5,5 bilhões a R$ 6,5 bilhões, por ano. **Pág. 3**

DIVULGAÇÃO

O projeto de expansão permitirá à CSN atingir a 5ª posição no *ranking* de produção mundial de minério de ferro

Confiança das indústrias mineiras cai pelo terceiro mês consecutivo

Pela terceira vez consecutiva, o Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei-MG) registra queda e ficou abaixo dos 50 pontos, depois de permanecer 28 meses acima do patamar mínimo de otimismo. O indicador da Fiemg recuou para 49,7 pontos em dezembro contra 52,4 pontos em novembro. Na comparação com o mesmo mês de 2021 (56,7 pontos), a retração chegou a 7 pontos, refletindo a avaliação do setor de piora no cenário atual e cautela para os próximos seis meses. **Pág. 5**

Liberação de crédito do BNB para o Estado registra queda de 39%

Com a liberação de crédito superior a R$ 2,2 bilhões. os desembolsos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para Minas Gerais caíram 39% de janeiro a novembro em relação ao mesmo período de 2021. Foram contratados mais de R$ 327,5 milhões da linha Agroamigo, destinada a produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os pequenos e miniprodutores rurais (PMPR) receberam mais de R$ 303,5 milhões e as MPEs, R$ 225,1 milhões. **Pág. 6**

Barreira da UE a produtos agrícolas não afeta Minas

A aprovação de uma lei pela União Europeia (UE) para barrar a compra de produtos como soja, café e carne bovina, ligados ao desmatamento, não surpreendeu o agronegócio mineiro. O presidente da Aprosoja Minas, Fábio de Salles Meirelles Filho, avalia que a medida tem como objetivo reduzir os preços no mercado internacional e não afeta o setor no Estado, que cumpre a legislação brasileira, uma das mais rigorosas do mundo. Já o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, explica que as sanções impostas pelo Parlamento Europeu não devem impactar as exportações de café, já que a atividade é sustentável e não promove o desmatamento. **Pág. 8**

AMANDA PEROBELLI/REUTERS

A cafeicultura é desenvolvida sem desmatamento no Estado

EDITORIAL

Em artigo publicado no "Globo" domingo passado, o jornalista Fernando Gabeira diz sentir em Brasília um "cheiro de queimado" que parece não estar sendo devidamente percebido, mas o preocupa. O jornalista foi bastante feliz ao utilizar esta imagem para falar dos distúrbios acontecidos na Capital Federal desde o final da votação presidencial em segundo turno e que culminaram com tentativa de invasão da Polícia Federal, badernas e quebradeiras na região central da cidade. Essa delicadíssima situação, em que não há por que desconsiderar a possibilidade de que ainda existam brasas que podem provocar novos incêndios, evidentemente não será dada por encerrada com a passagem do calendário e a posse do novo governo, até porque ficar tudo pelo dito e pelo não dito implica no risco maior de perpetuação da instabilidade. **"Brincando com fogo", pág. 2**

ARTIGOS

Fazenda Paciência oferece lazer cultural e histórico

Instalada em Santana dos Montes, na região Central de Minas, a Fazenda Paciência abriga um enorme casarão branco construído pelo Barão de Queluz em 1742, com janelas e portas azuis, rodeado com calçamento de pedra pé-de-moleque. Recém-inaugurado, o hotel-fazenda tem 200 hectares, com 3 mil metros de área construída, e 13 suítes, boa parte delas com vista para o lago. Adquirida pelo advogado tributarista Vinícius Leôncio, a propriedade foi totalmente repaginada, sem perder o charme do século 18, para proporcionar aos visitantes uma experiência única de história e cultura. "Meu objetivo é oferecer lazer cultural, resgatando toda a história escravagista, indígena e política", sintetiza Leôncio. **Pág. 9**

DIVULGAÇÃO

A Fazenda Paciência é "cartão postal" em Santana dos Montes

Dólar - dia 21	
Comercial	
Compra: R$ 5,2030	Venda: R$ 5,2030
Turismo	
Compra: R$ 5,3400	Venda: R$ 5,4200
Ptax (BC)	
Compra: R$ 5,2025	Venda: R$ 5,2031

Euro - dia 21	
Compra: R$ 5,5219	Venda: R$ 5,5236
Ouro - dia 21	
Nova York (onça-troy):	US$ 1.814,47
BM&F (g):	R$ 304,06

Indicador	Valor
TR (dia 22):	0,0000%
Poupança (dia 22):	0,7427%
IPCA-IBGE (Novembro):	0,41%
IPCA-Ipead (Novembro):	0,26%
IGP-M (Novembro):	-0,56%

BOVESPA

15/12	16/12	19/12	20/12	21/12
-0,01	-0,85	+1,83	+2,03	+0,54

Por que ter um porquê?

GUILHERME FELDMAN*

Dentre as mudanças no mundo dos negócios, a principal delas é sobre como o acionista deixa de ser o foco das organizações, que antigamente buscavam apenas a maximização do lucro ao acionista, para que outros *stakeholders* ganhem espaço. Em paralelo, o lucro deixa de ser o objetivo principal das empresas e passa a ser um item de sobrevivência.

No ecossistema das *startups* temos vivido um cenário que reforça mais ainda esta tese. O momento turbulento da economia mundial gerou escassez de capital para modelos de negócio que não trazem resultado. As *startups* que nos últimos anos viviam de promessas arrecadando milhões em diversas rodadas de investimento, se veem em um cenário onde investidores evitam grandes riscos, a liquidez diminui e a fonte seca. Não só *startups* passam por um cenário turbulento, mas mesmo grandes empresas como Meta, Amazon e Twitter, que passam por crises e demissões em massa, buscando se preparar para o novo cenário.

As empresas de especulação perdem espaço e a tese de que o lucro é necessário para sobrevivência ganha força. Rodadas de investimento já não são recorrentes como eram antes e não podem ser mais a fonte de capital das empresas. Resta crer que a empresa precisa rodar no positivo para sobreviver ou não terá espaço nesse novo normal. Se antes o lucro ou a promessa dele era questão de sobrevivência, agora nem mais a promessa é uma possibilidade. Ele precisa ser real.

Entretanto, diferente do que se falava no antigo capitalismo, isso não quer dizer que o objetivo central das empresas é de maximização de lucro para o acionista. O conceito é diferente. O lucro precisa existir. É a saúde para a empresa. Assim como o ser humano precisa estar saudável para sobreviver, as organizações precisam do lucro para sobreviver. Nenhum ser humano vive apenas para ser saudável, mas é saudável para poder viver. Assim como as empresas não deveriam viver apenas para gerar lucro, mas gerar lucro para viver. Nesse caso, a ordem dos fatores altera o produto].

O ponto central é de que o lucro é necessário, mas ele é apenas uma consequência. Assim como a saúde humana é consequência de uma boa alimentação, exercícios físicos, saúde mental, boas noites de sono e por aí vai, o lucro da companhia é uma consequência de diversas ações e decisões tomadas pelos integrantes da empresa. Matematicamente é claro que o lucro é a diferença entre receita e despesa, mas o que gera receita? Mais do que isso, o que gera receita com a menor despesa possível? Ou mais, como fazer isso repetidas vezes e gerar longevidade para a geração de lucro e manter a saúde da companhia?

Como ser humano sabemos que não adianta se alimentar bem por um mês e fazer exercícios por 30 dias e achar que estaremos saudáveis. Como empresa o conceito é o mesmo. Não é um mês de lucro que vai garantir a existência. Então a saúde da companhia é a combinação da geração de lucro com constância. Cada negócio tem a sua forma de gerar receita. E cada negócio tem a sua maneira de gerenciar as despesas. Mas a consistência desse processo é garantida pela geração de valor e esse ponto é similar em muitos negócios.

Independente do mercado e da empresa, todas as organizações são impactadas por grupos de stakeholders. Clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, acionistas, são diversos os stakeholders que impactam um negócio. Lá no passado as empresas olhavam apenas para os acionistas. Algumas passaram a colocar o cliente no centro. Outras o colaborador. Mas acima de quem está no centro o importante é olhar para o todo. Assim como reforçado pela Teoria dos Stakeholders, Freeman (2010), a organização é impactada por diversos grupos de stakeholders e o interesse de todos os grupos devem ser considerados. O papel da companhia e de seus líderes é de administrar e moldar esses relacionamentos da empresa com seus stakeholders com a intenção de olhar para todos, fazendo os grupos se desenvolverem juntos e não apenas colocando os interesses da própria organização na frente dos outros. Portanto, servir aos interesses de todos os stakeholders seria a melhor maneira de crescer, desenvolver o negócio e mercado e, acima de tudo, de gerar valor com longevidade.

Esse senso de pertencimento da organização a um grupo e a sociedade, gerando uma importância em olhar para fora e não mais apenas para dentro, gera uma série de consequências. As grandes empresas e o mundo já perceberam isso. A companhia não mais tem o objetivo de maximizar o lucro do acionista, mas ela tem um papel no seu mercado, no seu ecossistema e acima de tudo, na sociedade. Por um tempo as organizações gastavam rios de dinheiro em consultorias para criar missões, visões e valores que pudessem ser estampadas nas paredes da empresa. Frases bonitas que falassem o que as pessoas queriam ouvir. Hoje já não cola mais. Hoje a empresa possui um papel na sociedade, mesmo ela não reconhecendo isso ainda. Existe um motivo para aquela empresa existir, uma ideia central que conecta todos os *stakeholders* da companhia, que a colocam em algum lugar na sociedade e essa ideia central é seu propósito.

O propósito da companhia, diferente da antiga missão, não é inventado. Não é uma consultoria que escreve uma frase bonita. Consultorias podem até ajudar a descobrir qual é ele, mas não criar um. O propósito é identificado e não criado. Ele existe, em algum lugar lá na cabeça das pessoas, enraizado por uma série de experiências já vividas. E o propósito reforça a ideia de que há um ponto central na companhia que pode unir todos os *stakeholders* em algo muito maior do que apenas gerar lucro -- ter um papel na sociedade.

**CEO da Bilheteria Digital*

Belô, síntese do Brasil

CESAR VANUCCI *

"Belo Horizonte, única e talvez derradeira poesia da República" (João do Rio, citado por Paulo Rónai em seu Dicionário Universal de Citações)

Belo Horizonte, como já deixei explicado nos comentários anteriores, é vista pelos que a conhecem em profundidade, em suas realizações e imperfeições humanas, nos instantes de glória e nas horas de frustração, com perene feição reluzente, entre o prateado e dourado, num envoltório áurico positivo. Vá lá: o amor costuma turvar um pouco a visão dos fatos. Mas, se a condição de vida da cidade não é de todo a ideal, não deixa de ser, no mínimo, razoável, comparativamente com a de outros lugares importantes deste conturbado mundo de Deus.

Quando despertou em mim o grande e incondicional afeto que sinto por Belo Horizonte, cidade que me acolheu como filho por iniciativa do respeitado e diligente vereador José Domingos, aprendi valiosas lições. Uma delas: fiquei sabendo que o amor é um sentimento poliglota, exprimindo-se em diversos idiomas e dialetos, e que no catálogo das vedações morais e éticas não há lugar para condenações à "poligamia geográfica". O que sinto por Belô é forte e vigoroso, como fogo que arde sem se ver, na lírica imagem camoneana. Mas não é algo que possa subtrair ou empobrecer – e aí reside a beleza da relação – o que sinto pela minha terra natal ou por recantos outros onde tenha pendurado meigas lembranças de um passado que armazena referências primordiais de minha preparação para o jogo da vida.

Amo BH em sua vocação para a ação humanística e social, de marcante influência em meu destino espiritual e profissional. Amo Belô em seu apreço à liberdade e em seu grave senso de respeito democrático, que dela fizeram centro de excelência do pensamento político nacional, mesmo que a configuração dos atos e fatos da atualidade não ostente o viço de outros tempos. Amo Belo Horizonte na manifestação soberba de sua cultura e arte, erudita e popular, no seu colorido, no rompante de voz, na expressão corporal, carregados de mineiridade e brasilidade. Amo Belo Horizonte na fraternidade da fala e gestos de seu povo que atingem de forma concreta e decisiva os recantos carentes que o esforço oficial não consegue, não quer ou não pode alcançar com a eficiência desejável. Amo Belo Horizonte, pelo que ela representa como cidade síntese da cultura e do humanismo de Minas e do Brasil. Amo Belô como mulher bela que é. Cheia de graça, "espanta melancolia e consola mágoas de amor", na definição tomada por empréstimo ao Livro dos Cantares.

É assim, desse modo, que me amarro, afetivamente, à Capital dos 125 anos. Amor amadurecido, encharcado de compreensão, onde entram todas as cambiantes e entonações dos laços e entrelaçamentos humanos feitos para durar. Mais até: para permanecer. Amor feito de doces e irreveláveis segredos, mistérios e fascínios, como bem se ajusta às ligações que se pretendem eternas.

**Jornalista, advogado, membro da Amulmig, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia Mineira de Leonismo e da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Cantonius1@yahoo.com.br*

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Brincando com fogo

Em artigo publicado no "Globo" domingo passado, o jornalista Fernando Gabeira diz sentir em Brasília um "cheiro de queimado" que parece não estar sendo devidamente percebido, mas o preocupa. O jornalista foi bastante feliz ao utilizar esta imagem para falar dos distúrbios acontecidos na Capital Federal desde o final da votação presidencial em segundo turno e que culminaram com tentativa de invasão da Polícia Federal, badernas e quebradeiras na região central da cidade. De fato, o cheiro de queimado persiste e assusta, principalmente por não serem vistos sinais de bombeiros prontos a atuar com legitimidade e a necessária competência. Foi justamente a tolerância que abriu espaços, mais que para abusos, para crimes que agora chegam a se confundir explicitamente com terrorismo.

Essa delicadíssima situação, em que não há por que desconsiderar a possibilidade de que ainda existam brasas que podem provocar novos incêndios, evidentemente não será dada por encerrada com a passagem do calendário e a posse do novo governo, até porque ficar tudo pelo dito e pelo não dito implica no risco maior de perpetuação da instabilidade. Nessa medida, já não interessa tanto determinar qual é o fôlego dos ditos "patriotas" que entendem sua vontade como único direito legítimo, até mesmo porque a cobertura que lhes seria essencial felizmente parece não existir.

O problema merece ser avaliado, nos lembrou Gabeira, numa outra perspectiva, a dos vencedores, que parecem não se dar conta da realidade, que preparam a posse como se tudo fosse festa, apenas festa. Atitude das mais imprudentes, além de sugerir que os revezes passados não lhes foram úteis como aprendizado. Nesse pacote cabe um pouco de tudo. Nele incluiríamos os movimentos da transição, as alianças costuradas segundo as mesmas regras de sempre ou até escolhas para postos-chave, sugerindo que competência continua sendo critério de pouco peso. Tudo como se nada tivesse acontecido ou ainda acontecendo, como se não houvesse uma ameaça latente, aquele "cheiro de fumaça", tudo isso tendo como pano de fundo um desequilíbrio estrutural, tanto na gestão como nas contas públicas, rigorosamente sem precedentes.

Nada enfim que possa ser varrido para debaixo do tapete ou entendido com uma falsa ideia de normalidade. Novamente recorrendo a Fernando Gabeira, parece estar no ar também aquela ideia bem brasileira de que ao fim e ao cabo tudo se arruma, se ajeita sem maiores problemas, bastando alguns favores e nenhuma memória. Mas permanecerá o "cheiro de fumaça" como a nos lembrar que o fogo pode estar muito perto.

O problema merece ser avaliado, nos lembrou Gabeira, numa outra perspectiva, a dos vencedores, que parecem não se dar conta da realidade, que preparam a posse como se tudo fosse festa, apenas festa

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio, Rafael Tomaz
Clério Fernandes, Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

Filiado à ANJ Associação Nacional de Jornais

Telefones

Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2002
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2060
Circulação:	3469-2071
Industrial:	3469-2085 3469-2092
Diretoria:	3469-2097

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

Diretor de Mercado
José Luiz S. M. Borel
jose.luiz@diariodocomercio.com.br

Gerente Industrial
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

Assinatura
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana: .... R$ 296,00
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana: .... R$ 557,00
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento

Assinatura: 3469-2001 - assinaturas@diariodocomercio.com.br

REPRESENTANTES
São Paulo-SP - Alameda dos Maracatins, 508 - 9º andar
CEP 04089-001 ________ (11) 2178.8700
Rio de Janeiro-RJ - Praça XV de Novembro, 20 - sala 408
CEP 20010-010 ________ (21) 3852.1588
Brasília-DF - SCN Ed. Liberty Mall - Torre A - sala 617
CEP 70712-904 ________ (61) 3327.0170
Recife - Rua Helena de Lemos, 330 - salas 01/02
CEP 50750-280 ________ (81) 3446.5832
Curitiba - Rua Antônio Costa, 529
CEP 80820-020 ________ (41) 3339.6142
Porto Alegre - Av. Getúlio Vargas, 774 - Cj. 401
CEP 90150-02 ________ (51) 3231.5222

Preço do exemplar avulso
Exemplar avulso .... R$ 2,50
Exemplar avulso atrasado .... R$ 3,50
Exemplar para outros estados .... R$ 3,50*
* (+ valor de postagem)

Ataques cibernéticos devem continuar em 2023

WALTER EZEQUIEL TRONCOSO*

Nos primeiros oito meses deste ano, houve uma média de 4 mil ataques de ransomware por dia na América Latina, segundo dados da Kaspersky. Levando-se em conta que ramsomware é apenas um entre os principais tipos de ataques, é possível ter uma ideia do tamanho atual do "mercado" criminoso de ciberataques. Quanto a 2023, será que a tendência de queda verificada pelo mesmo levantamento no Brasil, com relação a 2021, seguirá? O que é possível afirmar, com certeza, é que os ataques cibernéticos, infelizmente, vão continuar no próximo ano.

Considero que a problemática da segurança cibernética só pode ser solucionada pelas organizações por meio de uma atuação conjunta dos C-Levels, áreas de Finanças e de Tecnologia, para garantir desdobramentos positivos ao longo do tempo envolvendo a proteção cibernética. A seguir, é preciso bastante trabalho estratégico e operacional da área de Tecnologia da Informação (TI). Sabemos que os criminosos visam novos níveis de sofisticação. Por isso, seus meios estão em constante transformação, exigindo atenção por parte de qualquer organização.

Os cibercrimes afetam companhias de qualquer porte, sem distinção. De acordo com estudo da IBM Security X-Force, no ano passado os 10 tipos de organizações mais afetadas foram, nesta ordem: indústrias, financeiras/ seguradoras, serviços profissionais/empresariais, empresas de energia, varejistas/atacadistas, empresas da Saúde, empresas do Transporte, Governo, empresas na área da Educação empresas da Mídia.

Repensando as abordagens de cibersegurança - De acordo com a Global Digital Trust Insights Survey 2022, da PwC, para 77% dos executivos brasileiros "as organizações se tornaram complexas demais para serem protegidas". De forma similar, esta resposta foi dada por 75% dos executivos de todo o mundo. Apesar desta percepção generalizada, noto que as empresas estão mais resilientes e sabem que há muito a ser feito para obter a devida proteção.

Investimentos corretos versus erros recorrentes - Os recursos revertidos para a cibersegurança não podem ser desperdiçados devido à complexidade das organizações. Vejo que há empresas que investem em produtos sem considerar a segurança. Outro erro é não garantir que a área de TI tenha um papel estratégico na organização. Há que não conheça nem mesmo todos os seus ativos de TI. Com isso, há menos produtividade e maior propensão à ataques. Outro erro é a separação dos riscos corporativos da área de Tecnologia. É preciso estar preparado e ter respostas para situações de crise.

Risco de morte para as PMEs - Relatório da BlackBerry estima que, em 2022, 70% das pequenas e médias empresas PMEs sofreram ciberataques. Me chamou a atenção que 60% delas fecharam nos seis meses seguintes ao ataque, e que elas receberam, em média, de 11 a 13 ameaças por dispositivo. É um número bem maior do que nas grandes empresas.

Lista de ataques - O mesmo estudo descreve uma lista de ataques comuns e seus alvos principais:

CobaltStrike – A princípio uma ferramenta para aumentar a segurança e ajudar a identificar falhas nos sistemas, hoje é usada como arma maliciosa. Agentes de ameaças usam provedores de nuvem legítimos para hospedagem, permitindo que operadores demalware ocultem seu tráfego dos sistemas de monitoramento. Assim, dificulta-se um bloqueio automatizado.

Ataques à cadeia de suprimentos – Ao atacar um sistema de gestão, por exemplo, a ideia é acessar os clientes. É preciso medidas que reduzam os riscos relacionados a fornecedores ou terceiros, inclusive os de soluções tecnológicas. Essas ameaças ocorrem com os mais diferentes serviços, inclusive os fornecidos por nuvem.

Ransomware – Este é o mais famoso por ter sido muito usado durante a pandemia da Covid-19. Trata-se de uma espécie de malware que entra nos sistemas a fim de sequestrar dados e exigir pagamento de resgate. Uma quantidade enorme de empresas foram vítimas deste tipo de ataque nos últimos anos, gerando prejuízos financeiros e de reputação.

Infostealer – Usado para a coleta de informações confidenciais, como senhas e dados bancários, esta ameaça chega via phishing, por meio de e-mails.

Para se prevenir, o desenvolvimento do planejamento empresarial para 2023 tem a ver com orçamento, mas não só com isso. Ele passa por uma base sólida de confiança de dados, análise dos riscos cibernéticos em tempo real e levantamento dos riscos corporativos gerais. Um estudo claro irá mostrar o que funciona para um determinado modelo de negócios e onde é possível simplificá-lo, tornando-o mais seguro e eficaz.

** CEO da Inove Solutions*

DIVULGAÇÃO

Companhia prevê aumentar progressivamente capacidade de produção do complexo, chegando a 68 milhões/t em 2027

INDÚSTRIA EXTRATIVA

CSN Mineração vai aportar R$ 13,8 bi em Congonhas

Expectativa é aumentar produção para 39 milhões/t de minério em 2023

MARA BIANCHETTI

A CSN Mineração, braço de operações minerárias da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), confirmou que vai investir R$ 13,8 bilhões no complexo de Casa de Pedra, em Congonhas (Campo das Vertentes). O capex foi anunciado ao mercado junto à atualização de outras projeções do grupo durante evento com investidores e prevê a elevação da capacidade de produção da planta entre 2023 e 2027.

Serão aportados, em média, R$ 2,76 bilhões por ano. O montante total é relativo à fase 1 do projeto de adição de 33 milhões de toneladas à sua capacidade atual de produção de minério de ferro e superior ao apresentado no encontro com acionistas do ano passado. Naquela época foram projetados R$ 12 bilhões para as mesmas intervenções. Procurada, a empresa não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre os motivos que levaram ao reajuste do projeto em quase R$ 2 bilhões.

Essa primeira fase compreende os projetos de aumento de qualidade (CMAI 3, Rebritagem e Espirais), Expansão da Planta Central, Recuperação de Rejeitos das Barragens, Expansão do Tecar (Fase 60 Mtpa) e parte dos projetos de Itabirito, com o desenvolvimento da P4 e da P15. A companhia prevê aumentar progressivamente a capacidade da Casa de Pedra, chegando a 39 milhões de toneladas no próximo ano, a 40 m/t em 2024, 55 m/t em 2026 e 68 m/t em 2027.

Já a segunda etapa da expansão, a ser implantada entre 2027 e 2031, vai permitir à CSN Mineração alcançar uma capacidade de 116 milhões de toneladas a partir de 2032. A conclusão dos projetos vai permitir à empresa alcançar a quinta posição no ranking de produção de minério de ferro no mundo e assumir a liderança em teor de ferro com um portfólio de produtos premium.

> *Já a CSN Siderúrgica também projetou investimentos consolidados de R$ 4,4 bilhões para 2023; já para o intervalo entre 2024 e 2027, a expectativa é de R$ 5,5 bilhões a R$ 6,5 bi anualmente*

Aportes na siderúrgica - Em fato relevante divulgado por ocasião do evento, a siderúrgica também projetou investimentos consolidados de R$ 4,4 bilhões para 2023. Já para o intervalo de 2024 a 2027, a expectativa é de R$ 5,5 bilhões a R$ 6,5 bilhões anualmente.

No mesmo documento, o grupo siderúrgico também comunicou que espera vender 4,670 milhões de toneladas de aço em 2023. O volume representaria alta de cerca de 4,2% ante o projetado para este ano, segundo fato relevante divulgado ao mercado.

O número estimado para 2023 compara-se aos 4,48 milhões de toneladas agora esperados para este ano. A CSN havia projetado inicialmente vendas de 5,104 milhões de toneladas em 2022, mas executivos da companhia já haviam sinalizado um número menor.

Além disso, a empresa espera um custo caixa entre US$ 19 e US$ 21 por tonelada no próximo exercício, enquanto estima produção e compras de minério de ferro de terceiros de 39 milhões a 41 milhões de toneladas no mesmo período.

Já em energia, segmento em que a CSN vem elevando seu foco com a aquisição da CEEE-G neste ano e até planos para uma oferta inicial de ações (IPO) da CSN Energia no futuro, a estimativa da companhia é de um Ebitda de R$ 23 milhões em 2022.

Por fim, a empresa também comunicou que vai elevar os preços do aço no Brasil em 10% a partir de 1º de janeiro. O aumento servirá para manter a diferença de preços entre o aço importado e o nacional em cerca de 12%.

Vale destacar que os preços do aço no mercado internacional têm subido nas últimas semanas em meio à flexibilização de medidas de isolamento social na China e perspectiva de pacotes de apoio à economia pelo maior produtor e consumidor da liga no mundo. A perspectiva de maior consumo de aço no país asiático também tem puxado para cima os preços de insumos. **(Com informações da Reuters)**

MERCADO

Três companhias se unem por energia livre

Rio de Janeiro - Em meio à expansão do mercado livre de energia, companhias brasileiras como AES Brasil, ArcelorMittal e Eneva apoiaram a criação de uma nova empresa que oferece para integrantes desse segmento um ambiente 100% digital para negociação de energia elétrica, de certificado de energia limpa e produtos financeiros. Chamada de Brasil Energy Exchange (Beenx), a nova companhia entrou em operação como a primeira empresa de energia a oferecer todos esses negócios em um só ecossistema, no conceito conhecido como *"one stop shop"*, pontuou a empresa em nota nesta ontem.

Com sede em São Paulo, a Beenx é resultado de investimento das empresas AES Brasil, ArcelorMittal, Eneva e da companhia de inteligência energética Fohat Corporation. O investimento inicial para a fundação da Beenx foi de 10,5 milhões de reais, envolvendo projetos de pesquisa e desenvolvimento da reguladora Aneel e aportes de fundos de investimentos.

A companhia é também a primeira infraestrutura de mercado de energia em Blockchain na América Latina, que oferece integração de ponta a ponta por meio de um modelo que agrega gestão de *"backoffice"*, de riscos e outros serviços inéditos à operação de trading.

"Ao permitir que as transações sejam feitas todas em um único ambiente, a Beenx proporciona aos compradores e vendedores mais segurança, transparência e isonomia na composição de preços, além de reduzir os riscos de inadimplência e custos operacionais", disse a companhia em nota.

A Beenx explicou que permite que todo o ciclo de vida da negociação seja realizado dentro da plataforma de operação, desde o planejamento, passando pela inserção de flexibilidade, da sazonalização, da assinatura contratual, até a contratação de seguros, centralizando todos os documentos num lugar.

A operação é toda feita no ambiente digital da Beenx na internet, sem a necessidade de hardware ou software específicos. **(Reuters)**

MM 2032

Investimento Social pode ser feito via IR

Apesar de regularizada por lei, ação ainda não é tão conhecida no País; Movimento Minas 2032 quer mudar isso

ÉLIDA RAMIREZ,
especial para o DC

Todos os brasileiros Pessoa Física (PF) que fazem a Declaração do Imposto de Renda no modelo completo (por deduções legais) e todas as empresas brasileiras Pessoa Jurídica (PJ) que são tributadas pelo regime de lucro real têm até 31 de dezembro para aderir como Investidores Sociais por meio da adesão do Investimento Social ou Destinação Solidária do Imposto de Renda com teto máximo. A oportunidade é regulamentada pelas Leis Federais de Incentivo Fiscal desde 1990.

Com o Investimento Social, é possível investir o valor correspondente até 8% para pessoa física e até 9% para PJ do Imposto de Renda Devido. É possível escolher um projeto social que tenha sido aprovado por um Fundo Especial (municipal, estadual ou federal) do governo. Para isso, o interessado deve antecipar o percentual que deseja destinar ao fundo e escolher a destinação da doação. As entidades beneficiadas recebem o dinheiro, e o valor é lançado na declaração de IR de quem fez a doação. Há uma boa vantagem: o valor é corrigido pela taxa Selic quando a Receita Federal pagar o lote de restituição para o doador.

Apesar de ser regulamentado por lei há mais de 30 anos, o Investimento Social ou Destinação Solidária ainda é desconhecida por grande parte de empresários e pela sociedade civil. Por isso, o Movimento Minas 2032 – Pela Transformação Global, a Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado (Fundamig), a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), o #Conexão Doa MG e Idealist.org convocam toda a sociedade mineira para participarem e doarem.

Há quatro anos, o engenheiro de manutenção e professor Thiago Borges Pierini destina parte de seu imposto de renda para Fundos Municipais da Criança e do Adolescente. Nesse período, já apoiou fundos das cidades de Ibirité e Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). “Por ter carteira assinada, a empresa já faz os descontos para o imposto de renda mensalmente em meu contracheque e eu só tenho que fazer o ajuste em abril do ano seguinte. O único esforço que tenho é me planejar financeiramente para antecipar em um ano e receber integralmente o mesmo valor corrigido no ajuste do IR do ano seguinte. O mais legal pra mim é a doação não ter intermediários. Considero um esforço possível frente ao imenso benefício conseguido”, comemora o engenheiro.

Governança corporativa - Um exemplo de organização sem fins lucrativos que se beneficiou foi o Instituto Ramacrisna, de Betim, também na RMBH, que há seis décadas transforma a vida de crianças, jovens e famílias por meio da profissionalização, aprendizagem e promoção de oficinas. Em 2022, recebeu o montante de R$ 2,5 milhões de doações pelo IR de pessoas físicas e jurídicas. Os valores foram destinados para atendimentos em tecnologia, arte, cultura, educação e esporte.

A vice-presidente do Instituto, Solange Bottaro, avalia a importância desse tipo de doação: “As destinações podem ajudar a repartir melhor os recursos, fundamental em um país tão desigual. É por meio de colaborações como essa que o Ramacrisna está pela sexta vez na lista das 100 Melhores ONGs do Brasil e foi eleita entre as duzentas melhores ONGs do mundo em 2022. E precisamos de ajuda para seguir. A Destinação Solidária deve ser um compromisso de cada um com o desenvolvimento social local”.

Empresas como a Essencis, que é do ramo de tecnologias sustentáveis, faz doações para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) há mais de dois anos como parte de suas metas de governança corporativa. A verba doada vai para a Orquestra Jovem Ramacrisna, um dos principais projetos do Instituto. “Temos uma forte preocupação em escolher parceiros que verdadeiramente transformam a comunidade por meio de projetos estruturados e que sejam instituições sérias”, ressalta o analista de Comunicação e Responsabilidade Socioambiental da Essencis, Fred Mendes.

Esperança - A adesão de pessoas e empresas ao investimento social é a esperança do Centro Comunitário Palmares B, em Ibirité. O orçamento 2023 é deficitário em R$ 500 mil para garantir o atendimento integral no ano que vem. A associação atende 102 idosos de 14 bairros do município e oferece atendimento de sete modalidades para saúde física e mental. Porém, até agora só há R$ 200 mil em doações garantidas.

“Vimos nas doações via IR uma forma de garantir o atendimento. Aqui, oferecemos mais que saúde para os idosos. Percebemos que conseguimos resgatar vínculos com os familiares, fortalecer a autonomia física e mental, promover a noção dos direitos básicos e estimular a alegria de viver. Corremos o risco de ter cortes. Por isso, faço um pedido em nome dos idosos. Colaborem com a Destinação Solidária do IR”, reforça a coordenadora do Centro Comunitário Palmares B, Dayane Leocádio.

DIVULGAÇÃO

Adesão de pessoas e empresas ao investimento social do IR é esperança para o Centro Comunitário Palmares B, em Ibirité

PARTICIPE DO MM2032 – PELA TRANSFORMAÇÃO GLOBAL

MM2032 – Interessados em atuar em outras ações, por exemplo, de combate à fome em Minas Gerais podem escrever para minas2032@diariodocomercio.com.br

MM 2032 quer engajar sociedade

O Movimento Minas 2032 – Pela Transformação Global, a Fundamig, o #Conexão-Doa-MG e Idealist.org, a CDL/BH, por meio da Fundação CDL/BH, e a Fiemg estão engajados em mobilizar essa ação e convocam toda a sociedade mineira, especialmente empresários, a aderirem às doações do IR no exercício 2023. É preciso também estimular todos os setores da sociedade para que familiares e colaboradores que se enquadrem nos critérios definidos por lei façam doações.

“Estamos otimistas com as sementes da cultura da doação que estão sendo plantadas em Minas Gerais. Somos um povo solidário, empático e muito colaborativo. Por isso, acredito na ampliação dessa força por meio da doação de parte do IR devido. Convido a todos a fazerem o mesmo por um estado mais próspero para os mineiros” comenta a presidente do DIÁRIO DO COMÉRCIO, Adriana Muls.

Para Vilson Mayrink, presidente da Fundação CDL-BH, criada em 1986 para transformar vulnerabilidade em protagonismo, é fundamental a união de todos: “Pedimos aos associados da CDL e todos os mineiros que se enquadrem no perfil de destinador social que se comprometam em destinar seu imposto devido por meio do investimento social do IR até o próximo dia 31. São milhões de vidas que podem ser impactadas com um simples gesto. Lembrando que a empresa ou pessoa não terá nenhum gasto extra destinando seu imposto de renda”.

Mayrink completa que quem se interessar pode investir no Programa Despertar Empreendedor da Fundação CDL-BH, que capacitará 100 jovens entre 15 e 18 anos, que morem em BH e estejam em situação de vulnerabilidade social, por meio da vivência empreendedora e práticas inovadoras. Eles vão poder transformar suas vidas e também o núcleo familiar. O programa já recebeu destinação solidária e precisa arrecadar cerca de R$ 114 mil para 2023. **(ER)**

DIVULGAÇÃO

Centro Comunitário em Ibirité atende 102 idosos atualmente e promove saúde física e mental

Há facilidade para destinar imposto

Algumas empresas se especializaram na captação desse recurso. A Ser Solidário, por exemplo, foi criada com a missão de transformar o IR em ações de impacto social destinando estes recursos a organizações do Terceiro Setor. A empresa reúne em um único *site* todos os interessados em doar e em receber e também se responsabiliza em intermediar toda a operação. Não há custo nenhum para quem estiver interessado e a doação fica a um clique apenas.

Frederico David, proprietário da empresa, explica que a ideia surgiu da angústia que ele sentia com os pedidos de doação que chegavam. Hoje, são mais de 400 doadores e dezenas de organizações cadastradas no *site* habilitadas a receber. “Essa doação é a única forma de garantir a destinação exata dos recursos do IR. Se a gente escolhe para onde vai o dinheiro, temos a chance de municipalizar seu uso criando redes de apoio locais descentralizadas. E evitamos que esses valores sejam federalizados. Isso porque quem não destina o imposto devido a uma entidade, permite que o Tesouro Nacional decida como usar esse imposto. E aí não temos o controle sobre o que é feito porque é federal e vai para um caixa único”, reforça David. **(ER)**

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

DC DIÁRIO DO COMÉRCIO

INDÚSTRIA

Índice de confiança recua pela terceira vez consecutiva em Minas

Perda de ritmo da economia no País afetou o indicador

MARA BIANCHETTI

O Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei-MG) chegou a 49,7 pontos em dezembro, voltando a mostrar falta de confiança dos empresários, ao ficar abaixo dos 50 pontos, após 28 meses acima desse patamar. O resultado indica queda de 2,7 pontos frente a novembro (52,4 pontos) e representa o terceiro recuo seguido neste tipo de comparação, refletindo a avaliação dos industriais de piora no cenário atual e a moderação do otimismo para os próximos seis meses.

O resultado advém de uma série de fatores culminantes da desaceleração da atividade no Brasil e nas principais economias globais. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o Icei ficou 3,2 pontos abaixo da sua média histórica mensal (52,9 pontos) e foi 7 pontos inferior ao apurado em dezembro de 2021 (56,7 pontos), sendo o menor para o mês em seis anos.

O indicador resulta da ponderação dos índices de condições atuais e de expectativas, que variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam percepção de situação atual melhor e expectativa positiva para os próximos seis meses, respectivamente.

Para a analista da gerência de Estudos Econômicos da Fiemg, Daniela Muniz, a perda da força do efeito de normalização da economia pós-pandemia contribuiu para a piora das condições atuais. E para as expectativas, que se aproximou dos 50 pontos, mas ainda manteve a perspectiva otimista, mesmo que em menor intensidade, contaram vários fatores, como as incertezas da política econômica a ser adotada pelo novo governo, bem como o arcabouço fiscal que vigorará no País.

"Os dois puxaram para baixo, mas o que pesou mais foi o componente de condições atuais. Os resultados refletem a desaceleração da atividade econômica e também as incertezas do futuro. A inflação continua elevada, mesmo que em processo de arrefecimento, o crédito está mais caro e escasso, e a desaceleração global continua pesando sobre as *commodities* e pressionando setores exportadores", explica.

Condições - De maneira detalhada, o componente de condições atuais recuou 5,6 pontos ante novembro (54 pontos) e marcou 48,4 pontos neste mês. Com a retração, o indicador voltou a ficar abaixo dos 50 pontos, indicando que os empresários perceberam piora na situação atual das economias do País e do Estado, bem como dos seus negócios. Na comparação com dezembro de 2021 (50 pontos), o índice decresceu 1,6 ponto, e foi o mais baixo para o mês em seis anos.

O componente de expectativas, por sua vez, diminuiu pela terceira vez consecutiva e registrou 50,4 pontos em dezembro. Com o recuo, o indicador ficou bem próximo dos 50 pontos, mostrando perspectivas menos otimistas para os próximos seis meses. O indicador reduziu 1,2 ponto em relação a novembro (51,6 pontos) e 9,7 pontos frente a dezembro de 2021 (60,1 pontos), sendo o menor para o mês em seis anos.

"Enquanto houver incertezas, a tendência é que os empresários fiquem cautelosos e a confiança diminua. Devemos esperar para ver o que o novo governo vai colocar como prioridade para a pauta do ano que vem para saber como ficará o nível de otimismo. Algumas coisas já estão se esclarecendo em um movimento que causa maior tranquilidade no mercado e a tendência é que os empresários se posicionem melhor no decorrer do ano que vem", avalia.

> *"Os resultados refletem a desaceleração da atividade econômica e também as incertezas do futuro. A inflação continua elevada, mesmo que em processo de arrefecimento, o crédito está mais caro e escasso (...)"*

Porte - De maneira geral, o levantamento da Fiemg sinalizou perspectivas positivas junto a empresas de médio e grande portes e negativas para as pequenas. Nas condições atuais, todos os portes apresentaram pessimismo em relação à situação do Estado e do País. Já quanto à própria empresa, as percepções mostraram-se mais favoráveis para as de médio porte.

Já o componente de expectativas para os próximos seis meses também sinalizou perspectivas positivas junto a empresas de médio e grande portes e negativas para as pequenas. Todos os tipos de empresas representadas indicaram pessimismo quanto ao futuro da economia brasileira e apenas as de grande porte mostraram-se otimistas quanto ao futuro da economia mineira. Sobre seus próprios negócios, apenas as pequenas indicaram pessimismo.

REPRODUÇÃO / STANLEY

Indicador de condições atuais da indústria recuou para 48,4 pontos em dezembro, aponta a Fiemg

SEPLAG

Governo estadual lança consulta pública sobre a Nova Lei de Licitações

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), por meio do grupo de trabalho instituído para implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos (GT-NLLC) no Estado, disponibilizou, ontem, mais uma consulta pública para adequação dos procedimentos de compras estaduais à nova legislação.

A minuta de normativa busca regulamentar o procedimento auxiliar de pré-qualificação. O formulário recebe contribuições até 13 de janeiro.

"A pré-qualificação é um dos cinco procedimentos auxiliares previstos pela Nova Lei de Licitações. Ela traz ganhos de eficiência ao permitir que as condições de habilitação de licitantes ou as características técnicas ou de qualidade de bens sejam analisadas pela Administração previamente, promovendo eficiência nos procedimentos de contratação", explica a subsecretária do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), Virgínia Bracarense Lopes.

A subsecretária lembra que o procedimento de pré-qualificação já existia no regime da Lei Federal nº. 8.666/93, mas era restrito à modalidade de concorrência e não permitia limitar a futura licitação aos pré-qualificados. Assim, a normativa contempla as regras estabelecidas pela Nova Lei de Licitações, dispõe sobre condução, rito e vigência do procedimento de pré-qualificação e outras especificidades para sua operacionalização.

Consultas públicas - A Seplag-MG já concluiu outras oito consultas públicas sobre a Nova Lei de Licitações. Foram coletadas sugestões sobre os regulamentos do enquadramento de bens nas categorias comum e de luxo, das regras gerais de gestão e fiscalização de contratos administrativos, da apuração de infrações e aplicação de sanções a licitantes e contratados, da atuação dos agentes envolvidos nas contratações, dos procedimentos para a realização de pesquisa de preços, das modalidades de licitação pregão e concorrência com os critérios de julgamento de menor preço e maior desconto, da contratação direta por dispensa de licitação em função do valor, e do estudo técnico preliminar.

A Lei Federal nº 14.133/21 deve ser implementada até 1/4/2023. Por isso, o Governo do Estado tem atuado para possibilitar a transição para nova lei e garantir a execução de contratações.

Nos próximos meses, a Seplag-MG, por meio do CSC, consolidará novos normativos, disponibilizará orientações e capacitações sobre a nova lei, além de promover atualizações e ajustes de sistema necessários. **(Agência Minas)**

ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME: 28.201.130/0001-01

NIRE: 31300118096

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A., REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2022

1. Data, Horário e Local. Realizada no dia 28 de novembro de 2022, às 10h, na sede social da **ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.,** sociedade anônima, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, na Praça Rui Barbosa, 80, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 28.201.130/0001-01 ("**Companhia**" ou "**Emissora**"), com a dispensa de videoconferência em razão da presença do titular da totalidade das debêntures em circulação, com os votos proferidos via e-mail, que foram arquivados na sede da Companhia, conforme a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"). **2. Convocação**. Dispensada a convocação por edital, em razão da presença do titular das debêntures ("**Debenturista**") da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Adicional Fidejussória em Série Única, da Companhia ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), detentor da totalidade das Debêntures em circulação, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, cumulado com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e em linha com o parágrafo 3º do artigo 71º da Resolução CVM 81. **3. Presença**. O Debenturista detentor da totalidade das Debêntures em circulação objeto da Emissão. Presentes ainda: (i) representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"); e (ii) representantes da Companhia, todos conforme assinaturas ao final da presente ata. **4. Composição da Mesa**. O Debenturista escolheu o Sr. Victor Alencar Pereira como presidente da mesa e a Sra. Jaqueline Mota F. Oliveira como secretária, na forma da cláusula 9.3.1. da "*Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Energisa Transmissão de Energia S.A.*" celebrada em 01 de junho de 2022 entre a Emissora, a Energisa S.A. ("Garantidora") e o Agente Fiduciário, conforme alterada de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**"). **5. Ordem do Dia**. Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** aprovação ou não da alteração do prazo e da Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão) previstos na Cláusula 4.1.5. da Escritura de Emissão, de 01 de dezembro de 2022 para 01 de fevereiro de 2023; **(ii)** aprovação ou não da alteração do prazo para conclusão da Cessão Permitida (conforme definido na Escritura de Emissão) e aumento de capital da Newco, previstos no inciso XXXV, da Cláusula 7.1. da Escritura de Emissão; **(iii)** aprovação ou não da alteração das Cláusulas 4.3, 4.3.1 e 4.4.1 da Escritura de Emissão, para a alteração do cronograma de amortização e pagamento de juros das Debêntures; **(iv)** se aprovado o proposto no item (iii) acima, aprovação ou não de ajustes às Cláusulas 4.2.2, 4.2.2.1, 4.2.2.4, 4.9.1, 5.1.1.3, 5.2.6, 5.3.1 e 6.4 da Escritura de Emissão, para prever a hipótese de ser considerado o saldo do Valor Nominal Unitário para pagamentos e cálculos previstos na Escritura de Emissão; e **(v)** aprovação ou não para que a Companhia, a Garantidora e o Agente Fiduciário adotem todas as medidas e providências necessárias para celebrar todos os atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações constantes da Ordem do Dia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do 2º aditamento à Escritura de Emissão, bem como da ratificação dos atos eventualmente já praticados pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia, a Garantidora e/ou demais respectivos representantes legais, em consonância com as matérias acima. **6. Abertura e Deliberações.** Dando início aos trabalhos, foi verificado o quórum para instalação e deliberação, sendo ambos devidamente e legalmente atingidos. Isto posto, o Debenturista presente, pela unanimidade de votos, aprovou o seguinte: **(i)** Em relação ao item "i" da Ordem do Dia, o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, aprovou a alteração do prazo e da Data de Vencimento das Debêntures, previstos na Cláusula 4.1.5 da Escritura de Emissão, de forma a alterar a referida cláusula, que passará a vigorar da seguinte forma: *"4.1.5. Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo) ou do Resgate Antecipado Obrigatório ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 01 de fevereiro de 2023 ("Data de Vencimento das Debêntures")."* **(ii)** Em relação ao item "ii" da Ordem do Dia, o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, aprovou a alteração do prazo para conclusão da Cessão Permitida (conforme definido na Escritura de Emissão) e para o aumento de capital da Newco, previstos no inciso XXXV, da Cláusula 7.1. da Escritura de Emissão, de forma a alterar a referida cláusula, que passará a vigorar da seguinte forma: *"7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora, por si e pelas Subsidiárias, estas últimas apenas a partir da Data de Aquisição, e a Garantidora, por si, conforme aplicável, obrigam-se, ainda, a: (...) XXXV. a partir da Data de Aquisição, promover aumento de capital da Newco, integralizando as novas ações emitidas pela Newco com a totalidade das ações emitidas pela Gemini de titularidade da Emissora e concluir a Cessão Permitida até 01 de fevereiro de 2023;"* **(iii)** Em relação ao item "iii" da Ordem do Dia, Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, aprovou, conforme proposta da Emissora, a alteração do cronograma de amortização e pagamento de juros das Debêntures, de forma a alterar as Cláusulas 4.3, 4.3.1 e 4.4.1 da Escritura de Emissão, que passarão a vigorar com a seguinte redação: *"4.3. **Pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário:** 4.3.1. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago bimestralmente, a partir de 01 de outubro de 2022, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de dezembro de 2022 e o último na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário"), conforme indicadas a seguir:*

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Amortizado
1ª	01 de dezembro de 2022	10,0000%
2ª	Data de Vencimento	100,0000%

*4.4. **Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** 4.4.1. Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Remuneração será paga bimestralmente, a partir de 01 de outubro de 2022, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de dezembro de 2022 e o último na Data de Vencimento das Debêntures ("Data de Pagamento da Remuneração"), conforme indicadas a seguir:*

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração
1ª	01 de dezembro de 2022
2ª	Data de Vencimento

(iv) Em razão da deliberação (iii) acima e em relação ao item "iii" da Ordem do Dia, Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, aprovou, alterar as Cláusulas 4.2.2, 4.2.2.1, 4.2.2.4, 4.9.1, 5.1.1.3, 5.2.6, 5.3.1 e 6.4 da Escritura de Emissão, para prever a hipótese de ser considerado o saldo do Valor Nominal Unitário para pagamentos e cálculos previstos na Escritura de Emissão, de forma que referidas Cláusulas passarão a vigorar com a seguinte redação: *"4.2.2. Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive. 4.2.2.1. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:*

$$J = VNe \times (Fator\ Juros - 1)$$

onde: ***J =*** *valor unitário da Remuneração devida, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;* ***VNe =*** *Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;* ***Fator Juros =*** *Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde: ***Fator DI =*** *Produtório das Taxas DI desde a Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^{n} \left(1 + TDI_k\right)$$

onde: ***n =*** *Número total de Taxas DI consideradas desde a Primeira Data de Integralização, até a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro;* ***TDI_k =*** *Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:*

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

K = *Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";* ***DI_k =*** *Taxa DI de ordem k divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, utilizada com 2 (duas) casas decimais;* **FatorSpread =** *Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:*

$$FatorSpread = \left\{\left[\left(\frac{spread}{100} + 1\right)^{\frac{DP}{252}}\right]\right\}$$

onde: ***Spread =*** *1,2500; e* ***DP:*** *Número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.*

Observações: • Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDI_k), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e • A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo." **(...)** *"4.2.2.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, ou caso não seja obtido quórum de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, nos termos da Cláusula IX abaixo, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (ou da data em que seria realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, caso não seja obtido quórum de instalação em segunda convocação) ou na Data de Vencimento, caso esta ocorra primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do seu efetivo resgate, calculado pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIk o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.2 e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração."* **(...)** *"4.9.1. O preço de subscrição e integralização das Debêntures na Primeira Data de Integralização será o seu Valor Nominal Unitário e, caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, podendo ser acrescido de ágio ou deságio, desde que aplicado em igualdade de condições a todas as Debêntures em cada data de integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição")."* **(...)** *"5.1.1.3. O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será realizado mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data do Resgate Antecipado Facultativo."* **(...)** *"5.2.6. O Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures será realizado mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data do Resgate Antecipado Obrigatório."* **(...)** *"5.3.1. As Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e ao disposto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde que observe as regras expedidas pela CVM. (...) "6.4. Caso ocorra o vencimento antecipado, a Emissora se obriga a realizar o pagamento referente à totalidade das Debêntures, obrigando-se ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, além dos demais encargos moratórios, obrigações pecuniárias e outros acréscimos, se houver, devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida na Cláusula 6.3 acima; (i) fora do âmbito B3, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) de acordo com os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, mediante envio de comunicação antecipada à B3, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis de sua realização, para a criação de evento no sistema da B3."* (v) Em relação ao item "v" da Ordem do Dia, o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, aprovou que a Companhia, a Garantidora e o Agente Fiduciário adotem todas as medidas e providências necessárias para celebrar todos os atos necessários ao fiel cumprimento das Deliberações constantes da Ordem do Dia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do 2º aditamento à Escritura de Emissão em até 30 (trinta) dias após realização da AGD, ficando desde já ratificados os atos eventualmente já praticados pelo Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia, a Garantidora e/ou demais respectivos representantes legais, em consonância com as matérias acima. Restou, por fim, consignado que os termos iniciados em maiúsculas utilizados nesta ata de assembleia, que não tenham sido expressamente definidos nesta, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. A Companhia informa que a presente assembleia atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para a sua realização, conforme determina Resolução CVM 81. **7. Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Victor Alencar Pereira (Presidente), Jaqueline Mota F. Oliveira (Secretária), Emissora, Agente Fiduciário, Debenturista, nos termos da Resolução CVM 81. São Paulo, 28 de novembro de 2022. Victor Alencar Pereira - **Presidente;** Jaqueline Mota F. Oliveira - **Secretária**. **EMISSORA: ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.:** Nome: Gabriel Mussi Moraes, Cargo: Diretor Presidente, CPF: 104.684.287-04; Nome: Mauricio Perez Botelho, Cargo: Diretor Administrativo, CPF: 738.738.107-00. **AGENTE FIDUCIÁRIO: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:** Nome: Vinicius Alves de Lima, Cargo: Procurador, CPF: 369.903.248-56. **DEBENTURISTAS: BANCO ITAÚ BBA S.A.- CNPJ 17.298.092/0001-30:** Nome: Guilherme Lucio Silva Neto, Cargo: Procurador, CPF: 132.913.817-18; Nome: Victor Alencar Pereira, Cargo: Procurador, CPF: 316.935.038-24. Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A., de NIRE 3130011809-6 e protocolado sob o número 22/604.579-0 em 16/12/2022, encontra-se registrado na JUCEMG sob o número 9817078, em 19/12/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene Figueiredo. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Desembolsos do BNB recuam 39% em MG

Banco de fomento liberou R$ 2,2 bilhões para os municípios na área da Sudene no Estado entre janeiro e novembro

THYAGO HENRIQUE

Entre janeiro e novembro, os desembolsos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para o Estado somaram mais de R$ 2,2 bilhões. O valor é 39% inferior ao montante repassado no mesmo período do ano passado, quando foram aplicados R$ 3,6 bilhões. Apesar da retração, a expectativa é que dezembro os números sejam melhores. A projeção é do superintendente estadual do BNB para Minas Gerais e Espírito Santo, Wesley Maciel.

"Com relação a dezembro nós temos um mês especial de contratação em Minas Gerais. Em função do período das chuvas, temos uma área forte do agronegócio que trabalha com milho e soja, temos a pecuária, temos plantios de café, de eucalipto, e todos esses segmentos do agro demandam crédito nesse momento, que é o mais propício para os investimentos do setor agrícola. Então temos a expectativa de que o mês possa trazer importantes contratações e melhorar significativamente os números de aplicação em Minas Gerais ainda em 2022", destaca.

Maciel também acredita que os valores contratados pelos mineiros no último mês do ano serão superiores aos de dezembro de 2021. Já em relação ao balanço dos onze primeiros meses, o superintendente destaca o aumento em contratações dos segmentos prioritários de mini, micro e pequenos negócios. Realça ainda os programas destinados à agricultura familiar e às micro e pequenas empresas (MPEs), algumas das linhas que se tornaram prioridades durante a pandemia e apresentaram crescimentos expressivos no período apurado.

"No ano em que houve uma redução da dotação disponível do FNE [Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste], o banco apresenta números expressivos de crescimento para os segmentos prioritários mostrando a adesão à Constituição Federal de 1988 que manda priorizar o mini, micro e pequeno, mas também a sensibilidade de atender prioritariamente aqueles que mais precisam, aqueles que têm mais dificuldade com as crises e em capitalizar no mercado", afirma.

DIVULGAÇÃO / BNB

Desembolsos por meio do FNE em Minas somam R$ 1,6 bilhão

Segmentos - Segundo ele, o BNB está cada vez mais próximo a esses segmentos, proporcionando a eles condição de acessar as linhas de crédito para que continuem empreendendo, crescendo, mantendo emprego e renda.

Dentre os segmentos de prioridade para a instituição, houve a disponibilização de mais de R$ 327,5 milhões para a linha Agroamigo, destinada a agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os pequenos e miniprodutores rurais (PMPR) receberam mais de R$ 303,5 milhões e as MPEs cerca de R$ 225,1 milhões.

Já do lado oposto, os desembolsos para os grandes empresários e para o grupo de infraestrutura, que demandam maior volume de recursos, apresentaram significativas quedas. No caso do primeiro, foram direcionados neste ano R$ 136,2 milhões, contra R$ 1,7 bilhão no mesmo intervalo de 2021. O recuo foi de aproximadamente 92%. Já no segundo, houveram repasses de R$ 168,9 milhões, ante R$ 417,1 milhões, retração de cerca de 40%.

Ainda conforme os dados, do total disponibilizado para Minas Gerais, R$ 1,601 bilhão foram por meio do FNE. O restante é proveniente de valores próprios, como a linha Crediamigo, que utiliza somente recursos da instituição. O programa de microcrédito produtivo, que atende a empreendedores dos setores informal e formal da economia, como padarias, ambulantes e salões de beleza, foi responsável, inclusive, pela aplicação de R$ 516,3 milhões no período.

No que se refere a quantidade de operações realizadas pela instituição, houve queda de mais de 9%. Ao todo, entre janeiro e novembro de 2022, foram feitas 220.334 operações, contra 243.579 no mesmo intervalo do ano passado.

ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
CNPJ/ME nº 07.004.980/0001-40 - NIRE 31.300.020.606
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 19 dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 8 horas, na sede social da Essencis MG Soluções Ambientais S.A., localizada na Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-381 Fernão Dias, s/n, Km 499, Morada do Trevo, CEP 32600-836 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Celso Pedroso; e Secretário: Bruno Costa Carvalho de Sena. **4. ORDEM DO DIA:** [illegible]

(r) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, após carência de 2 (dois) anos, sendo o primeiro pagamento das Debêntures devido no dia 19 de dezembro de 2024 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, conforme a tabela disposta na Escritura de Emissão; **(s) Local de Pagamento**. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia na respectiva data do pagamento, utilizando-se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou **(ii)** na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, os procedimentos adotados pelo escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso; **(t) Encargos Moratórios**. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida e não paga aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento pecuniário até a data do efetivo pagamento, à 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); **(u) Garantia Real**. Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento de todas as obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, os custos, as comissões e as despesas devidos pela Companhia no âmbito da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), tais como os honorários do Agente Fiduciário, bem como aqueles para a constituição e aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), e, ainda, a totalidade das eventuais indenizações, custos, despesas, honorários advocatícios judiciais ou honorários advocatícios extrajudiciais e demais encargos comprovadamente incorridos pelos Debenturistas, inclusive, em decorrência de quaisquer processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures serão garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de determinados contratos de prestação de serviço celebrados pela Companhia, conforme listados no Contrato de Cessão Fiduciária, e de direitos creditórios oriundos de conta vinculada de titularidade da Companhia advindos destes contratos, nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Comanhia e o Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente), o qual será devidamente formalizado previamente à Data de Integralização; **(v) Garantia Fidejussória**. Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas, incluindo todas as obrigações principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, as Fiadoras, de forma irrevogável e irretratável, prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de forma solidária e proporcional **à sua participação** acionária direta (no caso da Solví Essencis) ou indireta (no caso da BMPI), conforme aplicável, atual na Companhia, conforme tabela disposta na Escritura de Emissão, na Data de Emissão ("Fiança"); **(w) Resgate Antecipado Facultativo Total**. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures), com o seu consequente cancelamento, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo Total, será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; **(ii)** dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão; e **(iii)** de prêmio *flat* regressivo, conforme consta na tabela prevista na Escritura de Emissão. **(x) Amortização Extraordinária Facultativa**. Não será admitida a amortização extraordinária das Debêntures; **(y) Oferta de Resgate Antecipado**. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado, acrescido dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; **(ii)** e eventuais encargos devidos e não pagos pela Companhia, se houver; e **(iii)** se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá, em nenhuma hipótese, ser negativo; **(z) Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º da LSA, no artigo 15 da Instrução CVM 476, bem como os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada e demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. **(aa) Vencimento Antecipado**. Observados os termos da Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), especificações, ressalvas e/ou exceções em relação a tais eventos serão negociados e definidos na Escritura de Emissão, prevalecendo, em qualquer caso, os termos a serem previstos na Escritura de Emissão: (i) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação relativa à Remuneração das Debêntures, amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e aos Encargos Moratórios, desde que tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da respectiva data de pagamento; (ii) caso ocorra (a) decretação de falência da Companhia e/ou das Fiadoras; (b) pedido de autofalência pela Companhia e/ou pelas Fiadoras; (c) pedido de falência da Companhia e/ou das Fiadoras formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou das Fiadoras independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou das Fiadoras, ou, em todos os todos os casos, qualquer outro procedimento análogo em outra jurisdição; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou das Fiadoras, na condição de devedora e/ou garantidora contraídas no âmbito do mercado financeiro e/ou de capitais, local e/ou internacional, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), no caso da Companhia ou R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no caso das Fiadoras, ou seu equivalente em outras moedas, reajustado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"); (iv) redução de capital social da Companhia e/ou das Fiadoras, nos termos do artigo 174 da LSA, exceto se (a) para absorção de prejuízos, devidamente comprovado ao Agente Fiduciário mediante envio do respectivo ato societário e demonstração financeira comprovando a referida absorção de prejuízos; ou (b) previamente autorizado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (v) cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia ou das Fiadoras, ou ainda qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia ou as Fiadoras, exceto se (a) realizadas dentro do grupo econômico da Companhia ou das Fiadoras; (b) não impliquem alteração do controle indireto sobre a Companhia e/ou direto ou indireto das Fiadoras ("Reorganização Societária Permitida"); e/ou (c) previamente autorizado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (vi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de quaisquer de seus direitos e/ou obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável, exceto se (a) em razão de uma Reorganização Societária Permitida; e/ou (b) previamente autorizado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (vii) concessão pela Companhia, de novos empréstimos, mútuos, adiantamentos ou outras formas de crédito a terceiros, pessoa física ou jurídica, sociedade, entidade ou veículo de qualquer natureza cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, reajustado monetariamente pela variação do IPCA, incluindo entre empresas do Grupo Econômico da Companhia e/ou das Fiadoras. Para fins deste item, "Grupo Econômico" significa, com relação a uma determinada sociedade, quaisquer de suas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas); (viii) transformação do tipo societário da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da LSA; (ix) alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado pelos Debenturistas, ou (b) não resultar em alteração da atividade principal da Companhia; (x) pagamento, por qualquer das Fiadoras, enquanto estiver em curso algum Evento de Vencimento Antecipado, de dividendos ou resgate de ações, incluindo dividendo a título de antecipação de lucros e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre o capital próprio; (xi) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Escritura de Emissão; (xii) questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer das Fiadoras ou por qualquer sociedade de seu Grupo Econômico, da Escritura de Emissão, da Fiança e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária; (xiii) se for verificada a invalidade, ineficácia, nulidade ou inexequibilidade total de quaisquer disposições da Escritura de Emissão, bem como de seus aditamentos, por meio de decisão judicial cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos pela Companhia e/ou pelas Fiadoras no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contado de tal decisão, ou no prazo legal, o que ocorrer primeiro; (xiv) verificada a falsidade de quaisquer declarações e disposições da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como de seus aditamentos, desde que devidamente comprovadas; (xvi) descumprimento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da data do referido descumprimento, exceto se outro prazo de cura específico estiver sido estabelecido nos termos da Escritura de Emissão; (xvii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, que não especificadas no item (i), desde que tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de pagamento, exceto se outro prazo de cura estiver sido estabelecido nos termos da Escritura de Emissão; (xviii) distribuição, pela Companhia, de dividendos, além do mínimo obrigatório, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, ou realização de resgate ou amortização de ações distribuição, pela Emissora, de dividendos, além do mínimo obrigatório, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, ou realização de resgate ou amortização de ações, caso seja verificado um ICSD (conforme definido abaixo) menor do que 2,30 (dois inteiros e trinta centésimos) com relação às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 2023, 1,60 (um inteiro e sessenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 2024 e ICSD menor do que 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) nos anos seguintes, no momento do referido pagamento; (xix) comprovarem-se incompletas, incorretas, inconsistentes ou insuficientes, em seus aspectos relevantes, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Companhia e/ou pelas Fiadoras no âmbito da Escritura de Emissão, exceto se o fato, evento ou circunstância resultando em tal demonstração tenha sido curado, corrigido ou de alguma forma remediado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data de [illegible]

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, [illegible] Betim/MG, 19 de dezembro de 2022. **CONFERE COM A ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO. Celso Pedroso** - Presidente; **Bruno Costa Carvalho de Sena** - Secretário. **Acionistas presentes: Solví Essencis Ambiental S.A.**- Nome: Celso Pedroso, Cargo: Diretor Presidente; Nome: Eduardo Alves Rodrigues, Cargo: Diretor Jurídico, de Compliance e de Gestão de Riscos; **Ambientis Soluções Ambientais S.A.** - Nome: Bruno Costa Carvalho de Sena, Cargo: Diretor Presidente; Nome: Alícia Maria Gross Figueiró, Cargo: Diretora Administrativo-Financeiro.

FUSÕES E AQUISIÇÕES

Volatilidade e colapso do mercado de dívidas derrubaram número de operações

Londres e Nova York - A atividade global de fusões e aquisições este ano ficou bem abaixo do registrado ano passado, com o colapso dos mercados de dívida e a volatilidade dos mercados de ações dizimando o valor das empresas. Para 2023, a expectativa de executivos de bancos de investimento é de um caminho lento de recuperação.

O valor total das fusões e aquisições realizadas este ano caiu 37% até 20 de dezembro, para US$ 3,66 trilhões, segundo dados da Dealogic, depois de atingir recorde histórico de US$ 5,9 trilhões no ano passado.

Executivos de banco de investimento e advogados de negócios disseram que os níveis de atividade de 2021 eram insustentáveis e que uma correção era inevitável, mas culparam a incerteza macroeconômica por dificultar vários acordos potenciais no segundo semestre deste ano.

"Alguns vendedores ainda esperam pelo preço de ontem e alguns compradores ainda esperam obter o financiamento de ontem, embora essas coisas não estejam mais disponíveis. É por isso que vimos menos atividade", disse o coditetor global de M&A no JPMorgan, Dirk Albersmeier.

Os volumes de fusões e aquisições nos Estados Unidos caíram cerca de 43%, para US$ 1,53 trilhão, enquanto a Europa e a Ásia-Pacífico registraram uma queda de 27% e 30%, respectivamente, com volumes pairando um pouco acima da marca de US$ 900 bilhões.

No quarto trimestre, houve uma contração de 56% nas fusões e aquisições globais, para US$ 641,2 bilhões, em parte causada de uma queda de 66% na atividade de *private equity*.

O mercado de financiamento para aquisições alavancadas parou em 2022 quando os bancos centrais aumentaram as taxas de juros, forçando grandes firmas de *private equity* a assinarem cheques maiores ou abandonarem ambições de aquisição. Os volumes de compras de ativos lideradas por *private equity* caíram 35% durante o ano.

"Apesar do ambiente macro e geopolítico, estratégias bem capitalizadas ainda farão negócios importantes para planos de longo prazo", disse o coditetor de fusões e aquisições globais do Bank of America, Ivan Farman.

Mesmo com ventos macroeconômicos contrários, houve 39 negócios no valor de mais de US$ 10 bilhões anunciados em 2022.

Eamon Brabazon, coditetor de fusões e aquisições na Europa, África e Oriente Médio do Bank of America, prevê um primeiro trimestre "moderado", mas disse que "os volumes de negócios começarão a crescer no segundo trimestre".

A aquisição da Albertsons pela Kroger por US$ 25 bilhões e a compra da Horizon Therapeutics pela Amgen por US$ 28 bilhões foram os maiores negócios do quarto trimestre.

Desaceleração - Vários mega-negócios no valor de dezenas de bilhões de dólares se desfizeram em 2022, quando a volatilidade do mercado e leis antitruste mais rígidas fizeram empresas pisar no freio.

"Apesar dos desafios de financiamento para aquisições, os fundos de *private equity* continuam confiantes, pois estão sentados em uma grande quantidade de pólvora seca e o mercado está indo atrás deles", disse Alvaro Membrillera, chefe do escritório de Londres da Paul Weiss. **(Reuters)**

PEC DA TRANSIÇÃO

Mudanças no texto são bem avaliadas em Minas

Desidratação da proposta reduz riscos

THYAGO HENRIQUE

As mudanças feitas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/22, denominada de PEC da Transição, agradaram especialistas em Minas. A desidratação da proposta, que terá validade de apenas um ano, reduz o risco de insolvência do governo federal.

> *"O prazo de um ano fará que o novo governo priorize a implementação de um arcabouço fiscal crível, o que diminuirá o risco de insolvência"*

A matéria amplia o teto de gastos em R$ 145 bilhões pelo prazo de um ano e libera recursos para que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), possa cumprir algumas promessas de campanha. Dentre elas, a manutenção do pagamento do Auxílio Brasil (Bolsa Família) em R$ 600; o valor adicional de R$ 150 por criança de até seis anos; e o aumento real do salário mínimo a partir de janeiro.

Ao longo dos dias em que esteve em discussão, a PEC da Transição sofreu algumas mudanças significativas. O texto inicial proposto pela bancada petista previa, por exemplo, um gasto fora do teto de R$ 198 bilhões. Outro ponto inicialmente apresentado era que o programa de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza fosse retirado da regra fiscal pelo prazo de quatro anos.

O economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), João Pio, ressalta que apesar da versão do texto ter sido aprovada com a ampliação dos recursos apenas para 2023, o PT esperava que se mantivesse ao menos nos dois primeiros anos do novo governo. Ainda segundo ele, a desidratação da PEC é vista pelo mercado com bons olhos, "uma vez que o risco de insolvência do governo passa a ser menor".

Ele também lembra que o governo eleito ainda deve apresentar um arcabouço fiscal que evite a explosão do endividamento público ao longo dos próximos anos. Além disso, reitera que embora o mercado tenha respondido positivamente a um prazo de vigência menor, "apenas com a definição de um arcabouço fiscal crível, que permita o reequilíbrio das contas públicas e que sinalize a sustentabilidade da dívida, a trajetória dos juros poderá ser modificada. Caso contrário, desenha-se um cenário de permanência da taxa básica de juros em patamar elevado, o que deve reduzir o crescimento econômico em 2023".

ADRIANO MACHADO / REUTERS

Proposta original era ultrapassar o teto de gastos durante 4 anos, mas o Congresso reduziu para um

Ainda de acordo com Pio, o período reduzido não deve gerar problemas para a continuidade das políticas sociais em 2024. Conforme ele, é necessário que o equilíbrio fiscal permaneça, pois somente com ele os ganhos sociais serão sólidos. Já o desequilíbrio implicará na redução do crescimento econômico e no aumento da inflação, o que penaliza mais fortemente a parcela mais pobre da população. "O prazo de um ano fará que o novo governo priorize a implementação de um arcabouço fiscal crível, o que diminuirá o risco de insolvência e contribuirá para uma maior eficiência dos gastos públicos e um menor impacto à economia brasileira", destaca.

Para o professor de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mauro Sayar, a desidratação da emenda é sem dúvida algo melhor do que o inicialmente proposto. Segundo ele, isso "pode de alguma forma sinalizar um outro limiar para se negociar o orçamento do ano que vem com R$ 50 bilhões ou algo em torno disso a menos". Ressalta, contudo, que simulações de diversos especialistas indicam que um gasto acima do teto no ano que vem em R$ 90 bilhões vai gerar uma trajetória de dívida pública preocupante.

Ainda conforme Sayar, o cenário de crescimento em patamares muito elevados deixa a economia brasileira pouco resiliente a eventuais choques macroeconômicos que possam ocorrer. "Se acontece algo com uma emergência, como uma pandemia ou uma crise internacional, em que necessite que o governo se endivide para socorrer a população e minimizar os efeitos adversos de uma crise, teremos cada vez menos a possibilidade de estar usando à colaboração do setor público para amenizar essas eventuais adversidades", ressalta.

Quanto ao cenário de alta da Selic, e de elevação das taxas de juros de longo prazo – incidentes sobre as dívidas longas do Tesouro Nacional, mas que servem como parâmetro para captação do setor privado –, o professor não acredita que possa haver redução imediata. Em relação às políticas sociais, ele afirma que a desidratação da PEC da Transição não deve colocá-las em xeque. Enfatiza, por outro lado, que está em ameaça o valor real dos auxílios para o futuro, bem como o próprio crescimento do salário das famílias.

Arranjo - Já o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), José Anchieta da Silva, preferiu enumerar alguns pontos sobre a proposta. Segundo ele, o orçamento do ano em curso "já está muito furado" e o governo atual, de Jair Bolsonaro (PL), precisa deste arranjo mediante a PEC da Transição para fechar as contas de 2022. "Senão elas não vão fechar, e isso leva a alguns problemas, como a inelegibilidade. Então não é por bondade que a turma do Bolsonaro está apoiando não, aliás, eles furam teto o tempo todo", diz.

Conforme Silva, durante a campanha para Presidência do País, os dois candidatos pregaram o mesmo discurso e ofereceram os R$ 600 à população de baixa renda. Sendo assim, se ao invés de Lula, o eleito fosse o atual presidente, "ele precisaria ter o mesmo empenho para essa aprovação".

O executivo ainda pontuou que o pedido do petista para uma vigência de quatro anos "seria um grande desgaste para a economia" e que, portanto, "é razoável que tenham aprovado em um ano". Por fim, fez um desabafo. "O mundo empresarial não é ouvido há tempos. Tudo se resolve lá em Brasília e isso vai cair no colo do empresário em impostos e no colo do cidadão. A gente quer ser ouvido, mas mais uma vez sequer fomos ouvidos", afirma.

Arcabouço fiscal será apresentado

Brasília - O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou ontem, após a aprovação da PEC da Transição, que pretende enviar ao Congresso uma proposta de novo arcabouço fiscal "boa, consistente e viável" no primeiro semestre de 2023.

O ex-prefeito de São Paulo disse também estar satisfeito com a aprovação do texto-base da PEC.

"Desconstitucionalizamos o teto para aprovar um novo arcabouço fiscal, que eu pretendo mandar para o Congresso ainda no primeiro semestre do ano que vem, para dar tempo de o Congresso ter pelo menos seis meses para se debruçar sobre o tema. Se eu puder mandar antes, melhor", disse.

O texto aprovado na Câmara amplia o teto de gastos em R$ 145 bilhões no próximo ano -e não por dois anos, como previa a versão que passou pelo Senado no início do mês. A PEC também autoriza outros R$ 23 bilhões em investimentos fora do limite de despesas.

Segundo Haddad, a redução do tempo não é negativa e não muda o desenho do novo arcabouço fiscal, apenas antecipa a apresentação de uma nova proposta de regra fiscal.

"Só acelera o ritmo, vamos ter de nos debruçar com mais intensidade para poder remeter ao Congresso o quanto antes. O quanto antes eu encaminhar, menos pressão sobre o Congresso, mais tempo disponível vai ter para se debruçar sobre o assunto", afirmou.

O futuro ministro disse que pretende conversar com economistas de diferentes escolas econômicas para chegar a uma fórmula "robusta", que "estabilize as contas públicas e que seja crível". **(Nathália Garcia/ Folhapress)**

ASSEMBLEIA

Urgência da RRF é retirada pelo governo

Durante a Reunião Ordinária ontem, o Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) recebeu mensagem do governador Romeu Zema (Novo) que retira a urgência para votação do Projeto de Lei (PL) 1.202/19, de sua autoria, que autoriza o Estado a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Com o recebimento da mensagem, pode ser retomada a votação de outros projetos e vetos constantes na pauta do Plenário. A falta de acordo para votação do PL 1.202/19 vinha travando a deliberação sobre qualquer outra proposta, uma vez que o regime de urgência dava prioridade a esse projeto.

Na mensagem enviada ao Parlamento mineiro, o governador apresenta uma breve justificativa para a mudança de postura. "A retirada da urgência é necessária para que, com o diálogo ampliado, tenhamos juntos capacidade de construirmos o entendimento na busca do bem comum. Em síntese, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, essa é a razão que me leva a requerer a retirada da urgência da referida proposição."

Proposto pelo governo federal, o RRF oferece melhores condições para o pagamento das dívidas do governo estadual com a União, durante um período de nove anos. Como contrapartida, o Estado deve adotar medidas para conter o crescimento de suas despesas por este período.

As dificuldades para o entendimento com relação ao Regime de Recuperação Fiscal decorrem, entre outros pontos, das contrapartidas propostas pelo Governo do Estado, tais como privatização de empresas públicas. Os parlamentares também questionam as consequências para futuros governos da interrupção temporária do pagamento da dívida com a União.

Confaz - O governador também enviou uma segunda mensagem encaminhando convênios aprovados na 187ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Tais convênios tratam da concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS.

Vetos - Após a retirada do pedido de urgência do PL 1.202/19, o Plenário analisou os vetos do governador Romeu Zema que também estavam travando a pauta.

Ao todo, eram dez vetos a proposições de lei que haviam sido aprovadas pela ALMG. Com a análise das matérias que estavam na faixa constitucional da Reunião Ordinária de Plenário, a pauta foi liberada para a votação dos demais projetos.

A polêmica ficou por conta do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar 175. O governador Romeu Zema vetou dispositivos que considerou inconstitucionais, mas o deputado Sargento Rodrigues (PL) foi à tribuna para criticar o que considerou um descumprimento de acordo. "Cadê o fio do bigode?", condenou.

Após a suspensão da reunião para entendimentos, foi negociado um novo acordo, que permitiu a continuidade das votações em Plenário. Segundo o líder do Governo, deputado Roberto Andrade (Avante), o assunto será tratado em um novo projeto de lei, a ser encaminhado no próximo ano.

Assim, foi mantido o veto a dispositivo que reduzia para sete anos o prazo para promoção de cabos e soldados. Porém, foi rejeitado o veto a dispositivo segundo o qual o cômputo da carga horária semanal de trabalho dos militares será apurado ao final de 90 dias e o somatório dessa carga não poderá exceder 160 horas por mês. **(Com informações da ALMG)**

UNIÃO EUROPEIA

Soja e café não promovem desmatamento

Recente decisão da comunidade europeia deve impedir importação de produtos ligados a desmate ilegal; agro rebate

MICHELLE VALVERDE

A decisão da União Europeia em aprovar uma nova lei com o objetivo de impedir a compra de produtos ligados ao desmatamento não surpreendeu os produtores de Minas Gerais. A medida é vista como uma forma de dificultar a comercialização dos produtos brasileiros com o objetivo de derrubar os preços. Mesmo diante do endurecimento das regras, produtores afirmam que, a princípio, os embarques não devem ser prejudicados, uma vez que a produção segue cada vez mais sustentável e atendendo à legislação brasileira, que é uma das mais rigorosas do mundo.

Para exportar para os países da União Europeia, com a lei aprovada, as empresas de soja, óleo de palma, carne bovina, cacau, café, borracha e madeira, ou mercadorias que contenham esses produtos deverão adotar um sistema de varredura que abranja as cadeias de fornecimento para continuarem a fazer negócios com o bloco.

O presidente da Associação Mineira dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas (Aprosoja Minas), Fábio de Salles Meirelles Filho, explica que o setor ainda está estudando a decisão da UE, mas que o posicionamento do bloco não é novidade para o setor: "Ainda estamos estudando o que se falou e o que se coloca como aprovado. Isso porque o documento na íntegra, oficial, ninguém teve acesso. Tem os dados e os levantamentos que foram propostos nessas reuniões. Mas isso já não é uma coisa muito nova. É uma insistência que vem de alguns países europeus há anos. Na Comunidade Europeia foi estabelecida a data de 2020 como limite de desmatamento legal, o ilegal não se discute. Na Grã-Bretanha têm restrições, mas atende toda a legislação e não há questão de desmatamento legal. Tem ainda os Estados Unidos que estão estudando um regramento ambiental, inclusive para eles".

> *A princípio, embarques não devem ser prejudicados; bloco europeu restringe soja, óleo de palma, carne bovina, cacau, café, borracha, madeira e produtos derivados*

Ainda segundo Meirelles, o posicionamento da UE tem como objetivo provocar uma queda de preços dos produtos, medida que pode contribuir para controlar a inflação por lá, que está elevada. "Na realidade, essa conversa toda da Comunidade Europeia tem como objetivo conseguir baixar os nossos preços. Eles querem comprar o produto a um valor mais baixo já que a inflação está em disparada", critica.

Meirelles destaca ainda que a UE está tornando as regras para a importação de produtos mais rigorosas em relação às questões do desmatamento, mas dentro do território europeu, em função da crise energética, o desmatamento está avançando para áreas de florestas e de reservas. "A Europa enfrenta uma crise por falta energia e os países estão comprando energia muito cara. Então, cobram dos outros para 'tapar o sol com a peneira'. A Alemanha aumentou uma área de extração de carvão gigantesca. Já consumiu o campo na área de agricultura, consumiu algumas cidades e consumiu, agora, uma floresta de 12.000 anos. A França e outros países estão plantando em todos os lugares que podem, inclusive, em áreas de reservas que eles pediram licença. A questão é energética e comercial", recrimina o dirigente da Aprosoja Minas.

PAULO WHITAKER / REUTERS

Segundo Aprosoja MG, sustentabilidade da produção de soja no País gera créditos de carbono

A nova lei aprovada pela UE, segundo Meirelles, também é uma afronta à soberania brasileira: "A UE afronta a legislação brasileira, porque não há em nenhum lugar do mundo uma legislação tão dura quanto o Código Florestal Brasileiro e nós atuamos sobre ele".

Tradings - Meirelles explica que a pressão para a redução de preços já é sentida pelo setor nas negociações junto às *tradings*. "No primeiro momento não temos nenhum impacto, porque o documento não chegou ao Brasil. Mas é uma preocupação muito grande porque tivemos a Conferência das Nações Unidas pelo Clima (COP) e já vimos a ação das *tradings* mais ou menos nesta linha. Impondo situações ao Brasil como se fossem senhores do ambientalismo. O produtor rural é o maior ambientalista, pois ele conserva grande parte da propriedade. Ele tem necessidade da preservação das nascentes e da água".

A sustentabilidade da produção de soja, segundo Meirelles, já foi comprovada e a cultura gera créditos de carbono. Segundo ele, o posicionamento da Europa e das *tradings* pode estimular que produtores criem suas próprias e passem a comercializar a produção com outros países. "Nossa função é produzir, mas podemos começar a entrar no mercado internacional e vender os produtos, descartando os grandes tradings. Os países precisam de alimento brasileiro. Então, se eles não querem comprar, vamos sair e vender e não é só a soja, mas uma série de grãos que são plantados como rotação de cultura. Utilizamos o plantio direto, a rotação para dar estabilidade ao solo. Isso aí nos coloca como País de segurança alimentar internacional".

Ainda conforme Meirelles, atualmente os preços da soja estão gerando margens muito baixas para os produtores, que enfrentam aumento significativo dos custos. A soja é negociada, em média, a R$ 150 a saca de 60 quilos, valor que para gerar lucro deveria estar em torno de R$ 200.

Entidades cafeeiras também contestam

Além da soja, o café também está entre os produtos que podem sofrer restrições com a nova lei europeia que inibe a compra de produtos ligados ao desmatamento. Porém, o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, explica que as sanções impostas pelo Parlamento Europeu não devem impactar o comércio do café mineiro e brasileiro, já que a atividade não promove o desmatamento. "Reiteramos que a cafeicultura não promove desmatamento. Muito pelo contrário. Nos últimos anos, avançamos substancialmente na produção sustentável. Hoje, o café regenera áreas, cuida das nascentes, recupera mananciais e preserva as matas ciliares. Portanto, a preocupação com desmatamento do Cerrado e de outros biomas, no caso da cafeicultura, é desnecessária".

Silas explica ainda que a área utilizada pelo café vem sendo reduzida, fruto do maior investimento em tecnologias que permitem o aumento da produção através de uma maior produtividade. "No café, nós temos diminuído, inclusive, a área cultivada. Temos investido muito na pesquisa, na ciência, no conhecimento, na tecnologia e, consequentemente, temos produzido mais café. Não temos nenhuma apreensão em relação à lei que impõe sanções sobre o café. Estamos explicando para o mercado - o que é nossa obrigação - como nós produzimos dentro dos princípios da sustentabilidade, respeitando o lado humano, social, a qualidade de vida e o meio ambiente. Portanto, não há nenhuma apreensão por parte do fornecimento de café para o mercado europeu".

O CNC continuará acompanhando os desdobramentos da ação europeia e julga ser importante as demais instituições fazerem o mesmo. "Como dissemos desde o primeiro dia, é hora de unir forças e lutar para que o embargo não seja mais político/econômico do que ambiental. O Brasil é o país com a mais rígida lei imposta através do Código Ambiental. Sugerimos que a iniciativa privada e o poder público devam se unir para combater qualquer exagero das sanções impostas", disse Silas Brasileiro.

Posição do Cecafé - Em nota, o diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, explicou que a entidade entende e respeita as crescentes e necessárias preocupações dos mercados consumidores internacionais com as questões relacionadas ao social e ao meio ambiente, mas vê certa preocupação com iniciativas e posicionamentos que fazem menção à cafeicultura brasileira, sem que haja o conhecimento do respeito aos critérios ESG e à Lei Ambiental que a atividade cafeeira nacional possui.

"Ao longo das últimas décadas, o Brasil investiu em pesquisa e tecnologia e, como consequência, a sustentabilidade ambiental se deu por meio da redução de 55% da área cafeeira do País, ao mesmo tempo em que a produtividade foi ampliada em mais de 400%. Mais do que isso, os índices de preservação ambiental estão acima daqueles exigidos pelo Código Florestal Brasileiro, uma vez que, nas regiões cafeeiras do País, são preservados 51,5 mil km² de Reservas Legais (RL), matas nativas, Áreas de Preservação Permanente (APP), etc. Esse tamanho equivale, por exemplo, a 1,25 vez o território da Suíça", reitera Matos.

Como ação efetiva atrelada à mitigação do aquecimento global, o Projeto Carbono comprovou que a cafeicultura é carbono negativo, retirando da atmosfera 10,5 toneladas de CO_2 e equivalentes por hectare com a adoção de boas práticas agrícolas. Mesmo na produção tradicional, a atividade é carbono negativo, retirando 1,63 toneladas. **(MV)**

NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

TURISMO

Fazenda Paciência, um resgate histórico

Construída em 1742, em uma área de 200 hectares no município de Santana dos Montes, foi totalmente restaurada

LUCIANA MONTES,
Editora-executiva*

É difícil eleger a melhor característica, entre tantas, da Fazenda Paciência (*hotelfazendapaciencia.com.br*), localizada em Santana dos Montes, na região Central de Minas. O enorme casarão branco, de janelas e portas azuis, rodeado com calçamento de pedra pé-de-moleque, é um convite para aqueles que precisam fugir do estresse da cidade grande. E espaço não falta.

A Fazenda Paciência tem 200 hectares, sendo 3 mil metros de área construída, e 13 suítes, boa parte delas com vista para o lago, com decoração *vintage* rural, sofisticadas e confortáveis. Um convite à natureza, encantos, mistérios, culinária-raiz, requinte e história, muita história. Recém-inaugurado, o hotel-fazenda já não tem vaga para o *Réveillon*.

Construída por Barão de Queluz em 1742, a Fazenda Paciência pertenceu aos descendentes de sua família durante muitos anos. Hoje, adquirida e capitaneada pelo advogado tributarista e, também, "contador de causos" e "violeiro", Vinícios Leôncio, foi totalmente repaginada, sem perder o charme do século 18. "Comprei a fazenda em 2001 e, desde então, venho me dedicando à sua restauração."

Vinícios Leôncio já fez várias intervenções no hotel-fazenda, tudo para proporcionar ao visitante uma experiência única de história e cultura. "Meu objetivo é oferecer lazer cultural, resgatando toda a história escravagista, indígena e política não só de Minas Gerais mas do Brasil."

Pensando nisso, ele construiu, por exemplo, a réplica de uma senzala onde viviam os escravos, com utensílios de tortura usados na época; trouxe da Bahia uma canoa de madeira da tribo Pataxó; organizou um minimuseu com peças que remontam à história do Brasil, como uma máquina de lavar roupa da década de 30 feita em madeira, banheiras de louça, relógios de pêndulo, radiolas entre outros.

Ele também construiu uma réplica da casa de Nazaré, semelhante à que Jesus Cristo viveu e teria celebrado a última ceia. "Durante todos esses anos, pesquisei e fui adquirindo itens para que pudesse abrir a fazenda com toda essa riqueza histórica."

Culinária - A gastronomia da Paciência, sob o comando das cozinheiras Rosana e Taiseane (Tata), é um capítulo à parte e que, com certeza, o hóspede vai se encantar. Em homenagem à cultura afro-brasileira, todos os pratos são baseados na cozinha africana, mas nada que fuja ao paladar do mineiro. "Moçambique foi o país que mais exportou escravizados para o Brasil e, pensando neste resgate, já que estamos falando de uma fazenda dessa época, elaboramos o cardápio com todo cuidado, de forma que remetesse a essa história", se orgulha Vinícios Leôncio.

Além da parte histórica, o visitante pode desfrutar de três piscinas aquecidas de água natural, uma delas coberta e com hidromassagem, sauna e pista de boliche profissional, passeio a cavalo, pesca esportiva e trilha ecológica. E fica a dica: um dos anfitriões da fazenda, o irmão de Vinícios, Javert Leôncio, não mede esforços para conduzir o visitante por todas as atrações do hotel-fazenda. "Cada detalhe aqui foi pensado para fazer com que o turista esqueça a vida na cidade grande e se entregue às benesses que a natureza oferece", disse ele, em uma caminhada pelas ruelas que levam à sede da fazenda. No local também existe uma tirolesa e um salão de jogos, além de um touro mecânico e a sinuca jogada com os pés.

Legislação brasileira - E quando você acha que conheceu tudo por lá, um dos galpões da fazenda abriga um dos maiores livros do mundo. Com 7,5 toneladas, mais de 41 mil páginas e 2,10 metros de altura, o "Pátria Amada", elaborado por Vinícios Leôncio, reúne a legislação tributária do País em um único livro.

"A ideia é alertar a sociedade para a necessidade de mudança na legislação atual, imensa, que gera grande insegurança jurídica. É um entrave na vida do cidadão", denuncia. O autor investiu cerca de R$ 1 milhão, com recursos próprios, para editar o livro, "sendo mais de 30% desse montante gasto com tributos", reforça.

Como "*granfinale*", Vinícios Leôncio, nascido em Iguatama, Centro-Oeste de Minas, proporcionou aos hóspedes, naquela noite, muitos "causos" ao som da viola de 12 cordas. "Sobre minha infância e início da adolescência, era uma vida muito simples, sofrida, por isso saí de casa aos 16 anos. Mas não foi fácil. Morei na rua em Belo Horizonte. Vida na rua não tem moleza." Foi daí que surgiu, nos anos 80, a oportunidade de tentar a vida na Serra Pelada, localizada no Pará.

"A gente vai apostando que vai dar tudo certo. Eu era muito novo. Aos 18 anos, não se tem muita noção do que vale ou não a pena. As condições de trabalho eram muito precárias, calor intenso, risco de desabamento dos barrancos de onde eram garimpados o ouro. Peguei malária. Mas, apesar de todos esses fatores, trabalhávamos dia e noite na esperança de enriquecer."

Ainda sobre sua passagem pela Serra Pelada, Vinícios Leôncio lembrou do dia em que a Gretchen cantou para mais de 60 mil garimpeiros. "Ela era uma menina, acho que não tinha noção que se apresentaria para tanta gente." A passagem dele na Serra Pelada, porém, não durou muito tempo. "Fiquei lá dois - longos - anos. Era terra sem lei. Caçávamos para sobreviver. Não era fácil, não ganhei dinheiro. Não era para mim."

Aos 22 anos, Vinícios Leôncio começou a estudar contabilidade e, na sequência, prestar serviços na área. Aos 25 anos, se matriculou na Faculdade de Direito do Oeste de Minas (Fadom), em Divinópolis, na região Centro-Oeste. "Como tinha aulas só duas vezes por semana, eu podia conciliar com meu trabalho e residir em Belo Horizonte", lembra o advogado.

*A jornalista viajou a convite da Fazenda Paciência

DIVULGAÇÃO / FAZENDA PACIÊNCIA / BLACK PANDA ESTÚDIO

O enorme casarão branco, de janelas e portas azuis, é um convite para quem precisa fugir do estresse das metrópoles

SERVIÇO

- Fazenda Paciência
- Local: Zona Rural - Santana dos Montes
- Tarifário: de segunda a quinta-feira, a diária com pensão completa (café da manhã, almoço e jantar) para o casal sai a R$ 650; de sexta a domingo, a diária para o casal sai a R$ 980; o pacote para fim de semana, de sexta-feira a domingo, R$ 1.820. Crianças de 6 a 14 anos pagam 40% do valor da diária.
- Informações e reservas: (31) 9-8489-2355 - WhatsApp

LUCIANA MONTES

Além da parte histórica, o hotel-fazenda possui três piscinas aquecidas

LUCIANA MONTES

A Fazenda Paciência tem 13 suítes, boa parte delas com vista para o lago

LUCIANA MONTES

Minimuseu possui um acervo com peças que remontam à história do Brasil

LUCIANA MONTES

Todos os pratos são baseados na cozinha africana, muito similar à mineira

DIVULGAÇÃO / FAZENDA PACIÊNCIA / BLACK PANDA ESTÚDIO

Na Fazenda Paciência foi construída uma réplica da casa de Nazaré

DIVULGAÇÃO / FAZENDA PACIÊNCIA / BLACK PANDA ESTÚDIO

Com quase 41 mil páginas, o "Pátria Amada" foi escrito por Vinícios Leôncio

Ideias Sustentáveis

Então é Natal

SIDEMBERG RODRIGUES*

O modelo *6D da Sustentabilidade*, tem na *Espiritual* a única *dimensão individual* entre todas as demais. Ali está a capacidade do sujeito de fazer a diferença, para o bem ou para o mal – de si mesmo, do outro e do meio. *Happy Xmas* (*Feliz Natal!*), a famosa canção de *John Lennon* é uma espécie de trilha sonora mundo afora nessa época e evoca exatamente essa questão da responsabilização do indivíduo por seus atos. Em um tempo em que a sustentabilidade é artigo de luxo, em um mundo de “meninos mimados” e sem limites, isso vem a calhar.

Além do teor pacifista e social que caracterizam o *‘Beatle da Paz’*, essa composição traz em sua letra um alto grau de *autorresponsabilidade*, que o artista atribui a cada um para que o *Natal*, o *Ano Novo* e os demais ciclos cronológicos da vida sejam mais deliberados, felizes e sustentáveis. Tudo que o modelo *6D* recomenda em sua dimensão central, onde o ser humano é apontado como o agente do equilíbrio... ou do caos, vide conflitos crônicos e recentes na *Terra*. *“Então é Natal e o que você fez?”*. “A guerra termina, se você quiser.” *Rússia, Israel x Palestina, Coréia do Norte* & companhia ilimitada que o respondam, mas serve para todos nós. Deixando de lado conflitos passados e latentes, apesar do alto grau de sofrimento que eles trouxeram e ainda trazem, fixemos na questão da escolha do indivíduo: ser feliz e fazer feliz, assim como manter ou encerrar um conflito, são uma questão de decisão. Individual, na maioria das vezes.

A canção utiliza a palavra *“agora”* em seu final, para enfatizar a urgência da atitude de por um ponto final naquilo que não é desejado ou que gera sofrimento evitável. Atualmente, parecemos nos alimentar de ideologias. De frente para o espelho parecemos perfeitos. Porém, gostamos de sentir gosto de sangue na boca durante conflitos medíocres – verbais ou físicos - e nos limitamos a nos aprisionar em discursos, inflamações políticas irracionais ou em ruminar pensamentos e ressentimentos, quase sempre adiando decisões e/ou transferindo responsabilidades e culpas. É comum ver pessoas queixando-se da superproteção dos pais na infância para justificar sofrimentos adultos ou delegando a terapeutas, pastores, monges, governos, professores, gerentes, colegas ou a qualquer outro a responsabilidade ou o fracasso de suas próprias escolhas.

Aliados de *Lennon* na *autorresponsabilização*, os indianos sugerem que *“a gente deve ser a mudança que quer ver no mundo.”* Porém, reclamar continua a opção predileta. Há um néctar (inicial) no lamento, no adiamento de ações e na transferência de responsabilidades; mas o fel da consequência disso é inevitável. Se este for o caso, o *Natal* que se aproxima pode ser uma boa oportunidade de dar ao mundo e a si mesmo um presente capaz de fazer a diferença, o *accountability*: capacidade de puxar para si as oportunidades de mudança e as decisões que afetam diretamente sua profissão ou sua vida. Ser o protagonista da própria história dá trabalho; requer que se afaste da, por vezes, deliciosa zona de conforto; que se assuma riscos e que se entre de sola nos muitos desafios que habitualmente se antepõem à qualquer forma de realização.

Lennon está certo quando explicita a irracionalidade das guerras e propõe seu fim; quando ressalta a necessidade de inclusão e igualdade entre as raças e também quando coloca a paz como um ideal. Sua maior vanguarda, contudo é quando sublinha a necessidade de *ação individual*, tão urgente em nosso tempo quanto à necessidade de reflexão que parece banida pela *modernidade líquida* que vivemos. Talvez isso tenha trazido um dos maiores males da humanidade - impassível diante do mal evitável - que é sua *letargia*: a esquiva de posicionamentos, de escolhas e também de atitudes, comprometendo o que pode fazer este *Natal* diferente de todos os outros; e do *Ano Novo* muito mais que uma transição cronológica. Valorizemos o alerta do sábio *Lennon* ou teremos *Led Zeppelin* como a trilha sonora da virada: *“the song remains de same...”*.

*Conferencista, articulista e professor de Sustentabilidade, Gestão e Integridade em cursos MBA. Autor dos livros: Espiritual & Sustentável (sustentabilidade em 6 dimensões); Complementaridade (gestão sustentável) e Miséria Móvel (crítica social). Contato: *sidembergrodrigues@outlook.com*.

PARQUES ESTADUAIS

Concessão vai gerar economia de R$ 2 mi para cofres públicos

Empresa vencedora assumirá a manutenção do Itacolomi e Ibitipoca por 30 anos

A empresa Parques Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, representada pela corretora Fram Capital, é a vencedora do leilão de concessão dos parques Itacolomi e Ibitipoca, realizado ontem, na sede da Bolsa de Valores (B3), em São Paulo. A empresa será, durante 30 anos, responsável pela requalificação, modernização e operação dos parques e na aplicação dos recursos para a implantação, manutenção e reforma de infraestruturas das unidades, como centro de visitantes, quiosques, mirantes e restaurantes.

O valor do arremate foi de R$ 3,519 milhões, o que representou ágio de 798% (diferença entre o valor mínimo estabelecido no edital e o proposto pela empresa). A concessão viabilizará investimento de cerca de R$ 15 milhões ao longo dos próximos seis anos, conforme projeto estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

> *O valor do arremate foi de R$ 3,519 mi, o que representou ágio de 798% (diferença entre o valor mínimo estabelecido no edital e o proposto pela empresa)*

“Estamos colocando no mercado um ativo que vai conseguir gerar riqueza para a população local, consciência ambiental e possibilitar que as pessoas aprendam e conheçam mais sobre essas riquezas naturais, devolvendo a Minas Gerais o protagonismo de monumento nacional em termos de paisagem”, ressaltou o secretário-geral e vice-governador eleito, Mateus Simões, que acompanhou presencialmente a sessão pública. Na oportunidade, ele também parabenizou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) pela condução do processo.

A concessão dos parques do Itacolomi e Ibitipoca deve garantir uma economia de R$ 2 milhões ao ano ao Estado, além da geração de cerca de 1,6 mil empregos diretos e indiretos.

Para a secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo, o leilão representou mais um passo de Minas Gerais rumo ao ecoturismo. “Esses parques têm grandes potenciais turísticos para serem explorados. O do Itacolomi, por exemplo, com toda a potencialidade, recebe apenas 15 mil visitantes ao ano. A concessão, mais do que um caminho, é uma forma de as pessoas se apoderarem desses recursos naturais e protegê-los”, disse.

Também acompanharam o leilão o secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, Fernando Marcato, a diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Maria Amélia Lins, e o diretor de Concessões e Privatizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Abrahão.

EVANDRO RODNEY

Parque do Itacolomi está inserido em destino reconhecido como Patrimônio da Humanidade

DIVULGAÇÃO / B3

Leilão foi concluído ontem (21), em São Paulo, na sede da B3

Atuação - A empresa Parques Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura é atualmente a concessionária do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e do Parque Caminho do Mar, em São Paulo. Para as unidades em Minas Gerais, a concessão será para fins de exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, bem como de serviços de gestão, operação e manutenção dos atrativos existentes.

Em contrapartida, a empresa poderá, ao longo dos 30 anos, obter receitas advindas de atividades como cobrança de ingresso, hospedagem, alimentação, comércio e serviços turísticos, incluindo atividades de turismo de aventura. A empresa terá, ainda, que pagar um percentual mensal de até 5% do seu faturamento ao Estado ao longo dos anos.

Cabe ao IEF a gestão administrativa das unidades, mantendo a responsabilidade pelas ações de conservação ambiental, fomento a pesquisas, educação ambiental, prevenção e combate aos incêndios, além da gestão do contrato de concessão, o monitoramento e a fiscalização do desempenho do parceiro privado.

Parque Estadual do Ibitipoca - O Parque Estadual do Ibitipoca se localiza no município de Lima Duarte, região da Zona da Mata, com área de aproximadamente 1,5 mil hectares. Recebe em torno de 90 mil visitantes ao ano e é uma unidade bastante consolidada como destino turístico.

Um destaque do projeto da concessão é a previsão da construção de uma nova portaria de acesso ao parque pelo lado norte, abrangido pelo município de Santa Rita do Ibitipoca, que irá beneficiar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais ali inseridas, atendendo assim, um antigo pleito dos moradores locais, além de dinamizar o fluxo dos visitantes para novos atrativos que serão abertos à visitação.

Parque Estadual do Itacolomi - Localizado nas cidades históricas de Ouro Preto e Mariana, com área de aproximadamente 12 mil hectares, o Parque Estadual do Itacolomi está inserido em destino reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade e recebe em torno de 15 mil visitantes ao ano. Abrange uma importante área de mata atlântica com toda sua biodiversidade, e tem o Pico do Itacolomi como principal atrativo turístico.

CERTIFICAÇÃO

FDC recebe mais um reconhecimento

A Fundação Dom Cabral (FDC) acaba de ser recertificada pelo Equis - European Quality Improvement System, com validade para os próximos três anos. Ele é um sistema abrangente de avaliação de qualidade para escolas de negócios e administração. Seu rigoroso processo de revisão sinaliza a qualidade geral, a viabilidade e o compromisso de autoaperfeiçoamento da escola com alunos, empregadores e parceiros acadêmicos em todo o mundo. Por ser um reconhecimento global, a certificação Equis - EFMD fortalece o posicionamento da FDC como uma escola de padrão internacional.

“A FDC tem 46 anos e é movida por inovação e senso de utilidade. Entendemos a realidade das organizações e consideramos o impacto positivo que os negócios e as lideranças podem gerar no mundo. A certificação do Equis é um reconhecimento da relevância do trabalho de centenas de educadores e profissionais que se dedicam à educação, pesquisa e conhecimento de ponta para formarmos lideranças responsáveis, organizações longevas e ambientes de negócios éticos e prósperos”, avalia o presidente executivo da FDC, Antonio Batista da Silva Junior.

“Participar do processo de certificação do Equis também mantém a FDC conectada com o que há de melhor no mundo e nos permite influenciar o contexto global de educação executiva a partir da nossa perspectiva - uma escola brasileira de padrão internacional”, explica Antonio Batista.

A FDC é certificada desde 2007 pelo Equis e está entre as melhores escolas de negócios do mundo, ocupando a 9ª posição no *ranking* de educação executiva do Financial Times 2022. Com sede em Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (Campus Aloysio Faria) campi em Belo Horizonte e São Paulo e atuação em 25 estados brasileiros, a Fundação Dom Cabral contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade por meio da educação, capacitação e desenvolvimento de executivos, empresários e gestores públicos.

MINEIRIDADE

Universo Produção respira cultura e arte

Empresa de BH é reconhecida internacionalmente por organizar as mostras CineOP e CineBH, entre outros eventos

DANIELA MACIEL

Em 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello extinguia a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) e dava um duro golpe na produção cinematográfica brasileira. Com uma política neoliberal, a estatal e outros órgãos ligados à cultura chegavam ao fim. Até o próprio Ministério da Cultura perdia *status* e era transformado em Secretaria da Cultura. Ainda assim, como é comum às artes, o cinema nacional sobreviveu. E foi nesse contexto que surgiu, em Belo Horizonte, quatro anos depois, uma nova proposta de produtora cultural: a Universo Produção.

Hoje, a produtora é reconhecida internacionalmente por organizar as Mostras de Cinema de Tiradentes, de Ouro Preto (CineOP) e de Belo Horizonte (CineBH), entre outros eventos. Ao longo do tempo, porém, enfrentou crises de diferentes naturezas, como a falta de profissionais capacitados, público desmobilizado, ausência de políticas públicas, ataques à cultura e às leis de incentivo e o distanciamento social imposto pela pandemia. Ainda assim, foi resiliente o suficiente para inaugurar um novo modelo de negócios para o segmento e provar que ele poderia dar certo.

Por isso a empresa hoje está na série Mineiridade: pela singularidade das suas estratégias de negócios e alta capacidade de adaptação diante das crises e mudanças de comportamento da sociedade.

De acordo com a cofundadora da Universo Produção, Raquel Hallak, o propósito da empresa é trabalhar para promover a identidade brasileira e projetar as diversas formas de criação e manifestações artísticas, colocando Minas no centro das atenções do Brasil e do mundo e, ainda, para ver o Brasil no mundo, sem fronteiras.

"Quando começamos, em 1994, uma das minhas visões era o que podíamos fazer de diferente. Estavam surgindo as leis de incentivo, sendo definido um novo modelo de financiamento. Naquela época, existia a figura do produtor de artistas que viraria, no futuro, o produtor cultural. Pretendíamos ser uma empresa de eventos trabalhando esse novo conceito. Vim da comunicação e tinha uma visão estratégica de relacionamento com as comunidades. Trouxe a experiência que adquiri na Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Nosso objetivo era criar eventos que não fossem fugazes, tínhamos que deixar um legado para a comunidade. Passados 28 anos, continuamos cheios de ideias, de projetos, de vontade de fazer tudo diferente do que jamais foi feito", explica Raquel Hallak.

> "O barateamento do digital possibilita o financiamento da produção. Uma das maiores dificuldades para a retomada é a carência de mão de obra"

A empresa planeja, elabora, executa ações, propostas e projetos nos segmentos cultural, social, turístico, educacional, empresarial, de comunicação, meio ambiente, valorização humana e responsabilidade social focada nas demandas das comunidades, do mercado e de seus clientes. A Universo Produção atua na realização de eventos e projetos personalizados como mostras de cinema; programas socioculturais, turísticos e educacionais; circuitos itinerantes; ações de inclusão social; atua no segmento empresarial, encontros corporativos; espetáculos, *shows*; intercâmbio de ideias e projetos.

Entre as muitas realizações, a mais famosa é, com certeza, a Mostra de Cinema de Tiradentes, que chega à 26ª edição em janeiro de 2023, abrindo o calendário nacional de mostras e festivais. O encontro na cidade do Campo das Vertentes dá origem ao programa internacional de audiovisual "Cinema sem Fronteiras". Junto com a CineOP (17 edições já realizadas), e a CineBH (16 edições já realizadas), exibe e discute a produção contemporânea do cinema brasileiro, sua história, patrimônio, linguagens, estéticas e formas de inserção no mercado audiovisual.

"Quando chegamos a Tiradentes, a cidade era desconhecida, tinha apenas 150 leitos e com problemas graves de estrutura. Já tínhamos noção desse cenário e escolhemos Tiradentes porque tínhamos algo a construir ali. O pensamento era no que poderíamos deixar que fosse bom para a cidade, sempre em diálogo com a população. A cidade precisava se adequar, receber investimento para crescer. A primeira coisa foi reativar a associação comercial para conversar com os empresários. Para que existisse o ano seguinte, tínhamos que trabalhar a base, mostrando os vínculos que queríamos construir. Criamos um evento de formação, exibição e difusão, representativo da produção brasileira e espaço de transformação da cidade que tinha todo o potencial. Fomos conversando sobre o que a cidade precisava, de telefone público, posto de saúde, até o tombamento da Serra de São José e trazer os estrangeiros para participar", relembra.

Durante impactada pela pandemia, a edição mais recente, que comemorou os 25 anos da Mostra, em janeiro de 2022, exibiu 169 filmes (64 longas, três médias e 102 curtas-metragens), oriundos de 20 estados brasileiros e do Distrito Federal, em pré-estreias mundiais, nacionais e mostras temáticas. Nos nove dias de programação gratuita, novamente em formato digital, por causa da Covid-19, foram mais de 350 mil acessos na plataforma oficial, vindos de 83 países. A divulgação da Mostra registrou alcance de mais de quatro milhões nas redes sociais.

LEO LARA/UNIVERSO PRODUÇÃO
Passados 28 anos, continuamos cheios de ideias, projetos e vontade, explica Raquel Hallak

O evento realizou também o "25º Seminário do Cinema Brasileiro" que promoveu 38 debates, a série "Encontro com os Filmes" e rodas de conversa, com a participação de 119 convidados, entre profissionais do audiovisual, críticos e pesquisadores.

Para a empresária, conhecer o potencial econômico da cadeia produtiva da criatividade é fundamental para que o setor seja entendido como uma indústria poderosa. De acordo com o "Estudo de Avaliação e Levantamento de Indicadores do Impacto Econômico e Social de Programas de Fomento Direto à Cultura e Economia Criativa", encomendado pela Associação Paulista dos Amigos da Arte e realizada pela Fundação Getulio Vargas (FGV), cada real investido retorna R$ 1,67.

"A pandemia impossibilitou os encontros presenciais, mas abriu uma janela para o remoto que precisamos aprender a trabalhar rapidamente. Depois da pandemia tudo é audiovisual. Isso favoreceu o cinema. O barateamento do digital possibilita o financiamento da produção. Uma das maiores dificuldades para a retomada é a carência de mão de obra. Os técnicos migraram para outras atividades durante esses dois anos. Esse é um segmento que precisa de políticas públicas como as demais. Sem ela, resistimos, mas não nas condições adequadas para a própria remuneração do setor. A formação é fundamental. Fomos o primeiro festival a oferecer um programa de oficinas. Espero dias melhores depois da desconstrução das políticas de cultura nos últimos anos", afirma a empresária.

Cuidar do passado com vistas ao futuro é outro ponto essencial na estratégia e na missão da Universo. Em 17 anos, na CineOP foram 100 dias de programação gratuita, com 1.487 filmes exibidos, 14 masterclasses internacionais, 275 debates, 53 convidados internacionais, mais de 300 mil pessoas beneficiadas nas edições presenciais e mais de 240 mil pessoas beneficiadas nas edições e ações *on-line*.

O cenário ainda é turbulento e a um mês da próxima Mostra de Cinema de Tiradentes, a produtora ainda está captando recursos. O atraso se deve à demora no lançamento do edital da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Sem desânimo e atenta ao novo - seja no modelo de negócio ou no aparato tecnológico –, a empresa anuncia entrar em uma nova fase: a da transversalidade, conversando com diferentes setores da sociedade e da economia.

"Até aqui trabalhamos a adaptabilidade. Quando acabou a película e veio o digital, mudamos a nossa estrutura; começamos em uma lona de circo e hoje temos uma tenda climatizada; na pandemia quando passamos para o remoto. Agora vamos falar da transversalidade conversando com a educação, meio ambiente, comércio exterior, economia e todos os outros. A cultura tem papel fundamental na conexão porque ela tem essa possibilidade de diversas formas de manifestação. A preservação começa no roteiro até chegar ao filme em si. Precisamos pensar onde esse filme vai estar daqui 50 anos. Estamos sempre apagando incêndio. Estamos fazendo publicações para documentar a produção atual. O que não é registrado, não existiu. Esse é um campo que discutimos em Ouro Preto. Cada evento tem um conceito próprio e foi concebido nesse sentido de cadeia produtiva. Em BH, para falar de mercado porque o que era exibido em Tiradentes não chegava à sala de exibição. O desafio é acreditar no que está sendo feito. Os eventos não têm receita direta, se eu fosse esperar a captação completa, não teria feito a primeira edição", pontua a idealizadora da Universo Produção.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Pet Pee deve iniciar operações nos Estados Unidos

MARA BIANCHETTI

Tutores de *pets* cada vez mais investem no cuidado e na qualidade de vida de seus animais de estimação. Já não é de hoje que os tapetes higiênicos chegaram ao mercado como opção para as necessidades dos bichinhos e entraram no orçamento de quem preza por este tipo de atenção. Diante do aumento da demanda e dos desafios impostos pela pandemia, há cerca de dois anos, duas veterinárias mineiras resolveram empreender no segmento e criaram a Pet Pee - uma empresa que produz esses mesmos tapetes higiênicos, porém, sustentáveis.

Mariana Teixeira e Gabriela Pereira formaram-se juntas, mas seguiram por caminhos diferentes no mercado de trabalho. Durante a crise sanitária elas se reencontraram e lançaram o próprio negócio. De lá para cá, as vendas têm sido crescentes, o produto já ganhou notoriedade nacional e os planos para 2023 incluem o ingresso no comércio exterior.

"Existem outras marcas no mercado, mas nosso produto é diferente porque conta com *design* especial para tutores que tratam o cachorro como filho, prezando pelo carinho, cuidado e até pelo ambiente que cerca esses animais. Já vendemos para todo o Brasil e no ano que vem pretendemos chegar aos Estados Unidos", diz Mariana Teixeira.

A empresária conta que esteve lá no ano passado e viu que os tapetes higiênicos laváveis ainda não possuem presença forte no mercado norte-americano. A partir da oportunidade, ingressaram a empresa no Programa de Exportações da Agência Brasileira de Promoção e Exportações (Apex Brasil) e estão em busca de compradores naquele país. "Enxergamos uma oportunidade e queremos aproveitá-la", revela.

No mercado nacional, as vendas concentram-se principalmente em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Mas os produtos são vendidos pela internet e entregues em qualquer lugar do País. Os canais virtuais de comercialização são o Instagram, o *site* da empresa e o WhatsApp.

Já os clientes podem ser os próprios tutores diretamente, canis ou ainda *pet shops*. Estes últimos, conforme a cofundadora e CEO da Pet Pee, são mais fortes em cidades do interior, como Araxá (Triângulo) e Bom Despacho (Centro-Oeste).

Mas o atributo da sustentabilidade é a principal característica do produto, que pode ser lavado 210 vezes - a mão ou na máquina. Quanto ao *design*, são seis estampas diferentes. Tudo isso tem feito as vendas crescerem mês a mês. E hoje a empresa vende uma média de 500 unidades a um faturamento de R$ 25 mil. A título de comparação, no ano passado, a média de vendas ficou em 350 unidades mensalmente.

DIVULGAÇÃO / PET PEE
Mariana Teixeira e Gabriela Pereira: ser sustentável é a principal característica do produto

TRIBUTOS

Arrecadação federal tem crescimento real de 3,25%

Recolhimento de impostos em novembro chegou a R$ 172,03 bilhões

Brasília - A União arrecadou R$ 172,03 bilhões em impostos em novembro, de acordo com dados divulgados ontem pela Receita Federal. É o maior valor já registrado para meses de novembro desde 2013. Na comparação com novembro do ano passado, houve crescimento real de 3,25%, ou seja, acima da inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R$ 2 trilhões, representando acréscimo acima da inflação de 8,8%. O valor é o maior desde 2000, para o período acumulado. Os dados sobre a arrecadação de novembro estão disponíveis no site da Receita Federal.

> "Sem considerar os fatores não recorrentes, haveria um crescimento real de 9,1% na arrecadação do período acumulado e de 6,78% no mês"

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em novembro ficou em R$ 165,64 bilhões, representando acréscimo real de 2,53%, enquanto no período acumulado de janeiro a novembro, a arrecadação alcançou R$ 1,88 trilhão, alta real de 7,16%.

O aumento pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento de recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, eles são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R$ 30,79 bilhões, com crescimento real de 15,16% sobre o mesmo mês de 2021. O resultado é explicado pelo acréscimo real de 19,27% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

A Receita observa ainda que houve pagamentos atípicos de IRPJ e CSLL de, aproximadamente, R$ 2 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities (produtos básicos negociados em mercados internacionais), associadas à mineração e extração e refino de combustíveis.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R$ 460,35 bilhões, com crescimento real de 19,18%. Esse desempenho é explicado pelos acréscimos de 81,6% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, decorrente de fatos geradores ocorridos ao longo de 2021, e de 19% na arrecadação da estimativa mensal.

"Destaca-se crescimento em todas as modalidades de apuração do lucro. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R$ 42 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no período de janeiro a novembro deste ano, e de R$ 39 bilhões, no mesmo período de 2021", informou a Receita Federal.

Já as receitas extraordinárias foram compensadas pelas desonerações tributárias. Apenas em novembro, a redução de alíquotas do Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R$ 3,75 bilhões. No ano, chega a R$ 22,1 bilhões. Já a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R$ 15,3 bilhões no acumulado de janeiro a novembro.

"Sem considerar os fatores não recorrentes, haveria um crescimento real de 9,11% na arrecadação do período acumulado e de 6,78% no mês de novembro de 2022", informou o órgão.

CHARLES SILVA DUARTE / ARQUIVO DC

No acumulado deste ano, a União arrecadou R$ 2 trilhões

Previdência - Outro destaque da arrecadação de novembro foi a Receita Previdenciária, que alcançou R$ 45,81 bilhões, com acréscimo real de 3,87%, em razão do aumento real de 12,93% da massa salarial. No acumulado do ano, o resultado chega a R$ 488,29 bilhões, alta real de 5,98%. Esse último item pode ser explicado pelo aumento real de 7,9% da massa salarial e pelo aumento real de 13,85% na arrecadação da contribuição previdenciária do Simples Nacional de janeiro a novembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2021.

Além disso, houve crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL.

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital teve arrecadação de R$ 7,02 bilhões no mês passado, com acréscimo real de 59,88%. De janeiro a novembro, o valor chega a R$ 76,83 bilhões, alta real de 62,03%. Os resultados podem ser explicados em razão da alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que influenciou o recolhimento dos rendimentos dos fundos e títulos de renda fixa.

O IRRF - Rendimentos do Trabalho registrou arrecadação de R$ 15,70 milhões, representando crescimento real de 8,55%. O resultado deve-se aos acréscimos reais na arrecadação dos itens Rendimentos do Trabalho Assalariado (9,11%), Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público (6,51%) e Participação nos Lucros ou Resultados (35,99%).

A Receita Federal apresentou, também, os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação, tanto no mês quanto no acumulado do ano. Entre eles, figuram a venda de serviços, com crescimento de 9,5% em outubro (fator gerador da arrecadação de novembro) e 8,81% no ano; e a massa salarial, que mantém crescimento significativo de 20,23% no mês (18,73% no ano), em relação ao mesmo mês de 2021.

Já o valor em dólar das importações teve queda de 2,27% em relação a outubro do ano passado e aumento de 22,39% no ano. A produção industrial teve expansão de 1,36% em outubro, mas caiu 0,96% no acumulado do ano, comparado ao período de janeiro a outubro de 2021. Já a venda de bens teve alta de 0,3% no mês e redução de 0,83% no ano. **(ABr)**

Câmara aprova projeto de "minirreforma"

Brasília - O plenário da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei complementar que visa simplificar o cumprimento e diminuir os custos das obrigações tributárias acessórias para os contribuintes. O PLP 178/2021 é de autoria do deputado Efraim Filho (União Brasil-PB), mas foi aprovado na forma do texto substitutivo da relatora, a deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF). A proposta vai para o Senado.

Batizado de "minirreforma tributária", o projeto institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias. A proposta também cria um comitê, que será responsável por dar forma ao estatuto, cujo principal objetivo é diminuir os custos de cumprimento dessas obrigações tributárias pelas empresas e, também, facilitar o trabalho dos fiscos municipais, estaduais e federal.

O deputado federal Efraim Filho comemorou a aprovação da proposta e citou os seus potenciais benefícios ao sistema tributário. "É um projeto técnico, de ganha-ganha. Ele é bom para o setor produtivo, é bom para os fiscos, combate a evasão, cria mecanismos de enfrentamento à sonegação fiscal, ajuda ao pequeno e médio empreendedor, que simplifica sua vida e a gente conseguiu afastar essa discussão da reforma tributária. Concentramos na desburocratização, na simplificação dos procedimentos, redução do Custo Brasil e melhora do ambiente de negócios", ressaltou.

O PLP cria a Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e). Essa nota padronizada no nível nacional envolveria as operações com produtos e as prestações de serviços, substituindo vários documentos fiscais eletrônicos, principalmente os que são exigidos no nível municipal. Além de simplificar a vida das empresas que têm que cumprir essas obrigações tributárias acessórias, a ideia é facilitar a atuação dos órgãos fiscalizadores no combate à sonegação fiscal.

Outra novidade do texto é a criação da Declaração Fiscal Digital (DFD). Trata-se de um documento que vai acompanhar a nota fiscal. Juntos, eles vão substituir nove formulários. Tanto a NFB-e quanto a DFD seriam regulamentadas pelo Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA), também criado pelo projeto de lei.

A expectativa é que as mudanças reduzam o tempo que as empresas gastam para apurar e pagar os tributos. Além disso, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo acredita que a proposta vai poder diminuir o custo dessas operações para as empresas em até R$ 181 bilhões por ano.

Na versão inicial do PLP, a estrutura do CNSOA seria formada apenas por membros da administração pública, representantes da União, dos estados e dos municípios. Mas o substitutivo aprovado amplia o colegiado, que passa a contar com membros do setor produtivo e entidades de classe. As obrigações tributárias acessórias são aquelas que vêm abaixo das principais. **(Brasil 61)**

CURTAS

Delegacia de Maiores Contribuintes

A partir de 2023, a coordenação dos trabalhos contra fraudes estruturadas de cunho tributário será compartilhada por duas delegacias da Receita Federal do Brasil. Uma delas está localizada em Minas Gerais, correspondente à 6ª Região Fiscal, a Delegacia de Maiores Contribuintes em Belo Horizonte (Demac/BH). Assim, além de continuar atuando junto aos maiores contribuintes pessoa física, foco atual da Demac, ela recepcionará parte dos servidores da Receita Federal que já atuam com fraudes estruturadas ao redor do País e conduzirá os trabalhos de forma coordenada em todo o território nacional. As fraudes estruturadas tributárias têm como características, dentre outras, elevado potencial de lesividade ao erário, utilização de interpostas pessoas e dissimulação de atos. Com a edição da portaria RFB 270 em 16 de dezembro de 2022, o trabalho de combate a essas fraudes passará do atual modelo descentralizado para um modelo com abrangência nacional, com gestão compartilhada pela Demac/BH e pela Delegacia de Fiscalização de São Paulo (Defis/SP).

Alfândega da Receita Federal em BH

A auditora-fiscal Amanda Martha Vieira Scarlatelli Lima Dutra e o auditor-fiscal Rodrigo Mineiro Fernandes assumiram os cargos de delegada e delegado-adjunto, respectivamente, da Alfândega da Receita Federal em Belo Horizonte. Os novos dirigentes possuem amplo conhecimento da área aduaneira. Com qualificação de bacharel em administração depEmpresas pela PUC Minas desde 2006, Amanda Scarlatelli também possui MBA executivo internacional em gestão financeira controladoria auditoria pela FGV, é especialista em Controladoria e Finanças pela UFMG e pós-graduanda em Direito aduaneiro pela Universidade Católica de Brasília. Já o delegado-adjunto Rodrigo Mineiro Fernandes é bacharel em ciências econômicas pela PUC Minas; especialista em direito da empresa e da economia pela FGV; mestre em direito público pela PUC Minas; doutorando em Direito pela PUC Minas. A Alfândega da Receita Federal fica no prédio do Fisco, na avenida Olegário Maciel, 2.360, 5º andar. Suas atribuições estão vinculadas a atividades relacionadas com a promoção da segurança e agilidade no fluxo do comércio exterior, a construção de um ambiente de negócio mais saudável e justo e a administração tributária aduaneira.

Desoneração de tributos do Perse

Uma decisão da 12ª Vara Federal Cível da SSJ de Belo Horizonte favoreceu uma cafeteria do bairro Vila da Serra, em Nova Lima, por conta do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Publicada em 13 de dezembro, a determinação que a empresa pudesse desfrutar da desoneração de tributos federais. De acordo com a decisão, a empresa se enquadra nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) que se determinantes para a definição de setor de eventos. Por isso, o judiciário previu a redução a zero das alíquotas do PIS/Pasep, Cofins, CSLL e IRPJ, pelo prazo de 60 meses. Tal decisão fragmenta a Instrução Normativa 2.114, que prevê que as alíquotas zero de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins previstas no Perse só poderão ser aproveitadas sobre receitas e resultados operacionais relacionados a eventos sociais e culturais e serviços turísticos. Ficou determinada a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, ainda, que a autoridade se abstenha de exigir os referidos tributos e de praticar de quaisquer atos tendentes à exigência em foco.

Alienação fiduciária do imóvel

Final de ano, vida nova e a meta de comprar um imóvel. É bom ficar de olho nos direitos e deveres do consumidor para não ter problemas se houver atraso no pagamento das prestações. O advogado Victor Ferreira Ciríaco, do escritório Lima Neto Carvalho Abreu Mayrink, explica que a situação fica mais complicada quando a compra é garantida pela alienação fiduciária, que tem regras divergentes com as do Código de Defesa do Consumidor. O advogado diz que a alienação fiduciária é uma forma de garantia em que o devedor transfere a propriedade do imóvel ao credor até o pagamento da dívida. "Este procedimento é feito extrajudicialmente, em cartório. Assim, o devedor passa a ser, temporariamente, usuário (e não proprietário) do imóvel." Quando tudo é pago, a pessoa tem direito ao bem. Se houve descumprimento, o imóvel é colocado à venda para pagamento da dívida e o devedor não tem direito a receber de volta nenhum valor das prestações já quitadas.

Prazos processuais no STF

Os prazos processuais no Supremo Tribunal Federal (STF) estão suspensos até 31 de janeiro de 2023. A definição está na Portaria 316/2022, assinada pelo diretor-geral da Corte, Miguel Piazzi. Não haverá expediente até 6 de janeiro de 2023. Nesse período, que compreende o recesso forense, o tribunal receberá pedidos com risco imediato de perecimento do direito, e o protocolo de petições e processos será admitido, exclusivamente, por meio eletrônico, nos termos da Resolução 693/2020. O horário de funcionamento dos setores que atuarão durante o recesso forense será de 13h às 18h. Nos dias 24 e 31 de dezembro, será observado o plantão judicial, conforme previsto na Resolução 788/2022, que estabelece funcionamento das 9h às 15h com ampliação da jornada para o cumprimento de medidas judiciais urgentes. Não haverá plantão nos dias 25 de dezembro e 1º de janeiro. De 9 a 31 de janeiro, o atendimento ao público externo será das 13h às 18h.

CONTAS EXTERNAS

Brasil registra déficit de US$ 60 milhões

Com o resultado de novembro, saldo das contas externas ficou negativo em US$ 44,6 bilhões no acumulado do ano

Brasília - As contas externas tiveram saldo negativo de US$ 60 milhões em novembro, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2021, o déficit havia sido de US$ 8,509 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países.

A diferença na comparação interanual se deve ao saldo da balança comercial, que aumentou US$ 7,5 bilhões, enquanto os déficits em serviços e renda primária (lucros e dividendos) recuaram US$ 212 milhões e US$ 665 milhões, respectivamente.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, destaca que o resultado comercial é o maior da série histórica para os meses de novembro e foi o principal responsável pela melhora nas transações correntes do mês. Segundo ele, isso deve ao aumento das exportações no mês passado, que cresceram 39,3%, enquanto as importações cresceram apenas 3%.

"No mesmo mês de novembro as importações ficaram praticamente paradas enquanto as exportações continuaram a crescer", disse, explicando que o resultado foi específico em novembro, já que, de janeiro a novembro, exportações e importações cresceram em patamares similares, em média 21%.

Em 12 meses, encerrados em novembro, o déficit em transações correntes é de US$ 52,357 bilhões, 2,78% do Produto Interno Bruto (PIB) ante o saldo negativo de US$ 60,805 bilhões (3,26% do PIB) em outubro de 2022 e déficit de US$ 47,511 bilhões (2,89% do PIB) no período equivalente encerrado em novembro de 2021.

Já no acumulado do ano, o déficit é de US$ 44,616 bilhões, contra saldo negativo de US$ 38,617 bilhões de janeiro a novembro de 2021.

Balança e serviços - As exportações de bens totalizaram US$ 28,889 bilhões em novembro, aumento de 39,3% em relação a igual mês de 2021. As importações somaram US$ 23,749 bilhões, incremento de 3% na comparação com novembro do ano passado. Com esses resultados, a balança comercial fechou com superávit de US$ 5,140 bilhões no mês passado, ante saldo negativo de US$ 2,333 bilhões em novembro de 2021.

Em linha com a movimentação de comércio exterior, o déficit na conta de serviços (viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros) somou US$ 2,549 bilhões em novembro, redução de 7,7% ante os US$ 2,761 bilhões em igual mês de 2021.

"Como a conta de serviços também responde ao aumento da demanda por serviços e produtos importados, com o aquecimento da economia, é natural que víssemos um déficit", disse Rocha. As despesas líquidas com transportes totalizaram US$ 1,485 bilhão, ante US$ 1,655 bilhão em novembro de 2021, queda de 10% que também ajuda a explicar a redução na conta de serviços.

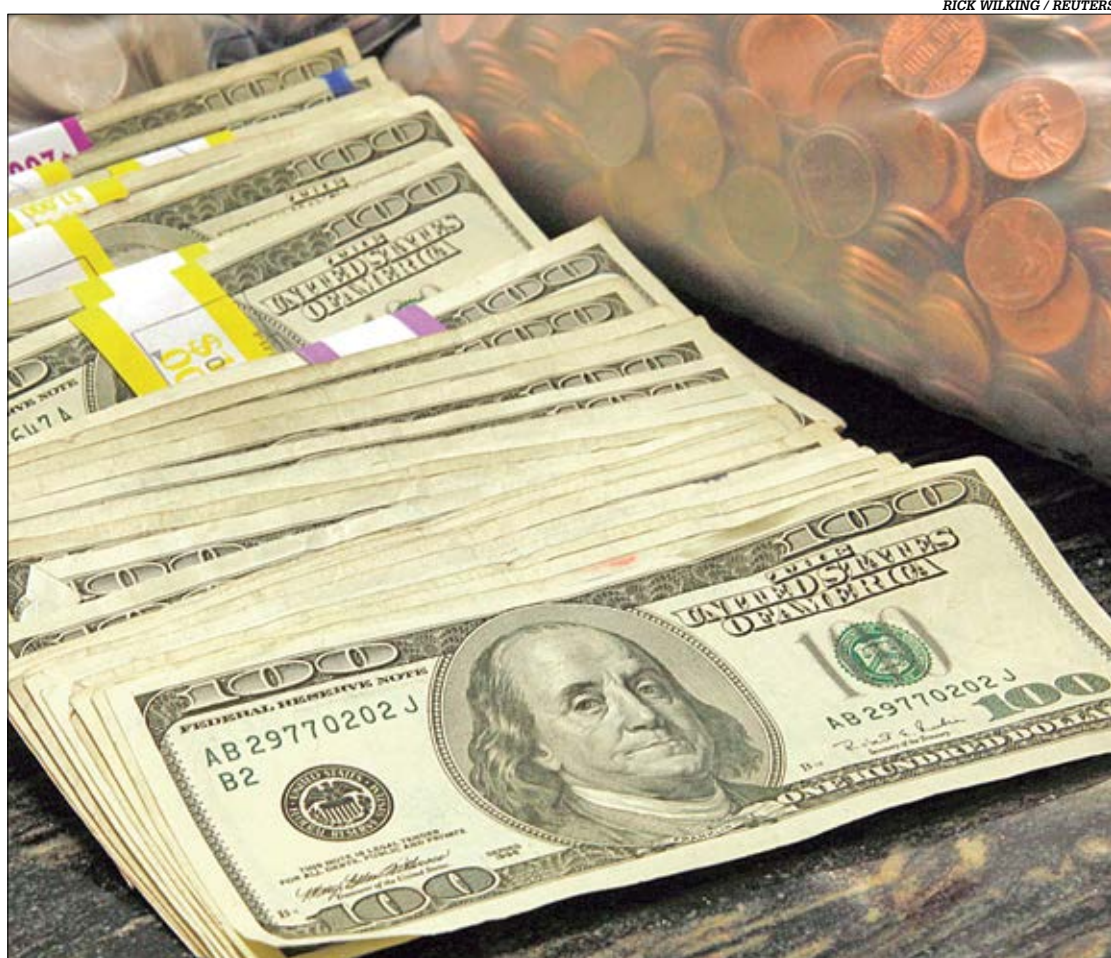
No caso das viagens internacionais, seguindo a tendência dos meses anteriores, as receitas de estrangeiros em viagem ao Brasil cresceram na comparação interanual e chegaram a US$ 443 milhões em novembro, contra US$ 320 milhões no mesmo mês de 2021. As despesas de brasileiros no exterior passaram de US$ 618 milhões em novembro do ano passado para em US$ 1,084 bilhão no mesmo mês de 2022.

Com isso, a conta de viagens fechou o mês com déficit chegando a US$ 641 milhões, ante déficit de US$ 298 milhões em novembro de 2021, contribuindo para elevar o saldo negativo em serviços. Segundo Rocha, em geral, essa conta é mesmo deficitária e significa que os brasileiros que viajaram ao exterior fizeram gastos superiores ao dos estrangeiros que vieram ao Brasil.

Os valores continuam crescendo na comparação interanual e representam momentos diferentes da pandemia de Covid-19. Em novembro de 2022, com uma economia bastante aberta; e novembro de 2021, ainda com restrições impostas pela pandemia. Já olhando os gastos mês a mês, os valores ficaram em torno do déficit de US$ 600 milhões nos últimos meses, apontando estabilidade nos gastos de viagens internacionais.

Segundo Rocha, olhando apenas as despesas de brasileiros no exterior, essa estabilidade é mais bem definida, com gastos em torno de R$ 1,1 bilhão desde março deste ano. "Recuperou os níveis mais baixos durante a pandemia, mas ficou estável", disse.

De março a novembro de 2019, período semelhante imediatamente pré-pandemia, os gastos médios foram de R$ 1,5 bilhão, 26% maiores que os atuais. "Parece ser a atividade em que o nível de gastos ainda não retomou os patamares pré-pandemia", completou. **(ABr)**

RICK WILKING / REUTERS

Resultado da balança comercial impulsionou as contas externas do Brasil em novembro

Investimento estrangeiro soma US$ 8,3 bi

Brasília - Os ingressos líquidos em investimentos diretos no País (IDP) somaram US$ 8,338 bilhões no mês passado, ante US$ 5,031 bilhões em novembro de 2021 e estão bem distribuídos, seja por componente, faixa de valores e setores em que esses recursos estão sendo alocados. É o melhor resultado desde novembro de 2019, ou seja, já superam o período pré-pandemia. As informações são do Banco Central.

No mês passado, houve ingressos líquidos em participação no capital de US$ 4,817 bilhões, como com compra de novas empresas e reinvestimentos de lucros. Enquanto isso, as operações intercompanhia (como os empréstimos da matriz no exterior para a filial no Brasil) tiveram superávit de US$ 3,520 bilhões.

Nos 12 meses encerrados em novembro, o IDP totalizou US$ 77,112 bilhões, correspondendo a 4,09% do PIB, em comparação a US$ 73,805 bilhões (3,96% do PIB) no mês anterior e US$ 52,721 bilhões (3,2% do PIB) em novembro de 2021.

Para o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o déficit em baixa nas transações correntes e os investimentos elevados no país demonstram a solidez das contas externas brasileiras. Segundo ele, os investimentos foram expressivos ao longo do ano, com valores de dois dígitos, mais de R$ 10 bilhões, como em fevereiro e abril.

Quando o País registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo. Neste mês, até o dia 16 de dezembro, o Banco Central já contabilizou R$ 3,343 bilhões de investimentos diretos.

Os investimentos em carteira no mercado doméstico totalizaram ingresso líquido de US$ 3,542 bilhões em novembro de 2022, compostos por US$ 2,359 bilhões em investimentos em ações e fundos de investimento e US$ 1,182 bilhão em títulos de dívida.

O estoque de reservas internacionais atingiu US$ 331,505 bilhões em novembro, aumento de US$ 5,959 bilhões em comparação ao mês anterior. O resultado decorreu, primordialmente, de contribuições positivas das variações de paridades, US$ 2,832 bilhões, e de preços, US$ 1,627 bilhão. A receita de juros totalizou US$ 573 milhões.

Rendas - Em novembro, o déficit em renda primária (lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários) chegou a US$ 2,955 bilhões, com redução de 18,4% ante os US$ 3,619 bilhões no mesmo mês de 2021. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil, que remetem os lucros para fora do País, do que de brasileiros no exterior.

A redução do déficit, segundo Rocha, se deve à base de comparação em 2021 já bastante elevada. "A atividade econômica das empresas no país, que tem capital estrangeiro, a sua lucratividade parece já ter se reparado em 2021 [após a queda com a pandemia de Covid-19]", explicou.

No caso dos lucros e dividendos associados aos investimentos direto e em carteira, houve déficit de US$ 2,310 bilhões no mês de novembro deste ano, frente ao observado em novembro de 2021, de US$ 2,904 bilhões, redução de 20,5%. Já as despesas líquidas com juros tiveram queda de 9,4% e passaram de US$ 724 milhões para US$ 656 milhões.

A conta de renda secundária (gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens) teve resultado positivo de US$ 303 milhões, contra US$ 205 milhões em novembro de 2021. **(ABr)**

BANCO DE FOMENTO

Mercadante anuncia nomes para diretoria do BNDES

Brasília - Aloizio Mercadante, futuro presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou o nome de cinco diretores que ocuparão postos na diretoria do banco de desenvolvimento.

O anúncio foi feito em almoço com empresários da Esfera Brasil ontem, em São Paulo, em encontro visto como tentativa de aparar arestas depois da repercussão negativa com a qual o mercado recebeu a nomeação de Mercadante na semana passada. Ao todo, devem ser nove diretores.

Veja quem são os novos diretores anunciados:

Alexandre Abreu: ex-presidente do Banco do Brasil e ex-presidente do Banco Original. Abreu entrou no BB em 1986 como escriturário na agência de Cariacica (ES). Além do varejo, o executivo passou pelas áreas de cartões, seguros e internet do banco. É formado em administração de empresas e tem MBA em gestão e marketing.

José Luís Gordon: doutor em economia pela IE/UFRJ, atualmente é o presidente da Embrapii. Liderou a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) que representa os bancos de desenvolvimento. Foi diretor da Embrapii e trabalhou no MCTI, MEC e CNI.

Natalia Dias: tem quase 30 anos de atuação na área de banco de investimentos. Atua como CEO do Standard Bank Brasil desde 2018, e como diretora de Energia e Infraestrutura do Standard Bank Group para América Latina desde 2012. Antes do Standard Bank, ocupou posições de liderança na área de banco de investimentos em instituições como JP Morgan Chase, Bank of America Merril Lynch, ING Bank e Banif Investment Banking. Natalia é licenciada em Administração Pública pela FGV (Fundação Getulio Vargas) e possui especialização em finanças pelo Amsterdam Institut of Finance.

Luciana Costa: presidente no Brasil do Banco Francês de Investimentos Natixis, é especializada em financiamento de grandes projetos, finanças estruturadas, gestão de passivos, mercados de capitais, fusões e aquisições e finanças sustentáveis. Ela está no Natixis desde 2015 e trabalhou no Banco Standard de Investimentos, Banco Real ABN AMRO, Citibank, Bank Boston e Unibanco. É bacharel em Economia pela Unicamp e tem mestrado pela FGV.

Luiz Navarro: Ex-ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), foi um dos principais responsáveis pela elaboração da Lei Anticorrupção, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2013. Ele era cotado para assumir a diretoria de compliance do BNDES, mas o cargo ainda não foi confirmado. **(Folhapress)**

SÉRGIO MORAES / REUTERS

Futuro presidente do BNDES apresentou cinco nomes que irão compor a equipe do banco

Bovespa

Movimento do Pregão 21/12

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +0,53% ao marcar 107433.14 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 26.689.870.385. As maiores altas foram IRBBRASIL RE ON, SUL AMERICA UNT, HAPVIDA ON, REDE D OR ON e TOTVS ON. As maiores baixas foram MAGAZ LUIZA ON, ALPARGATAS PN, MRV ON, MINERVA ON e AREZZO CO ON.

Pregão do dia 20/12

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	3.036.403	2.287.528	70,61	24.971.498,51	86,30
FRACIONARIO	342.204	4.923	0,15	76.456,93	0,26
DEMAIS ATIVOS	725.879	138.879	4,28	2.434.924,23	8,41
TOTAL A VISTA	4.104.478	2.431.331	75,05	27.482.876,91	94,98
EX OPC COMPRA	1	-	0,00	4,60	0,00
TERMO	767	7.574	0,23	190.585,81	0,65
OPCOES COMPRA	154.604	452.013	13,95	284.368,40	0,98
OPCOES VENDA	129.784	326.065	10,06	274.713,87	0,94
OPC.COMP.INDICE	1.046	36	0,00	45.561,34	0,15
OPC.VEND.INDICE	1.578	137	0,00	168.231,31	0,58
TOTAL DE OPCOES	287.012	778.252	24,02	772.874,94	2,67
BOVESPAFIX	649	105	0,00	9.736,20	0,03
TOTAL GERAL	4.655.376	3.239.251	100,00	28.933.212,57	100,00
PARTIC. NOVO MERCADO	2.424.611	2.092.386	64,59	16.701.927,71	57,72
PARTIC. NIVEL 1	564.779	467.907	14,44	4.434.462,69	15,32
PARTIC. NIVEL 2	547.554	440.032	13,58	3.905.060,90	13,49
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	839	4	0,00	1.127,56	0,00
PARTIC. MAIS	59	8	0,00	66,40	0,00
PARTIC. IBOVESPA	2.353.918	1.912.561	59,04	22.642.125,76	78,25
PARTIC. IBrX 50	1.722.055	1.559.376	48,14	19.068.523,87	65,90
PARTIC. IBrX 100	2.462.499	1.950.340	60,20	23.157.411,58	80,03
PARTIC. IBrA	2.961.235	2.170.352	67,00	24.792.801,18	85,68
PARTIC. MIDLARGE	1.877.557	1.332.730	41,14	19.537.664,55	67,52
PARTIC. SMALL	1.086.720	838.783	25,89	5.259.269,02	18,17
PARTIC. ISE	1.215.637	1.127.947	34,82	10.806.466,05	37,34
PARTIC. ICO2	1.793.866	1.489.268	45,97	17.156.547,62	59,29
PARTIC. IEE	215.369	75.184	2,32	1.419.149,63	4,90
PARTIC. INDX	578.154	278.137	8,58	4.054.576,03	14,01
PARTIC. ICONSUMO	1.165.619	1.102.675	34,04	7.803.866,90	26,97
PARTIC. IMOBILIARIO	188.003	74.908	2,31	784.084,48	2,70
PARTIC. IFINANCEIRO	530.147	408.137	12,59	5.379.564,59	18,59
PARTIC. IMAT	293.178	134.265	4,14	3.889.552,52	13,44
PARTIC. UTIL	272.922	90.991	2,80	1.920.141,83	6,63
PARTIC. IVBX 2	1.183.288	963.077	29,73	9.438.641,88	32,62
PARTIC. IGC	2.928.101	2.155.949	66,55	24.213.205,42	83,68
PARTIC. IGCT	2.884.994	2.128.322	65,70	24.116.041,38	83,35
PARTIC. IGNM	2.137.773	1.678.910	51,83	16.222.317,13	56,06
PARTIC. ITAG ALONG	2.818.160	2.087.091	64,43	23.279.142,62	80,45
PARTIC. IDIV	955.690	523.864	16,17	10.326.700,32	35,69
PARTIC. IFIX	457.523	4.514	0,13	229.219,66	0,79
PARTIC. BDRX	38.709	10.652	0,32	303.826,64	1,05
PARTIC. IFIL	401.961	3.851	0,11	208.223,19	0,71

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	74,40	70,90	74,40	72,50	72,90	-2,01↓	70,90	74,40	20	1.046
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN ED	45,85	45,51	45,85	45,57	45,62	-2,62↓	45,10	50,00	6	15.131
A1BB34	ABB LTD	DRN	40,56	39,20	40,56	39,60	39,44	-2,76↓	34,35	41,00	4	5
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	65,66	62,34	65,66	65,24	62,34	-5,05↓	-	65,66	5	15
A1DI34	ANALOG DEVIC	DRN	-	-	-	-	-	-	224,00	-	-	-
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	-	-	-	-	-	-	400,00	524,00	-	-
A1EE34	AMEREN CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	121,00	-	-	-
A1EG34	AEGON NV	DRN	25,81	25,81	25,81	25,81	25,81	-1,03↓	18,00	-	1	1
A1EN34	ALLIANT ENER	DRN	-	-	-	-	-	-	151,00	-	-	-
A1EP34	AMERICAN ELE	DRN	-	-	-	-	-	-	230,00	-	-	-
A1ES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	78,00	-	-	-
A1FL34	AFLAC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	160,00	-	-	-
A1GI34	AGILENT TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-
A1GN34	ALLEGION PLC	DRN ED	-	-	-	-	-	-	136,00	-	-	-
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	39,77	38,50	39,77	38,78	38,50	-2,03↓	36,00	42,69	15	292
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	39,95	-	-
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN ED	51,36	50,20	51,36	50,78	51,10	-0,50↓	-	51,60	7	165
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	259,00	259,00	259,00	259,00	259,00	-1,36↓	222,30	309,50	1	20
A1LK34	ALASKA AIR G	DRN	-	-	-	-	-	-	108,00	355,00	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	49,33	47,45	49,33	48,06	47,50	-4,33↓	45,50	55,02	8	70
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	61,47	61,47	61,47	61,47	61,47	-0,91↓	45,00	-	1	80
A1MB34	AMERISOURCEB	DRN	437,00	437,00	437,00	437,00	437,00	-1,57↓	185,00	-	1	20
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	42,82	41,87	42,82	42,40	42,55	=	41,98	43,65	68	9.895
A1ME34	AMETEK INC	DRN	29,96	29,94	30,01	29,97	29,99	-0,53↓	-	-	72	114
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	401,39	401,39	401,39	401,39	401,39	-0,87↓	214,00	-	1	9
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	54,65	53,48	54,65	53,84	54,17	-0,69↓	51,41	60,00	8	1.519
A1MX34	AMERICAMOVIL	DRN	47,30	47,30	47,30	47,30	47,30	-1,29↓	36,08	-	1	2
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	159,05	158,80	159,20	159,03	158,92	-1,27↓	86,00	185,84	16	21
A1NS34	ANSYS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	140,00	-	-	-
A1ON34	AON PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	185,00	-	-	-
A1OS34	AO SMITH COR	DRN	294,00	294,00	294,00	294,00	294,00	-3,42↓	185,00	-	1	3
A1PA34	APA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	-	-	-
A1PD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	-	-	-	-	-	-	159,17	312,50	-	-
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	39,00	-	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	62,60	-	-
A1SU34	ASSURANT INC	DRN	-	-	-	-	-	-	79,00	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	16,73	16,73	16,73	16,73	16,73	=	13,00	-	1	1
A1TM34	ATMOS ENERGY	DRN	-	-	-	-	-	-	141,00	-	-	-
A1UA34	ANGLOGOLD AS	DRN	25,01	24,83	25,01	24,95	24,83	0,04↑	24,83	27,50	3	5
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	245,25	245,25	246,00	245,63	245,63	-1,93↓	215,10	260,00	7	31
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	210,00	210,00	210,00	210,00	210,00	-3,84↓	169,95	260,00	4	7
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	85,00	-	-	-
A1YX34	ALTERYX INC	DRN	-	-	-	-	-	-	10,80	-	-	-
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	59,20	58,32	59,20	58,49	58,32	-2,80↓	53,00	60,40	11	314
A2LC34	ALCON INC	DRN	34,99	34,99	34,99	34,99	34,99	-0,90↓	-	-	2	17.001
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	16,89	16,89	16,89	16,89	16,89	-2,42↓	10,00	-	1	1
A2MC34	AMC ENTERT H	DRN	4,30	4,19	4,48	4,34	4,35	1,16↑	4,19	4,55	48	63.698
A2MR34	AMYRIS INC	DRN	10,40	10,40	11,46	10,51	10,51	-3,13↓	10,00	-	10	14.169
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN ED	34,88	34,88	35,06	34,97	35,03	-0,84↓	15,12	-	98	136
A2ZT34	AZENTA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	16,00	-	-	-
AAGO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	65,48	64,46	65,48	64,77	64,83	-1,89↓	64,88	72,50	12	638
AALR3	ALLIAR	ON NM	21,30	21,25	21,71	21,53	21,40	0,32↑	21,39	21,40	1.854	694.900
AAPL34	APPLE	DRN	34,95	33,85	35,04	34,25	34,35	-1,71↓	34,35	34,46	2.560	439.484
ABBV34	ABBVIE	DRN	53,30	52,00	53,68	52,67	52,39	-1,70↓	47,47	56,00	28	573
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	18,38	18,29	19,22	18,99	19,01	3,25↑	19,01	19,03	5.530	918.800
ABEV3	AMBEV S/A	ON EJ	14,41	14,25	14,68	14,56	14,52	-0,42↓	14,51	14,53	32.898	23.944.700
ABTT34	ABBOTT	DRN	-	-	-	-	-	-	40,00	50,35	-	-
ABUD34	AB INBEV	DRN	52,14	52,14	52,14	52,14	52,14	-0,51↓	38,66	56,00	1	1
ACNB34	ACCENTURE	DRN	-	-	-	-	-	-	1.300,00	1.528,00	-	-
ACWI11	TREND ACWI	CI	9,18	9,00	9,30	9,04	9,04	-1,63↓	9,04	9,35	87	71.862
ADBE34	ADOBE INC	DRN	34,40	34,36	35,73	35,11	35,24	1,46↑	33,02	35,28	27	21.095
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	-	-	-	-	-	-	41,99	58,40	-	-
AERI3	AERIS	ON NM	0,96	0,96	1,03	1,00	1,00	2,04↑	0,99	1,00	5.516	10.958.700
AESB3	AES BRASIL	ON ES NM	9,39	9,36	9,67	9,55	9,59	2,02↑	9,57	9,60	5.583	1.766.300
AFLT3	AFLUENTE T	ON	9,12	9,12	9,12	9,12	9,12	-0,86↓	9,00	9,44	1	100
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	43,90	43,90	44,59	44,27	44,48	1,32↑	44,06	48,08	12	432
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	27,27	27,19	28,13	27,78	27,78	1,94↑	27,77	27,78	3.482	604.200
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	8,45	8,34	8,46	8,42	8,45	-1,16↓	8,40	8,45	404	60.300
AHEB3	SPTURIS	ON	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	0,05↑	13,30	21,00	3	1.000
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	14,00	20,00	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	-	33,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN ED	324,00	324,00	327,69	324,46	327,20	0,86↑	315,00	-	13	615
AIRB34	AIRBNB	DRN	22,65	22,64	23,57	23,04	22,78	0,61↑	22,70	23,11	75	10.235
ALLD3	ALLIED	ON NM	5,57	5,50	5,82	5,63	5,70	2,33↑	5,66	5,70	128	46.800
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	11,99	11,99	12,73	12,29	12,60	6,23↑	11,77	12,70	44	11.100
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	14,16	13,92	15,10	14,77	14,85	4,35↑	14,84	14,85	19.752	5.021.500
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	1,61	1,61	1,68	1,65	1,64	1,86↑	1,64	1,68	134	37.200
ALSO3	ALIANSCSONAE	ON NM	16,03	15,85	16,86	16,56	16,67	3,86↑	16,65	16,67	7.889	2.069.200
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	35,10	33,68	35,10	34,05	34,00	-1,73↓	33,90	34,34	89	2.347
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	25,96	25,95	27,43	26,94	26,86	3,66↑	26,85	26,86	6.035	962.500
ALUP3	ALUPAR	ON N2	9,13	8,83	9,40	9,00	8,83	-1,23↓	8,80	8,92	389	62.700
ALUP4	ALUPAR	PN N2	8,42	8,42	9,07	8,91	9,07	7,71↑	8,99	9,07	304	51.700
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,12	1,09	1,28	1,21	1,23	9,82↑	1,23	1,25	7.512	11.168.900
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	19,73	19,49	21,25	20,69	20,70	4,75↑	20,70	20,75	5.638	1.070.200
AMER3	AMERICANAS	ON NM	8,12	8,00	9,61	8,92	8,76	5,79↑	8,75	8,76	42.695	60.182.800
AMGN34	AMGEN	DRN	49,97	49,00	49,97	49,05	49,00	-2,42↓	48,99	49,90	2	106
AMZO34	AMAZON	DRN	22,46	21,90	22,57	22,19	22,10	-1,20↓	22,10	22,29	2.672	702.356
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,81	3,73	4,05	3,94	3,90	2,36↑	3,90	3,91	6.439	6.344.900
APER3	ALPER S.A.	ON NM	26,40	25,48	26,50	26,03	25,48	-3,84↓	25,06	25,48	128	20.400
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APTV34	APTIV PLC	DRN	243,27	243,27	243,27	243,27	243,27	-15,35↓	115,00	-	2	2.510
ARML3	ARMAC	ON NM	9,60	9,32	10,89	10,24	10,15	6,72↑	10,15	10,21	4.899	1.241.100
ARMT34	ARCELOR	DRN	67,13	66,77	67,69	67,16	67,10	-0,04↓	60,00	75,00	20	2.832
ARZZ3	AREZZO CO	ON EJ NM	76,90	76,06	81,75	80,13	80,20	3,98↑	80,00	80,20	10.672	2.464.500
ASAI3	ASSAI	ON NM	19,63	19,58	20,41	20,00	20,00	2,30↑	19,98	20,00	24.024	10.658.900
ASIA11	TREND ASIA	CI	7,58	7,24	7,64	7,28	7,28	-2,28↓	7,22	7,31	39	5.217
ASML34	ASML HOLD	DRN	54,00	53,23	54,00	53,31	53,56	-1,83↓	53,00	61,00	8	761
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,32	2,30	2,35	2,34	2,33	=	2,31	2,35	27	8.100
ATTB34	ATT INC	DRN	31,33	30,92	31,58	31,24	31,21	-0,38↓	31,21	32,10	87	5.005
ATVI34	ACTIVISION	DRN	403,05	394,14	403,05	396,44	396,06	-1,73↓	372,91	403,10	15	1.354
AURA33	AURA 360	DR3 ED	29,30	28,90	30,00	29,42	29,20	-0,34↓	29,20	29,39	11.817	124.458
AURE3	AUREN	ON NM	14,50	14,26	14,76	14,50	14,40	-0,82↓	14,37	14,40	12.902	4.148.100
AVGO34	BROADCOM INC	DRN ED	41,20	40,32	41,52	40,56	40,40	-2,53↓	40,40	41,20	14	275
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	-	-	-	-	-	-	5,01	6,80	-	-
AWII34	ARMSTRONG	DRN	-	-	-	-	-	-	-	434,00	-	-
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	76,16	75,37	76,80	75,69	75,91	-0,32↓	73,11	80,90	136	2.871
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,34	1,25	1,38	1,32	1,32	0,76↑	1,32	1,36	119	210.000
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,23	1,23	1,30	1,26	1,25	1,62↑	1,24	1,28	310	538.000
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	56,56	56,56	56,66	56,58	56,62	-2,53↓	25,00	-	3	36
AZUL4	AZUL	PN N2	9,75	9,64	11,07	10,53	10,50	7,58↑	10,50	10,52	23.049	19.359.200
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN EC	37,29	37,29	38,12	37,74	38,12	3,58↑	37,83	45,60	3	64
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	129,66	129,66	130,73	130,14	130,46	-1,22↓	76,00	139,15	20	46
B1BT34	TRUIST FINAN	DRN	-	-	-	-	-	-	110,00	-	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	32,00	43,65	-	-
B1DX34	BECTON DICKI	DRN	-	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-
B1FC34	BROWN FORMAN	DRN	-	-	-	-	-	-	191,00	-	-	-
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	26,00	-	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	22,92	21,45	23,31	22,23	22,95	0,08↑	21,55	24,00	400	22.947
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	75,00	-	-	-
B1LL34	BALL CORP	DRN	138,60	132,67	138,60	133,51	132,67	-4,27↓	65,00	-	4	81
B1MR34	BIOMARIN PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	55,55	54,24	57,12	55,64	57,12	2,82↑	56,22	57,12	173	10.192
B1PP34	BP PLC	DRN	44,89	44,36	44,89	44,79	44,48	-0,66↓	32,99	44,80	213	20.399
B1RF34	BROADRIDGE F	DRN ED	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	40,50	40,50	40,96	40,58	40,67	0,41↑	40,68	43,00	10	143
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	239,52	238,05	239,52	238,55	238,56	-1,47↓	120,00	-	23	39
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	43,39	42,27	43,39	42,53	42,57	-1,88↓	42,36	43,39	40	801
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	98,00	-	-	-
B2HI34	BILLCOM HOLD	DRN	-	-	-	-	-	-	3,00	4,50	-	-
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	3,52	3,29	3,52	3,38	3,44	-2,27↓	3,31	4,11	34	4.700
B3SA3	B3	ON NM	11,96	11,91	12,81	12,57	12,62	4,38↑	12,62	12,63	95.060	85.870.300
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE ED	33,65	33,65	33,67	33,66	33,67	-1,83↓	33,55	36,00	41	35.116
BABA34	ALIBABAGR	DRN	16,33	15,77	16,33	16,05	15,89	-2,81↓	15,88	16,00	1.625	672.199
BACW39	MSCI ACWI	DRE ED	44,27	43,78	44,27	44,14	44,05	-1,41↓	43,78	45,96	16	620
BAER39	US AEROSPACE	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	34,00	-	-
BAHI3	BAHEMA	ON MA	11,00	11,00	11,15	11,06	11,00	=	11,00	11,40	19	2.900
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	-	11,70	-	-
BALM4	BAUMER	PN	10,01	10,01	10,01	10,01	10,01	-	9,00	10,01	1	100
BAUH4	EXCELSIOR	PN	-	-	-	-	-	-	-	80,00	-	-
BAZA3	AMAZONIA	ON	49,82	48,90	50,40	49,68	48,90	-1,68↓	48,81	48,90	28	3.800
BBAS3	BRASIL	ON EJ NM	32,94	32,63	34,16	33,78	33,80	2,57↑	33,79	33,80	47.223	13.249.000
BBDC3	BRADESCO	ON N1	12,62	12,61	13,24	13,07	13,06	3,24↑	13,05	13,06	12.908	9.280.000
BBDC4	BRADESCO	PN N1	14,18	14,13	14,97	14,75	14,71	3,59↑	14,70	14,71	84.009	84.518.300
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	9,47	9,25	9,55	9,47	9,53	0,63↑	9,50	9,53	61	35.703
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	53,91	53,91	55,35	54,47	55,00	2,02↑	55,00	55,58	20	11.296
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	86,75	86,75	89,34	88,90	88,33	1,82↑	84,62	89,50	27	350
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	32,04	32,04	32,83	32,53	32,66	0,95↑	32,66	32,68	28.536	7.516.000
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	37,48	37,48	37,48	37,48	37,48	-0,84↓	-	-	2	2
BCAT39	GX CATHOLVAL	DRE	48,71	48,32	48,71	48,56	48,66	-1,29↓	-	-	3	3
BCHI39	MSCI CHINA	DRE ED	30,66	30,15	30,66	30,25	30,26	-2,54↓	30,25	30,27	12	24.287
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	26,73	26,46	26,73	26,59	26,46	-2,43↓	-	-	2	4
BCIR39	FT NASDCYBER	DRE	40,40	40,40	40,40	40,40	40,40	-7,74↓	-	46,00	1	20
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	27,54	27,54	27,87	27,54	27,87	-1,06↓	-	-	3	184
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	37,74	37,44	37,74	37,59	37,44	-0,31↓	-	-	2	2
BCRB39	BKR LOWCARBO	DRE ED	-	-	-	-	-	-	61,20	-	-	-
BCSA34	SANTANDER	DRN	15,02	15,02	15,52	15,42	15,51	3,26↑	15,34	15,60	94	2.705
BCTE39	GX CLEANCH	DRE	40,44	40,09	40,44	40,26	40,09	-2,31↓	-	-	2	2
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	44,01	-	-	-
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	84,79	84,66	84,93	84,86	84,66	2,61↑	82,50	84,67	7	7
BDRI39	GX AEVEHICLE	DRE	36,24	36,04	36,24	36,14	36,04	-1,53↓	34,38	39,96	2	2
BDVD39	GX SUPDIV US	DRE	48,85	48,55	48,95	48,61	48,95	-1,21↓	-	-	4	13
BDVY39	SELECT DIVID	DRE ED	62,40	61,93	62,40	61,93	61,93	-1,16↓	61,91	61,93	7	4.145
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	30,81	30,81	30,90	30,85	30,90	-1,62↓	-	-	2	2
BEEF3	MINERVA	ON NM	12,26	12,16	12,73	12,43	12,54	2,03↑	12,52	12,54	22.485	7.080.800
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE ED	33,23	32,87	33,23	32,87	32,87	-1,43↓	32,35	35,47	6	8.546
BEES3	BANESTES	ON EJ	5,74	5,70	5,81	5,76	5,75	0,34↑	5,74	5,75	162	26.700
BEES4	BANESTES	PN EJ	6,28	6,20	6,75	6,33	6,45	2,54↑	6,31	6,67	37	5.000
BEFA39	MSCI EAFE	DRE ED	43,32	42,56	43,32	42,56	42,56	-2,11↓	42,55	42,57	2	17.227
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE ED	-	-	-	-	-	-	23,00	-	-	-
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE ED	39,40	39,40	39,40	39,40	39,40	-0,85↓	39,39	39,41	1	13.499
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	21,00	-	-	-
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRE ED	44,56	43,65	44,56	44,40	43,83	-1,63↓	-	58,82	4	54
BERK34	BERKSHIRE	DRN	79,31	77,82	79,75	78,99	78,54	-0,89↓	78,54	79,97	770	216.150
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE ED	38,95	38,26	38,95	38,37	38,37	-2,49↓	38,36	38,38	4	6.280
BEWC39	MSCI CANADA	DRE ED	42,51	42,07	42,51	42,30	42,30	-0,47↓	42,29	42,31	4	4.133
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE ED	42,76	42,76	42,79	42,77	42,79	-1,56↓	42,50	45,66	3	12
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE ED	36,04	36,04	36,04	36,04	36,04	-2,77↓	36,03	36,05	1	2.079
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE ED	35,94	35,86	35,94	35,93	35,86	-0,85↓	33,80	37,07	6	1.479
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE	43,76	43,22	43,85	43,58	43,41	-1,72↓	42,62	46,68	6	29
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE ED	35,27	35,27	35,28	35,27	35,28	-2,70↓	35,15	44,00	2	301
BEWU39	MSCI UK	DRE ED	53,07	52,93	53,07	52,93	52,93	-1,99↓	52,91	52,93	3	15.055
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE ED	65,18	65,18	65,54	65,53	65,54	-0,93↓	65,53	65,55	2	8.782
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	28,99	-	-	-
BEWZ39	MSCI BRAZIL	DRE ED	47,74	47,74	48,41	48,40	48,41	2,75↑	48,40	48,42	5	4.730
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE ED	51,89	51,34	51,89	51,34	51,34	-1,05↓	51,33	51,35	2	58.437
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE ED	41,50	41,38	41,50	41,44	41,38	-0,50↓	-	-	2	2
BFBI39	FT NYSE BIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	-	40,20	-	-
BFCG39	FT NAT GAS	DRE	63,35	63,21	63,35	63,28	63,21	-1,21↓	-	63,84	2	2
BFNX39	GX FINTECH	DRE	19,80	19,68	19,80	19,74	19,68	-1,20↓	-	-	2	4
BFTA39	FT TECH ALPH	DRE	-	-	-	-	-	-	-	45,50	-	-
BFXI39	CHINALARGECA	DRE ED	28,58	28,58	28,58	28,58	28,58	-3,96↓	28,57	28,59	1	7.697
BGIP4	BANESE	PN	17,61	17,61	17,70	17,65	17,70	=	17,31	17,70	2	200
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	33,16	33,16	33,36	33,29	33,35	-0,17↓	-	-	3	3
BGOV39	BKR US TREAS	DRE ED	-	-	-	-	-	-	39,77	-	-	-
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE	40,24	38,69	40,24	39,20	38,85	-2,92↓	38,69	-	15	61
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE ED	51,67	51,61	51,74	51,61	51,61	-2,43↓	51,60	51,62	4	3.495
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	36,00	35,47	36,00	35,56	35,48	-16,75↓	30,00	-	5	120
BHER39	GX GAMES SPT	DRE	23,91	23,70	24,06	23,88	23,78	-1,81↓	-	-	4	6
BHIX39	GX MSCICHIFL	DRE	63,01	62,52	63,01	62,76	62,52	-2,20↓	51,50	-	2	2
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE ED	49,00	48,25	49,00	48,33	48,25	-2,18↓	46,95	49,45	7	563
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	44,94	44,68	45,33	44,83	44,81	-0,28↓	44,79	44,81	26	21.273
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE ED	45,43	45,43	45,87	45,78	45,77	0,10↑	45,76	45,78	4	9.836
BIDU34	BAIDU INC	DRN	41,00	39,88	41,76	40,41	40,33	-4,18↓	40,18	41,75	143	4.915
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE ED	40,39	39,89	40,39	40,09	40,10	-1,10↓	40,09	40,11	12	177.877
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE ED	51,40	51,40	51,40	51,40	51,40	0,06↑	-	-	1	1
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE ED	41,09	40,29	41,09	40,54	40,50	-1,57↓	40,25	-	10	449
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE ED	41,37	40,82	41,37	40,93	40,88	-1,87↓	40,86	40,88	50	73.798
BIEV39	EUROPE ETF	DRE ED	47,34	47,00	47,34	47,13	47,13	-2,07↓	38,00	-	4	5
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE ED	59,23	59,23	59,68	59,59	59,50	-1,55↓	59,30	67,00	4	90
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE ED	7,69	7,69	7,69	7,69	7,69	-1,41↓	7,00	-	1	6.254
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	186,37	275,62	-	-
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE ED	62,06	62,06	62,30	62,29	62,30	-2,24↓	62,29	62,31	2	7.244
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE ED	61,68	60,90	61,68	61,26	61,26	-1,24↓	61,25	61,27	8	4.824
BILB34	BILBAOVIZ	DRN	30,51	30,51	30,51	30,51	30,51	1,09↑	-	31,50	1	5
BILF39	LATIN AMER40	DRE ED	39,55	39,55	39,55	39,55	39,55	-12,16↓	-	-	1	1
BIOM3	BIOMM	ON MA	6,00	5,95	6,22	6,08	6,20	5,08↑	5,96	6,20	29	5.300
BITO39	CORE SP TOTA	DRE ED	44,77	44,02	44,77	44,62	44,02	-1,38↓	43,00	-	3	112
BIVB39	CORE SP 500	DRE ED	50,58	49,46	50,58	49,74	49,69	-1,50↓	49,68	49,69	123	108.123
BIVE39	SP500 VALUE	DRE ED	49,60	49,55	49,92	49,79	49,79	-0,95↓	49,78	49,80	9	4.118
BIVW39	SP500GROWTH	DRE ED	38,48	38,08	38,48	38,11	38,08	-1,70↓	31,99	49,99	3	30
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	47,45	-	-
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE ED	44,80	44,80	44,80	44,80	44,80	-2,33↓	-	-	1	3
BIXG39	BKR GL FIN	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	47,70	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE ED	55,05	55,00	55,05	55,00	55,00	-1,25↓	47,98	66,00	2	896
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE ED	8,00	7,86	8,00	7,92	7,86	-1,75↓	7,86	-	3	3
BIYE39	BKR US ENER	DRE ED	78,00	78,00	79,00	78,48	78,86	-0,36↓	75,01	-	4	35
BIYF39	US FINANCIAL	DRE ED	-	-	-	-	-	-	20,99	29,00	-	-
BIYG39	USFINANCSERV	DRE ED	-	-	-	-	-	-	32,99	42,00	-	-
BIYK39	BKR COSTAPLE	DRE ED	58,88	58,72	58,88	58,72	58,72	-2,44↓	-	-	2	838
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE ED	51,35	50,75	51,35	50,81	50,75	-2,87↓	50,46	-	5	135
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE ED	11,16	11,08	11,16	11,13	11,12	-1,67↓	10,66	12,00	5	52
BKNG34	BOOKING	DRN	58,33	57,15	58,33	57,82	58,00	-0,95↓	57,30	59,00	79	4.024
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE ED	48,42	48,42	48,42	48,42	48,42	-0,98↓	-	-	1	998
BKXI39	BKR GB STAMP	DRE ED	62,16	62,16	62,16	62,16	62,16	-1,42↓	-	66,17	1	774
BKYY39	FT CLOUD CPT	DRE	30,30	30,30	30,30	30,30	30,30	-9,28↓	-	33,40	1	20
BLAK34	BLACKROCK	DRN	55,99	54,23	55,99	54,76	54,89	-0,99↓	54,33	58,41	121	1.785
BLAU3	BLAU	ON NM	24,27	24,03	26,23	25,64	25,70	6,46↑	25,70	25,86	2.558	438.600
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	41,96	40,84	41,96	41,32	40,84	-1,92↓	40,05	48,00	7	52
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	52,65	52,45	52,65	52,55	52,45	-1,40↓	-	-	2	2
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	52,00	52,00	52,05	52,02	52,05	-0,95↓	-	-	2	2
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE ED	57,30	55,48	57,60	55,87	55,50	-3,14↓	55,44	-	34	995
BMEB3	MERC BRASIL	ON N1	9,66	9,00	9,90	9,41	9,90	2,80↑	9,24	10,69	13	2.500
BMEB4	MERC BRASIL	PN N1	10,06	9,80	10,06	9,95	10,06	1,00↑	9,91	10,06	47	32.900
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	2,28	2,22	2,38	2,30	2,34	4,00↑	2,34	2,38	2.380	1.545.300
BMIL39	GX MILLECONM	DRE	33,85	33,73	33,85	33,79	33,73	-1,57↓	-	-	2	2
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	15,60	23,40	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	12,45	13,79	-	-
BMKS3	BIC MONARK	ON	270,01	262,00	301,99	268,54	275,00	-1,82↓	275,00	290,00	17	158
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	14,01	13,78	14,45	14,19	14,15	2,01↑	14,15	14,18	2.848	514.000
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE ED	37,76	37,68	37,76	37,68	37,68	-0,89↓	-	-	2	22
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-	-
BNBR3	NORD BRASIL	ON	78,99	78,99	78,99	78,99	78,99	9,70↑	72,15	79,51	1	100
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	55,39	55,35	55,44	55,39	55,40	-0,84↓	55,39	55,41	6	5.253
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	43,12	41,84	43,12	42,18	41,84	-1,13↓	41,84	42,80	125	10.840
BOAS3	BOA VISTA	ON NM	7,07	6,97	7,35	7,26	7,28	2,53↑	7,22	7,28	9.283	8.137.200
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	1,12	1,11	1,37	1,25	1,28	11,30↑	1,24	1,29	377	291.800
BOEF39	BKR SP100	DRE ED	44,44	44,44	44,44	44,44	44,44	-2,56↓	40,04	-	1	10
BOEI34	BOEING	DRN	979,02	974,68	988,82	975,12	988,82	0,24↑	791,33	1.150,00	6	222
BONY34	BNY MELLON	DRN	231,00	231,00	232,53	231,90	231,85	-0,97↓	220,00	241,41	7	58
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	27,21	27,12	27,21	27,16	27,12	-1,41↓	-	-	2	4
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	100,78	100,78	104,50	103,41	103,55	2,15↑	103,55	103,60	115.910	12.871.941
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	105,14	105,14	108,52	107,77	107,70	2,15↑	105,10	107,70	34	69.749
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	81,86	81,86	83,18	82,56	82,44	2,01↑	35,00	82,44	454	555
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	105,77	105,49	109,00	108,03	108,28	2,37↑	107,70	108,28	20.565	1.228.256
BOVX11	TREND IBOVX	CI	10,56	10,53	10,82	10,73	10,73	1,41↑	10,72	10,73	4.571	7.386.379
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	34,80	34,80	35,04	34,96	35,04	-1,01↓	33,35	35,40	2	3
BPAC11	BTGP BANCO	UNT EJ N2	21,81	21,72	23,17	22,77	22,67	2,71↑	22,67	22,69	42.033	18.352.600
BPAC3	BTGP BANCO	ON EJ N2	12,19	12,19	12,89	12,53	12,29	2,41↑	11,54	12,30	30	3.100
BPAC5	BTGP BANCO	PNA EJ N2	5,11	4,87	5,25	5,20	4,87	-2,60↓	4,87	5,52	24	7.100
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	5,80	5,74	6,30	6,09	6,10	4,99↑	6,10	6,11	8.681	4.390.100
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	130,00	-	-	-
BPFR39	GX USPREFERR	DRE	53,00	53,00	53,00	53,00	53,00	-	53,00	-	1	1
BPFV39	GX VAR RTPRF	DRE	61,00	61,00	61,00	61,00	61,00	-	-	-	1	1
BPOT39	GX CANNABIS	DRE	30,95	29,78	30,95	30,33	30,24	-2,29↓	29,78	30,95	27	352
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	46,25	46,25	46,30	46,27	46,30	-0,85↓	38,88	48,95	2	2
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	-	-	-	-	-	-	-	39,44	-	-
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE ED	42,16	39,42	42,16	39,79	39,42	-2,11↓	35,01	-	4	72
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	28,05	27,96	28,05	27,96	28,02	-1,37↓	-	-	4	45
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	25,42	25,42	26,37	26,07	25,92	1,96↑	25,82	25,96	495	73.300
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	28,71	28,53	29,43	29,03	29,10	1,18↑	29,10	29,11	16.613	4.741.800
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	89,80	85,61	89,92	89,77	89,82	2,65↑	85,00	93,00	15	5.829
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	11,10	10,80	11,27	11,11	10,80	-1,72↓	10,80	11,00	624	190.900
BRFS3	BRF SA	ON NM	6,86	6,75	7,48	7,17	7,14	3,47↑	7,13	7,14	27.434	23.697.800
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	-	-	-	-	-	-	-	9,99	-	-
BRGE12	ALFA CONSORC	PNF	-	-	-	-	-	-	-	9,49	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	8,50	10,80	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	5,00	14,00	-	-

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	9,62	14,50	-	-
BRGE8	ALFA CONSORC	PND	-	-	-	-	-	-	-	9,26	-	-
BRIT3	BRISANET	ON NM	2,57	2,57	2,76	2,67	2,65	5,57↑	2,65	2,68	867	279.800
BRIV3	ALFA INVEST	ON	9,15	9,14	9,15	9,14	9,15	0,10↑	8,86	9,31	5	1.700
BRIV4	ALFA INVEST	PN	8,81	8,52	8,81	8,74	8,70	2,35↑	8,71	9,09	5	900
BRKM3	BRASKEM	ON N1	23,21	23,21	24,13	23,74	23,40	0,81↑	23,40	23,67	171	21.000
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	22,42	22,22	23,98	23,42	23,44	4,31↑	23,44	23,47	15.515	3.125.700
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	18,32	28,90	-	-
BRML3	BR MALLS PAR	ON NM	7,90	7,85	8,31	8,17	8,19	3,93↑	8,19	8,20	16.423	16.682.700
BRPR3	BR PROPERT	ON NM	5,91	5,89	6,13	6,05	6,05	2,02↑	6,04	6,05	7.574	2.234.600
BRSR3	BANRISUL	ON EJ N1	10,57	10,51	10,81	10,69	10,56	1,93↑	10,50	10,57	36	5.800
BRSR5	BANRISUL	PNA EJ N1	16,13	16,13	16,13	16,13	16,13	7,76↑	16,00	16,99	1	100
BRSR6	BANRISUL	PNB EJ N1	9,29	9,27	9,76	9,60	9,53	2,25↑	9,53	9,58	4.631	1.906.000
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE	36,12	36,12	36,19	36,14	36,19	-3,75↓	-	-	2	55
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE EG	-	-	-	-	-	-	18,00	66,00	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE ED	57,14	57,14	57,14	57,14	57,14	-2,04↓	57,00	58,00	1	269
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE ED	53,39	53,39	53,39	53,39	53,39	-2,14↓	51,90	-	1	10
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	29,73	29,73	29,85	29,79	29,85	3,32↑	-	-	2	4
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	31,99	-	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	-	15,39	15,95	1	100
BSLI4	BRB BANCO	PN	14,65	14,45	14,65	14,55	14,45	7,91↑	12,80	14,25	2	200
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	38,36	38,15	38,60	38,42	38,52	3,32↑	38,51	38,53	37	31.145
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	38,34	38,34	38,38	38,36	38,38	-1,38↓	-	-	2	2
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	19,64	19,56	19,64	19,60	19,56	-2,29↓	-	-	2	4
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE ED	47,29	46,17	47,29	46,60	46,35	-1,48↓	-	46,81	3	3
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE EG	113,44	113,44	114,08	113,53	114,08	-2,72↓	90,00	120,00	4	142
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	68,30	64,68	68,30	65,76	66,00	-0,15↓	62,32	67,08	208	1.127.985
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE ED	37,00	35,72	37,00	36,19	35,98	-3,84↓	35,76	38,60	25	6.323
BURA39	GX URANIUM	DRE	34,00	33,30	34,00	33,46	33,69	0,05↑	33,52	33,74	19	545
BUSM39	MSCI US MVOL	DRE ED	46,56	46,56	46,74	46,73	46,74	-1,35↓	46,73	46,75	5	6.338
BUSR39	CORE US REIT	DRE ED	42,42	42,40	42,64	42,60	42,40	-2,14↓	42,40	43,63	3	65
BUTL39	BKR US UTILT	DRE ED	56,00	56,00	56,00	56,00	56,00	-2,35↓	-	59,62	1	851
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE ED	47,10	47,10	47,10	47,10	47,10	-2,82↓	47,09	47,11	1	5.674
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	101,85	101,85	101,85	101,85	101,85	1,49↑	101,84	-	1	1
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE ED	-	-	-	-	-	-	39,24	44,19	-	-
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	20,50	-	-
C1AG34	CONAGRA BRAN	DRN	-	-	-	-	-	-	102,00	-	-	-
C1AH34	CARDINAL HEA	DRN	-	-	-	-	-	-	208,00	-	-	-
C1BL34	CHUBB LTD	DRN ED	-	-	-	-	-	-	145,00	-	-	-
C1BO34	CBOE GLOBAL	DRN	-	-	-	-	-	-	-	322,74	-	-
C1BR34	CBRE GROUP I	DRN	-	-	-	-	-	-	189,00	-	-	-
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN ED	87,39	87,39	87,39	87,39	87,39	-2,21↓	-	-	1	5
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN ED	-	-	-	-	-	-	139,96	-	-	-
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	42,20	41,42	42,89	42,31	42,22	-1,12↓	41,50	42,89	16	9.094
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-	-
C1FG34	CITIZENS FIN	DRN	-	-	-	-	-	-	113,00	288,49	-	-
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	-	-	-	-	-	-	466,66	759,00	-	-
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	4,01	3,99	4,01	4,00	4,01	-3,37↓	3,98	-	3	3
C1HK34	CHECK POINT	DRN	329,30	329,30	332,20	330,75	332,20	-3,76↓	150,00	-	2	6
C1IC34	CIGNA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-	-
C1MA34	COMERICA INC	DRN ED	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	-	-	-	-	-	-	233,00	-	-	-
C1MI34	CUMMINS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	280,84	-	-	-
C1MS34	CMS ENERGY C	DRN	-	-	-	-	-	-	85,00	-	-	-
C1NC34	CENTENE CORP	DRN	418,41	417,67	418,41	418,13	417,98	-2,55↓	223,00	-	6	7
C1NP34	CENTERPOINT	DRN	-	-	-	-	-	-	75,00	-	-	-
C1NS34	CELANESE COR	DRN	263,23	263,14	263,68	263,43	263,68	-0,98↓	145,00	-	7	8
C1OG34	COTERRA ENER	DRN	-	-	-	-	-	-	69,00	131,56	-	-
C1OO34	COOPER COMPA	DRN	-	-	-	-	-	-	159,99	205,00	-	-
C1OU34	COUPA SOFTWA	DRN	13,70	13,68	13,70	13,69	13,68	-1,36↓	7,35	22,00	2	69
C1PR34	COPART INC	DRN	-	-	-	-	-	-	144,00	-	-	-
C1RR34	CARRIER GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	6,50	78,64	-	-
C1SU34	CREDIT SUISS	DRN	7,99	7,61	8,17	7,71	7,80	-2,01↓	7,77	7,86	75	27.800
C1TA34	CINTAS CORP	DRN	463,52	463,52	463,52	463,52	463,52	-5,59↓	230,00	-	2	20
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	80,00	76,64	80,00	77,20	76,70	-7,60↓	75,54	-	7	12
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,00	2,00	2,01	2,00	2,01	-0,49↓	1,98	-	3	6
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	17,45	16,51	17,45	17,04	16,51	-19,77↓	14,00	26,00	13	2.630
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	7,44	7,20	7,55	7,35	7,23	-2,29↓	7,21	7,30	100	15.094
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	-	-	-	-	-	-	32,69	-	-	-
C2PR34	COUSINS PROP	DRN	-	-	-	-	-	-	25,00	35,05	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	28,50	28,50	28,98	28,91	28,98	-11,45↓	27,54	-	5	173
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	26,00	25,24	26,00	25,93	25,97	-0,11↓	25,24	36,35	5	118
CAJI34	CANON INC	DRN	-	-	-	-	-	-	61,00	-	-	-
CALI3	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	-	8,27	12,00	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON EJ	5,85	5,85	6,06	5,99	6,00	2,04↑	5,99	6,06	88	42.100
CAML3	CAMIL	ON NM	8,24	8,24	8,66	8,52	8,45	2,42↑	8,44	8,53	3.509	814.200
CAON34	CAPITAL ONE	DRN	-	-	-	-	-	-	135,00	-	-	-
CAPH34	CAPRI HOLDI	DRN	-	-	-	-	-	-	190,00	-	-	-
CASH3	MELIUZ	ON NM	1,28	1,27	1,37	1,31	1,29	=	1,28	1,29	10.419	76.560.100
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	-	9,00	25,00	-	-
CASN4	CASAN	PN	-	-	-	-	-	-	7,10	-	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	77,85	76,23	77,85	76,75	76,40	-0,50↓	76,00	79,67	21	311
CBAV3	CBA	ON NM	10,64	10,40	11,04	10,64	10,47	-2,05↓	10,47	10,48	15.855	5.751.800
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	11,02	15,50	-	-

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
CCRO3	CCR SA	ON NM	10,52	10,44	10,86	10,71	10,66	1,23↑	10,66	10,71	12.478	5.390.500
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	2,10	2,05	2,30	2,22	2,25	7,14↑	2,25	2,26	8.869	8.464.700
CEBR3	CEB	ON	10,58	10,50	10,58	10,53	10,50	5,00↑	9,99	10,50	3	300
CEBR5	CEB	PNA	10,63	10,53	10,63	10,58	10,53	4,88↑	10,06	10,53	2	200
CEBR6	CEB	PNB	9,99	9,98	10,49	10,09	10,11	2,63↑	10,11	10,43	40	22.900
CEDO3	CEDRO	ON N1	-	-	-	-	-	-	5,80	6,27	-	-
CEDO4	CEDRO	PN N1	3,99	3,94	3,99	3,95	3,94	4,78↑	3,34	3,93	3	400
CEEB3	COELBA	ON	36,90	36,90	36,90	36,90	36,90	=	36,58	38,81	1	100
CEEB5	COELBA	PNA	-	-	-	-	-	-	30,00	43,00	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	34,52	34,52	39,00	36,76	39,00	0,25↑	34,52	40,00	2	200
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	-	30,00	59,00	-	-
CGAS3	COMGAS	ON	-	-	-	-	-	-	121,00	129,87	-	-
CGAS5	COMGAS	PNA	129,99	129,99	130,40	130,04	130,40	0,46↑	128,00	132,70	8	1.100
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	28,93	28,49	28,95	28,83	28,50	-1,55↓	28,21	28,98	13	2.300
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	26,64	26,22	27,00	26,53	26,40	0,30↑	26,24	26,40	217	98.700
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	26,63	26,39	27,08	26,64	26,65	-1,03↓	26,60	34,03	11	4.864
CHDC34	CHURCH DWIGH	DRN	-	-	-	-	-	-	230,00	-	-	-
CHME34	CME GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-	-
CHVX34	CHEVRON	DRN	90,30	88,47	90,47	89,54	89,70	0,18↑	89,70	90,45	165	18.905
CIEL3	CIELO	ON NM	4,73	4,67	5,16	4,94	4,87	2,95↑	4,86	4,87	29.374	41.246.300
CINF34	CINCINNATI	DRN ED	-	-	-	-	-	-	145,00	-	-	-
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	-	-	-	-	-	-	-	9,26	-	-
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	4,83	4,72	5,46	5,19	5,46	18,43↑	5,44	5,46	4.035	1.011.900
CLSC3	CELESC	ON N2	-	-	-	-	-	-	49,51	50,55	-	-
CLSC4	CELESC	PN N2	54,97	54,97	56,30	55,87	55,70	1,30↑	54,13	56,00	25	2.800
CLXC34	CLOROX CO	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-
CMCS34	COMCAST	DRN	35,87	35,38	35,90	35,69	35,74	-0,36↓	35,74	37,25	17	6.138
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	10,75	10,74	10,81	10,74	10,79	2,08↑	10,41	11,40	13	7.192
CMIG3	CEMIG	ON N1	16,42	16,40	17,19	16,95	17,18	4,75↑	16,95	17,18	1.644	526.900
CMIG4	CEMIG	PN N1	10,72	10,69	11,21	11,03	11,06	3,17↑	11,06	11,07	15.022	11.120.000
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	3,84	3,84	4,03	3,97	3,96	3,12↑	3,95	3,96	8.416	7.973.700
CNIC34	CANAD NATION	DRN	25,92	25,92	25,92	25,92	25,92	-5,64↓	-	-	1	1
CNSY3	CINESYSTEM	ON MA	-	-	-	-	-	-	0,08	-	-	-
COCA34	COCA COLA	DRN	55,61	54,32	55,80	54,73	54,40	-1,76↓	54,40	54,74	1.033	15.838
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	-	57,24	-	-
COCE5	COELCE	PNA	41,87	41,48	42,50	41,90	41,50	-0,83↓	41,50	42,13	201	23.100
COGN3	COGNA ON	ON NM	2,03	2,01	2,14	2,09	2,12	3,41↑	2,11	2,12	14.745	30.298.100
COLG34	COLGATE	DRN	59,34	57,26	59,34	58,00	58,08	-2,12↓	57,00	59,26	24	695
COPH34	COPHILLIPS	DRN	49,25	46,00	51,19	48,98	49,65	2,01↑	46,10	51,19	119	3.126
CORN11	BB ETF MILHO	CI	10,00	9,98	10,00	9,99	10,00	=	9,98	10,00	49	21.088
CORR4	COR RIBEIRO	PN	-	-	-	-	-	-	-	500,00	-	-
COTY34	COTY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	17,00	24,00	-	-
COWC34	COSTCO	DRN	60,52	59,12	60,66	59,44	59,61	-1,50↓	59,37	66,33	61	5.397
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	31,39	31,25	32,25	31,96	32,00	1,68↑	32,00	32,02	9.004	1.318.600
CPLE11	COPEL	UNT N2	35,71	35,71	37,77	37,35	37,68	3,23↑	37,18	37,68	1.790	249.300
CPLE3	COPEL	ON N2	6,59	6,57	6,86	6,77	6,81	3,33↑	6,80	6,81	2.014	1.093.800
CPLE5	COPEL	PNA N2	-	-	-	-	-	-	19,50	34,00	-	-
CPLE6	COPEL	PNB N2	7,47	7,46	7,79	7,65	7,65	2,13↑	7,65	7,66	13.223	8.665.600
CPRL34	CANAD PACIFI	DRN	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-
CRDA34	CREDIT ACCEP	DRN	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-	-
CRDE3	CR2	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	17,90	-	-
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	14,66	14,45	15,30	15,10	15,12	2,78↑	15,06	15,13	19.124	7.360.700
CRHP34	CRH PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	89,00	-	-	-
CRIN34	CARTERS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	86,00	-	-	-
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	-	-	-	-	-	-	-	223,63	-	-
CRIV3	ALFA FINANC	ON	4,90	4,84	5,08	4,90	5,08	3,67↑	4,82	5,07	3	800
CRIV4	ALFA FINANC	PN	5,30	5,30	5,30	5,30	5,30	1,92↑	5,02	5,27	2	3.000
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	23,00	99,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	25,79	25,79	26,35	26,17	26,35	4,56↑	26,00	26,35	35	4.800
CRPG6	CRISTAL	PNB	26,14	26,14	26,15	26,14	26,15	0,61↑	25,61	26,20	17	1.900
CSAB4	SEG AL BAHIA	PN	-	-	-	-	-	-	-	52,00	-	-
CSAN3	COSAN	ON NM	16,16	15,95	17,00	16,74	16,71	3,21↑	16,70	16,71	28.896	10.876.900
CSCO34	CISCO	DRN	50,58	48,80	50,58	48,84	49,28	-2,57↓	49,20	51,71	17	2.333
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	3,81	3,75	4,00	3,92	3,95	3,40↑	3,91	3,95	1.281	336.400
CSMG3	COPASA	ON NM	15,27	15,14	15,85	15,59	15,54	1,63↑	15,54	15,58	7.050	1.489.800
CSNA3	SID NACIONAL	ON	13,62	13,61	14,52	14,24	14,16	3,88↑	14,15	14,17	15.585	11.506.000
CSRN3	COSERN	ON	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	-2,64↓	19,30	21,00	1	100
CSRN5	COSERN	PNA	-	-	-	-	-	-	19,30	22,00	-	-
CSRN6	COSERN	PNB	-	-	-	-	-	-	18,01	21,51	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON NM	11,45	11,44	11,79	11,62	11,53	1,14↑	11,53	11,65	631	92.800
CTGP34	CITIGROUP	DRN	38,93	38,01	38,96	38,40	38,01	-1,63↓	38,01	44,00	38	7.056
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	-	21,45	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	9,50	9,50	10,48	9,99	10,00	11,11↑	9,01	10,48	3	300
CTNM3	COTEMINAS	ON	5,40	5,02	5,60	5,27	5,02	-16,88↓	4,08	5,10	23	2.500
CTNM4	COTEMINAS	PN	1,91	1,86	1,91	1,87	1,87	1,08↑	1,88	1,89	8	2.800
CTSA3	SANTANENSE	ON	2,66	2,65	2,66	2,65	2,66	=	2,60	2,69	4	2.200
CTSA4	SANTANENSE	PN	1,80	1,63	1,81	1,68	1,71	-5,00↓	1,67	1,71	99	117.800
CTSH34	COGNIZANT	DRN	-	-	-	-	-	-	161,00	-	-	-
CURY3	CURY S/A	ON NM	11,45	11,23	12,21	12,01	12,01	4,70↑	12,01	12,02	12.195	2.518.800
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	4,00	3,91	4,40	4,22	4,27	6,21↑	4,26	4,28	11.855	27.989.900
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	51,20	48,98	51,20	49,49	49,41	-1,71↓	49,41	62,00	6	380
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	7,72	7,71	8,04	7,94	8,00	3,22↑	8,00	8,01	6.300	3.478.300
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	12,74	12,54	13,74	13,32	13,00	1,80↑	12,99	13,02	26.262	10.515.200
D1DG34	DATADOG INC	DRN	-	-	-	-	-	-	36,65	53,00	-	-
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	201,90	201,80	201,90	201,89	201,80	-2,06↓	190,00	230,01	2	301
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	11,84	11,81	11,84	11,82	11,81	-1,58↓	10,00	-	2	2.000
D1FS34	DISCOVER FIN	DRN	-	-	-	-	-	-	135,00	-	-	-
D1HI34	DR HORTON IN	DRN	-	-	-	-	-	-	234,00	-	-	-

Indicadores Econômicos

Dólar

		21/12/2022	20/12/2022	19/12/2022
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,2030	R$ 5,2060	R$ 5,3090
	VENDA	R$ 5,2030	R$ 5,2070	R$ 5,3090
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,2025	R$ 5,2421	R$ 5,3154
	VENDA	R$ 5,2031	R$ 5,2427	R$ 5,3160
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,3400	R$ 5,3300	R$ 5,4300
	VENDA	R$ 5,4200	R$ 5,4170	R$ 5,5180

Fonte: BC

Ouro

	21/12/2022	20/12/2022	19/12/2022
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 1.814,47	US$ 1.818,00	US$ 1.786,99
BM&F-SP (g)	R$ 304,06	R$ 305,84	R$ 304,95

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Dezembro	0,77	9,25
Janeiro	0,73	9,25
Fevereiro	0,76	10,75
Março	0,93	11,75
Abril	0,83	11,75
Maio	1,03	12,75
Junho	1,02	13,25
Julho	1,03	13,25
Agosto	1,17	13,75
Setembro	1,07	13,75
Outubro	1,02	13,75
Novembro	1,02	13,75

Reservas Internacionais

20/12.. US$ 330.064 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 1.903,98	Isento	Isento
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: Secretaria da Receita Federal - A partir de Abril do ano calendário 2015

Inflação

Índices	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,87%	1,82%	1,83%	1,74%	1,41%	0,52%	0,59%	0,21%	-0,70%	-0,95%	-0,97%	-0,56%	4,98%	5,90%
IPC-Fipe	0,57%	0,74%	0,90%	1,28%	1,62%	0,42%	0,28%	0,16%	-0,12%	0,12%	0,45%	0,47%	6,75%	8,13%
IGP-DI (FGV)	1,25%	2,01%	1,50%	2,37%	0,41%	0,69%	0,62%	-0,38%	-0,55%	-1,22%	-0,62%	-0,18%	4,71%	6,02%
INPC-IBGE	0,73%	0,67%	1,00%	1,71%	1,04%	0,45%	0,62%	-0,60%	-0,31%	-0,32%	0,47%	0,38%	5,21%	5,97%
IPCA-IBGE	0,73%	0,54%	1,01%	1,62%	1,06%	0,47%	0,67%	-0,68%	-0,36%	-0,29%	0,59%	0,41%	5,13%	5,90%
IPCA-IPEAD	0,75%	2,00%	0,21%	1,39%	0,86%	0,07%	1,45%	-0,27%	-1,09%	-0,24%	0,51%	0,26%	5,23%	6,32%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.
Salário	1.100,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1.212,00	1212,00	1212,00	1212,00	1212,00	1212,00	1212,00	1212,00
CUB-MG* (%)	0,24	4,74	0,27	0,63	2,28	1,80	1,31	0,65	0,04	0,13	0,06	0,10
UPC (R$)	23,54	23,55	23,55	23,55	23,59	23,59	23,59	23,67	23,67	23,67	23,81	23,81
UFEMG (R$)	3,9440	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703	4,7703
TJLP (&a.a.)	5,32	6,08	6,08	6,08	6,82	6,82	6,82	7,01	7,01	7,01	7,20	7,20

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7422	0,7585
COLON/COSTA RICA	35	0,5203	0,5781
COLON/EL SALVADOR	40	0,008867	0,008937
COROA DINAMARQUESA	45	0,5939	0,5947
COROA ISLND/ISLAN	55	0,7425	0,7427
COROA NORUEGUESA	60	0,03622	0,0363
COROA SUECA	70	0,4999	0,5001
COROA TCHECA	75	0,2283	0,2285
DINAR ARGELINO	90	0,08004	0,08467
DINAR/KWAIT	95	0,03766	0,03804
DINAR/BAHREIN	100	16,9794	16,9869
DINAR/IRAQUE	115	0,003562	0,003567
DINAR/JORDANIA	125	7,3254	7,3314
DINAR SERVIO	133	0,047	0,04711
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4166	1,4168
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,4924	3,4939
DOLAR/BAHAMAS	155	5,2025	5,2031
DOLAR/BERMUDAS	160	5,2025	5,2031
DOLAR CANADENSE	165	3,8214	3,823
DOLAR DA GUIANA	170	0,02472	0,02502
DOLAR CAYMAN	190	6,2305	6,3068
DOLAR CINGAPURA	195	3,8511	3,8541
DOLAR HONG KONG	205	0,6677	0,6678
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7622	0,7709
DOLAR DOS EUA	220	5,2025	5,2031
FORINT/HUNGRIA	345	0,01375	0,01377
FRANCO SUICO	425	5,614	5,6171
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007092	0,000715
IENE	470	0,03941	0,03943
LIBRA/EGITO	535	0,2102	0,2105
LIBRA ESTERLINA	540	6,2987	6,3015
LIBRA/LIBANO	560	0,003426	0,003456
LIBRA/SIRIA, REP	570	6,3351	6,341
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1696	0,1697
LIRA TURCA	642	0,2786	0,2788
NOVO SOL/PERU	660	1,3554	1,3662
PESO ARGENTINO	665	0,06282	0,06287
PESO CHILE	715	0,005938	0,005951
PESO/COLOMBIA	720	0,001093	0,001095
PESO/CUBA	725	0,2168	0,2168
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09323	0,09404
PESO/FILIPINAS	735	0,0944	0,09445
PESO/MEXICO	741	0,264	0,2641
PESO/URUGUAIO	745	0,1339	0,134
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6612	0,663
RANDE/AFRICA SUL	775	0,00247	0,002485
RENMIMBI IUAN	779	0,7318	0,7326
RENMINBI HONG KONG	796	0,7449	0,745
RIAL/CATAR	800	1,4187	1,4294
RIAL/OMA	805	13,5095	13,5181
RIAL/IEMEN	810	0,02077	0,02082
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001239	0,0001239
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3829	1,3838
RINGGIT/MALASIA	825	0,001261	0,001267
RUBLO/RUSSIA	828	1,1715	1,1735
RUPIA/INDIA	830	0,07253	0,07295
RUPIA/INDONESIA	865	0,0003337	0,0003339
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3356	0,3374
SHEKEL/ISRAEL	880	1,4982	1,5003
WON COREIA SUL	930	0,004051	0,004056
ZLOTY/POLONIA	975	1,1868	1,1874
EURO	978	5,5219	5,5236

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2022

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.212,00	7,50
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9,00
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12,00
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.212,00	5 (*)	60,60
1.212,00	11 (**)	133,32
1.212,01 até 7.087,22	20	Entre 242,40 (salário mínimo) e 1417,44 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2022 (Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.655,98	R$ 56,47

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Agosto/2022	Outubro/2022	0,4275	0,6681
Setembro/2022	Novembro/2022	0,3963	0,6368

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

02/12	0,01311781	2,92791132
03/12	0,01311781	2,92791132
04/12	0,01311781	2,92791132
05/12	0,01311781	2,92791132
06/12	0,01311781	2,92791132
07/12	0,01311781	2,92791132
08/12	0,01311781	2,92791132
09/12	0,01311781	2,92791132
10/12	0,01311781	2,92791132
11/12	0,01311781	2,92791132
12/12	0,01311781	2,92791132
13/12	0,01311781	2,92791132
14/12	0,01311781	2,92791132
15/12	0,01311781	2,92791132
16/12	0,01311781	2,92791132
17/12	0,01311781	2,92791132
18/12	0,01311781	2,92791132
19/12	0,01311781	2,92791132
20/12	0,01311781	2,92791132
21/12	0,01311781	2,92791132
22/12	0,01311781	2,92791132

Fonte: Fenaseg

TBF

06/12 a 06/01	1,0959
07/12 a 07/01	1,0964
08/12 a 08/01	1,0532
09/12 a 09/01	0,9984
10/12 a 10/01	0,9995
11/12 a 11/01	1,0472
12/12 a 12/01	1,0949
13/12 a 13/01	1,0946
14/12 a 14/01	1,0936
15/12 a 15/01	1,0464
16/12 a 16/01	0,9977
17/12 a 17/01	1,0007
18/12 a 18/01	1,0486
19/12 a 19/01	1,0964
20/12 a 20/01	1,0936

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Novembro	1,0590
IGP-DI (FGV)	
Novembro	1,0602
IGP-M (FGV)	
Novembro	1,0590

TR/Poupança

13/11 a 13/12	0,0000	0,6448
14/11 a 14/12	0,0000	0,6828
15/11 a 15/12	0,0000	0,6827
16/11 a 16/12	0,0000	0,7105
17/11 a 17/12	0,0000	0,7123
18/11 a 18/12	0,0000	0,6834
19/11 a 19/12	0,0000	0,6445
20/11 a 20/12	0,0000	0,6825
21/11 a 21/12	0,0000	0,7103
22/11 a 22/12	0,0000	0,7103
23/11 a 23/12	0,0000	0,7103
24/11 a 24/12	0,0000	0,7102
25/11 a 25/12	0,0000	0,6821
26/11 a 26/12	0,0000	0,6447
27/11 a 27/12	0,0000	0,6827
28/11 a 28/12	0,0000	0,7105
01/12 a 01/01	0,0000	0,7082
02/12 a 02/01	0,0000	0,6806
03/12 a 03/01	0,0000	0,6800
04/12 a 04/01	0,0000	0,7076
05/12 a 05/01	0,0000	0,7452
06/12 a 06/01	0,0000	0,7450
07/12 a 07/01	0,0000	0,7455
08/12 a 08/01	0,0000	0,7125
09/12 a 09/01	0,0000	0,6778
10/12 a 10/01	0,0000	0,6789
11/12 a 11/01	0,0000	0,7065
12/12 a 12/01	0,0000	0,7440
13/12 a 13/01	0,0000	0,7437
14/12 a 14/01	0,0000	0,7427
15/12 a 15/01	0,0000	0,7157
16/12 a 16/01	0,0000	0,6772
17/12 a 17/01	0,0000	0,6801
18/12 a 18/01	0,0000	0,7079
19/12 a 19/01	0,0000	0,7455
20/12 a 20/01	0,0000	0,7427

Agenda Federal

sage

Dia 23

ICMS – Scanc - Refinaria de Petróleo e suas bases - Operações com combustível derivado de petróleo, nos casos de repasse (imposto retido por outros contribuintes). Entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). Internet Convênio ICMS no 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1o, V, "b"; Ato Cotepe/ICMS no 86/2021

IOF - Pagamento do IOF apurado no 2o decêndio de dezembro/2022:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028

Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.12.2022, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei no 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de novembro/2022 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de novembro/2022 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. Darf 0668. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de novembro/2022 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de novembro/2022 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. Darf 1097. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de novembro/2022 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. Darf 0676. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de novembro/2022 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de novembro/2022 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. DARF 0838. Darf Comum (2 vias)

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de novembro/2022 (art. 18, II, da Medida Provisória no 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1o da Lei no 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei no 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória no 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de novembro/2022 (art. 18, II, da Medida Provisória no 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1o da Lei no 11.933/2009):
PIS-Pasep - Faturamento (cumulativo) - Cód. Darf 8109
PIS - Combustíveis - Cód. Darf 6824
PIS - Não cumulativo (Lei no 10.637/2002) - Cód. Darf 6912
PIS-Pasep - Folha de Salários - Cód. Darf 8301
PIS-Pasep - Pessoa Jurídica de Direito Público - Cód. Darf 3703
PIS - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8496
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória no 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

DC MAIS

dcmais@diariodocomercio.com.br

"Projeto BomSerá"

Dona Efigênia, 94 anos, vai ganhar um presente de Natal antecipado. Sua casa foirestaurada pelo "Projeto BomSerá", iniciativa do IA – Instituto de Arte Contemporânea de Ouro Preto, e será entregue hoje. As obras tiveram início em junho de 2022 em três casas dos séculos XVIII e XIX, de propriedade de famílias de baixa renda, as outras edificações serão finalizadas no início de 2023. O projeto, que conta com apoio do Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto e Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), tem o objetivo de preservar as características históricas e culturais das habitações, mantendo também a segurança dos moradores, já que as construções estavam vulneráveis. Mais que restaurar casas, o "BomSerá" cumpre o papel de capacitar os moradores das edificações que receberam as intervenções, para que possam eles mesmos realizar a manutenção preventiva de suas casas Além disso, o projeto contribui para formar mão de obra qualificada para futuramente poder atuar em obras de restauração.

Almoço de Natal da PBH

Hoje é o último dia para doar presentes para mais uma edição do Almoço de Natal dos Restaurantes Populares da Prefeitura de Belo Horizonte. Para presentear as crianças, a PBH arrecada brinquedos, guloseimas e material escolar, incluindo livros. Todas as doações recebidas serão distribuídas pelo Papai Noel e os ajudantes durante o Almoço de Natal. Diversos locais da cidade estão recebendo doações. Como acontece tradicionalmente no Almoço de Natal, no dia 25 de dezembro, servidores e voluntários farão a oferta do almoço gratuitamente, das 11h às 14h, no Restaurante Popular I – Herbert de Souza (avenida do Contorno, 11.484, no Centro). A expectativa é que aproximadamente 4,5 mil refeições sejam servidas. A unidade estará decorada para a data e receberá a visita do Papai Noel. Para as crianças, será preparada uma rua de lazer com castelo inflável e totó. No salão do restaurante, uma apresentação de saxofone vai tornar o almoço ainda mais especial.

Clara Arreguy no Sempre Um Papo

O Sempre Um Papo recebe a escritora Clara Arreguy para lançar e falar sobre os seus livros: "O jegue de Jeri" (Editora Imeph) e "Rosa dos ventos" (Outubro Edições). A conversa, mediada por Jozane Faleiro, acontece hoje, às 19h, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do projeto. O bate-papo tem acesso gratuito e contará com tradução simultânea em Libras. Livro infantil ilustrado por Valdério Costa, "O jegue de Jeri" acompanha a história dos netos do Vovô Saul e dos sobrinhos da Tia Miriam, que, em viagem a Jericoacoara, no Ceará, se deparam com a situação de abandono em que vivem os jegues da região. Com a ajuda do amigo e veterinário Dr. Livrinho e a parceria das crianças da cidade, eles saem em busca de uma solução para salvar os dóceis animais. Já "Rosa dos ventos" reúne 22 crônicas que Clara publicou inicialmente em suas redes sociais. Nelas, a autora narra com humor diversas das viagens que fez, a passeio ou a trabalho, no Brasil e exterior, sozinha ou acompanhada, de bicicleta, ônibus, trem, avião e até navio.

Filmes preferidos do público

O Cine Santa Tereza (rua Estrela do Sul, 89, Santa Tereza) apresenta, até o próximo dia 30 de dezembro, de quarta a sexta-feira, a tradicional mostra "Preferidos do Ano". Em clima de retrospectiva, a programação reúne os 14 filmes mais procurados pelos espectadores do cinema em 2022, com sessões para público infantil e adulto. Os ingressos, gratuitos, estarão disponíveis pelo *site diskingressos.com.br* e também podem ser retirados na bilheteria do cinema, 30 minutos antes de cada sessão. Grandes clássicos do cinema como "Pulp Fiction" (1994), de Quentin Tarantino, "O Iluminado" (1980), de Stanley Kubrick, "O Bebê de Rosemary" (1968), de Roman Polanski e "Deus e o Diabo na Terra do Sol" (1964), de Glauber Rocha, poderão ser assistidos gratuitamente. A programação também inclui os filmes mais queridos das sessões infantis, como "Castelo Rá-tim-Bum" (1999), de Cao Hamburguer, "Turma da Mônica em Uma Aventura no Tempo" (2007), de Maurício de Sousa, "A Princesinha" (1995) de Alfonso Cuarón, e "O Touro Ferdinando" (2017), de Carlos Saldanha, dentre outros.

Desenhos e gravuras de Manassés Muniz

O Centro Cultural UFMG recebe a exposição 'Devaneios da Vontade', do artista alagoano Manassés Muniz. A mostra reúne desenhos e gravuras produzidas pelo artista enquanto estudante de artes visuais na Escola de Belas Artes da UFMG e no decorrer deste ano. As obras poderão ser vistas até o dia 14 de fevereiro de 2023, de terça a sexta-feira, de 9h às 20h. A entrada é gratuita, com classificação livre. De forma simples e direta, Manassés apresenta ao público uma parcela de seu trabalho que, na maioria das vezes, não é visto. Trata-se de estudos, provas de estado, impressões e tudo aquilo que geralmente é observado apenas pelo próprio artista. As produções, em sua maioria compostas por desenhos e gravuras, expõem o imaginário do artista. Repletas de figuras, animais e paisagens, as obras revelam, por meio de uma técnica muito pessoal, um mundo onde a realidade, memórias e imaginação confundem-se em imagens sublimes e monstruosas.

Mostrô BH movimenta o Circuito Liberdade

IGNÁCIO DE LOYOLA TEIXEIRA COSTA

Hoje é o último dia da Mostrô BH, que celebra o fim de ano com duas ações que movimentam o Circuito Liberdade. A 16ª Mostrô – edição especial de Natal, que reúne 180 expositores mineiros de diversos segmentos artísticos e culturais. O projeto também engloba o Espaço Mostrô Colab, ambiente colaborativo com café/restaurante e loja, pensado como um local permanente para exposição de produtos e serviços de artesãos, microempreendedores individuais e pequenos comerciantes mineiros. O evento ocorre das 12h às 21h, com entrada gratuita.

Os dois empreendimentos marcam o início da parceria entre a Mostrô BH e o MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal, que recebe a iniciativa que impulsiona a cultura mineira por meio da literatura, gastronomia, vestuário, artesanato, jardinagem e outros segmentos. A programação faz parte do Natal da Mineiridade, do Circuito Liberdade.

A feira leva ao público música, *design*, literatura, gastronomia, arte e produtos artesanais das mais variadas regiões de Minas Gerais. Dentre os participantes desta edição estão os expositores Nó; La Dulceria; Mãe da Lua; Amarilia; Mães Gentis; Zaida Sodré; Verde in Vida; Gláucia Inês; De Corpo, Casa y Alma; Cores & Encantos; Cor da Terra; ConArtes; Care Lab – Cosméticos Naturais; e Calmaria. "Nossa proposta para esta edição é ofertar uma gama de possibilidades aos visitantes da feira de presentes com diferentes propostas, teremos a gastronomia mineira, perfumaria e banho, artesanato, artes visuais, entre outros. Também possibilitamos uma programação recheada de atividades e entretenimento. Nossa ideia é promover a mineiridade a partir do contato com diversas formas da cultura e das artes de Minas Gerais", explica o coordenador-geral da Mostrô BH, Bosco Ladeira.

Hoje, no encerramento da mostra, o DJ Seu Muniz embala as *pick-ups*. Além disso, o público poderá visitar os espaços e as mostras do MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal, como o "Espaço do Aço e a Drusa de Quartzo", a maior e mais pesada amostra de acervo mineral, e a exposição "Meteoritos: Fragmento da história do sistema solar", que conta com 21 amostras, sendo 20 oriundas da coleção do Museu de Ciências da Terra, contendo exemplares encontrados em território nacional e da Argentina, Chile, Estados Unidos, México, Letônia e Ucrânia.

Pensada a partir da economia colaborativa, uma das principais tendências econômicas apontadas por especialistas, a Mostrô BH deu início à iniciativa Espaço Mostrô Colab no MM Gerdau. Gestado por meio de um modelo de loja colaborativa, o espaço difunde a rica cultura mineira, valorizando o artesanato local, a gastronomia e os fazedores de cultura e arte de Minas Gerais.

"É uma grande satisfação, para nós do MM Gerdau, receber uma parceria e um projeto como o Espaço Mostrô Colab. Oferecer o espaço da cafeteria do Museu das Minas e do Metal para a ocupação de uma iniciativa que valoriza a economia criativa e a produção colaborativa, é uma forma de poder contribuir e estreitar as relações construídas no entorno, não apenas aqui da Praça da Liberdade, mas da cidade de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais", afirma a diretora do MM Gerdau, Márcia Guimarães.

> *"Trabalhamos com ingredientes e pratos dos expositores vinculados à Mostrô BH para montar um menu colaborativo aos nossos clientes"*

Culinária mineira - Ocupando o átrio principal do MM Gerdau - Museu das Minas e do Metal, o Espaço Mostrô Colab, oferta por meio do café e restaurante, coordenado pela nutricionista e *chef* Renata Andrade, um cardápio repleto de produtos e ingredientes da cultura mineira, permitindo aos visitantes uma viagem gastronômica por Minas Gerais.

O Espaço Mostrô Colab compartilha a experiência obtida por meio da Feira Mostrô e realizará um rodízio com os mais de 300 expositores cadastrados pela iniciativa para a criação do cardápio oferecido pelo café/restaurante, bem como vai disponibilizar e expor para a venda os produtos ofertados pelos artistas, artesão e produtores mineiros vinculados ao projeto.

"Trabalhamos com ingredientes e pratos dos expositores vinculados à Mostrô BH para montar um menu colaborativo aos nossos clientes. Estimulamos os visitantes, a partir da experiência gastronômica, a conhecer os produtos que estão sendo ofertados pelo nosso café/restaurante. Por exemplo, o café servido é sempre de um dos produtores vinculados à Mostro BH e está disponível para compra. Assim como os ingredientes dos mais variados pratos ofertados", pontua Renata Andrade.

Cine Concerto terá edição amanhã

DIVULGAÇÃO

Amanhã, às 20h30, a Orquestra Sesiminas apresenta mais uma edição do Cine Concerto, com trilhas de filmes consagrados. Enquanto aprecia as trilhas dos filmes sendo executadas ao vivo pela orquestra, o público poderá acompanhar a projeção de imagens das cenas mais marcantes das produções cinematográficas. A seleção das cenas e a edição dos vídeos foram elaboradas de maneira a dialogar com as músicas das trilhas, tendo sido especialmente preparados para o espetáculo, em parceria com a Hatari Filmes. O Cine Concerto será realizado no Teatro Sesiminas (rua Padre Marinho, 60, Santa Efigênia) e a entrada é gratuita.

No programa, sucessos mais antigos se mesclam a novas produções. "Psicose" (de Alfred Hitchcock) traz toda a tensão do mestre do suspense, enquanto "Era Uma Vez na América" (Sérgio Leone) traz a maravilhosa obra do grande compositor de trilhas italiano EnnioMorricone. Entre os sucessos mais novos está a fantástica trilha de "Piratas do Caribe". E as grandes séries também encontram espaço, com "A Pantera cor de Rosa" e a mais atual "Game ofThrones". A criançada ainda se diverte com obras como a de John Williams em "Guerra nas Estrelas".

"É um evento para toda a família. Tem filmes para todas as gerações e o sucesso deste cine concerto tem sido enorme. O último que fizemos foi na cidade de Três Marias, em praça pública lotada!", comenta Felipe Magalhães, maestro da orquestra.

Para fechar as trilhas com chave de ouro, a Orquestra Sesiminas executa um medley, com músicas de diversos filmes seguidas uma da outra, em um mesmo número musical construído especialmente para a Orquestra pelo compositor e arranjador Fred Natalino.

E como o evento acontece na antevéspera do Natal, o concerto se encerra com um pot-pourri de temas natalinos, também acompanhados por projeções de imagens natalinas.